

Rev. ESFERA ACADÊMICA HUMANAS (ISSN 2526-1339), v. 3, n. 1, 2018

REVISTA CIENTÍFICA



**ESFERA** ACADÊMICA  
**HUMANAS**

ISSN 2526-1339

**REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS**

**Volume 3, número 1**

**Vitória  
2018**

## **EXPEDIENTE**

**Publicação Semestral**

**ISSN 2526-1339**

**Temática: Humanas**

**Revisão Português**

José Renato Siqueira Campos

**Capa**

*Marketing* Faculdade Brasileira Multivix- Vitória

Elaborada pela Bibliotecária Alexandra B. Oliveira CRB06/396

Revista Esfera Acadêmica Humanas/ Faculdade Brasileira. – Vitória, ES: Multivix, 2018.

Semestral  
ISSN **2526-1339**

1. Ciências Humanas- Produção científica I. Faculdade Brasileira/Multivix.

CDD.610

*Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.*

**Correspondências**

**Coordenação de Pesquisa e Extensão Faculdade Brasileira Multivix- Vitória**

Rua José Alves, 135, Goiabeiras, Vitória/ES | 29075-080

E-mail: [pesquisa.vitoria@multivix.edu.br](mailto:pesquisa.vitoria@multivix.edu.br)

**FACULDADE BRASILEIRA MULTIVIX - VITÓRIA**

**DIRETOR GERAL**

Leila Alves Côrtes Matos

**COORDENAÇÃO ACADÊMICA**

Michelle Oliveira Menezes Moreira

**COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Hêmyle Rocha Ribeiro Maia

**CONSELHO EDITORIAL**

Alexandra Barbosa Oliveira  
Caroline de Queiroz Costa Vitorino

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio  
Michelle Moreira  
Patricia de Oliveira Penina

**COMITÊ CIENTÍFICO**

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio  
Kirla Cristine A. Dornelas

Patricia de Oliveira Penina  
Tatyana Lellis da Matta e Silva

**ASSESSORIA CIENTÍFICA**

Aline Silva Sauer  
Andréa Curtiss Alvarenga  
Andrielly Moutinho Knupp  
Daniele Drumond Neves  
Denise Simões Dupont Bernini  
Gabriel Ferreira Sartório  
Júlia Miranda Falcão  
Leandro Siqueira Lima  
Priscila Alves De Freitas  
Sandra L. Moscon Coutinho

## **APRESENTAÇÃO**

A Revista Científica ESFERA ACADÊMICA HUMANAS é uma revista multidisciplinar, com bases científicas que tem como objetivo aprofundar estudos nas mudanças na sociedade, contribuindo com a divulgação de trabalhos de pesquisa e análises teóricas que possam subsidiar as atividades acadêmicas e a ação profissional em diferentes organizações.

Com a apresentação de sete estudos, esta edição da Revista Científica ESFERA ACADÊMICA HUMANAS, da Faculdade Multivix – Vitória pretende contribuir com o estímulo à pesquisa e para divulgação e geração do conhecimento.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

<b>REFLEXÕES SOBRE O SIGILO PROFISSIONAL DO PSICOLOGO NA ERA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>06</b>
Fabiana Pancieri; Patrícia Ferro Bermudes; Tatyana Léllis da Matta e Silva	
<b>A INFLUÊNCIA ARQUETÍPICA DA ANIMA E DO ANIMUS NO SURGIMENTO DOS CONFLITOS NA RELAÇÃO CONJUGAL.....</b>	<b>22</b>
Fabricia Fiorotti Rodrigues Cabaline; Rafael Cabaline de Souza; Alba Valéria de Almeida da Silva; Kirlla Cristhine Almeida Dornelas	
<b>RELAÇÕES AMOROSAS NA CONTEMPORANEIDADE: IMPASSES E AVANÇOS NA CONSTITUIÇÃO DOS LAÇOS AFETIVOS.....</b>	<b>39</b>
Frederico Gonçalves Rodrigues, Ingrid Teixeira Astenreiter, Kamila Pinotti Segrini de Mattos, Marcélia Batista Nascimento, Ricardo Santos Rodrigues	
<b>PSICOLOGIA E FEMINISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>55</b>
Gabriela Faria de Souza, Isadora Silva Carone, Leonardo Bortolini Chamoun, Vitor Moreira Passos, Laura Paste de Almeida	
<b>O OLHAR DA GESTALT-TERAPIA SOBRE A FAMÍLIA DE ORIGEM, O RELACIONAMENTO CONJUGAL E A CONFIGURAÇÃO FAMILIAR DE SEUS MEMBROS.....</b>	<b>86</b>
Núbia Karla Rocha de Jesus; Priscila da Silva Alves dos Santos; Tatiana Alves da Silva Miranda; Andrea Loss Nunes	
<b>TRÍPLICE MAQUÍNICA: UMA PERSPECTIVA GUATTARIANA SOBRE A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NA PÓS-MODERNIDADE NO GÊNERO DE FICÇÃO CIENTÍFICA DO CINEMA HOLLYWOODIANO.....</b>	<b>102</b>
Jean Michel de Sousa, Patricia Guidoni, Tatyana Léllis	
<b>ENSINO HÍBRIDO E METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....</b>	<b>125</b>
Jonathas Rosa Monfradini, Denise Simões Dupont Bernini	

## **REFLEXÕES SOBRE O SIGILO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NA ERA DA INFORMAÇÃO**

Fabiana Pancieri<sup>1</sup>; Patrícia Ferro Bermudes<sup>1</sup>; Tatyana Léllis da Matta e Silva<sup>2</sup>

1. Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Multivix.

2. Advogada e Mestre em Ciências Sociais pela UFES

### **RESUMO**

O sigilo está intimamente ligado ao exercício laborativo de várias categorias profissionais, sendo uma delas a psicologia, trazendo em voga conflitos inerentes à atividade. O presente artigo traz reflexões sobre a importância de se pensar sigilo profissional no campo da Psicologia. Dessa forma, o objetivo do estudo é despertar o debate acerca do sigilo profissional na era da informação, tendo em vista os meios modernos de comunicação e suas repercussões na cultura e na sociedade, o que inclui as novas querelas no campo da ética. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com base em material já publicado como livros, artigos da base de dados da SCIELO, e trabalhos acadêmicos publicados. Além disso, para fomentar a discussão acerca dos princípios deontológicos que regem a confidencialidade, foram analisados e comparados os Códigos de Ética dos Profissionais de Psicologia, Medicina, Advocacia, Código Penal e Código de Processo Penal. Diante disto, pretende-se através desse estudo possibilitar a compreensão das concepções de fundo ético que validam a questão do sigilo profissional, bem como os novos desafios que, em síntese, com as mudanças culturais, em parte advindas da nova forma como a sociedade se comunica, criam um viés ético no campo do sigilo profissional, não se furtando o psicólogo nessa nova perspectiva em face da pressão exercida por essa nova dinâmica cultural e social, possibilitando assim novos estudos futuros que se dediquem a esta dimensão pouco explorada.

### **Palavras-chave**

Sigilo profissional – Ética – Código de ética – Era da informação

### **INTRODUÇÃO**

Assevera o Bispo de Hipona (FRANÇA, 2010) sobre o segredo: “o que sei por confissão sei-o menos do que aquilo que nunca soube”. Trata-se de um relato de mais de mil e setecentos anos que mostra, com a intensidade costumeira, a importância do sigilo. De fato, o sigilo se encerra nos direitos e garantias individuais do sujeito<sup>1</sup>, por mais que a repercussão seja em meio à apreciação coletiva. Ao transpor essa premissa à realidade profissional do psicólogo, a informação que o cliente traz ao psicólogo, após a interlocução, ainda é posse do primeiro. Por tal fato, França (2014) relata que todo indivíduo tem o direito de se preservar da indevida indiscrição de outrem sobre fatos ou peculiaridades de sua vida privada que deseje manter secretos ou ocultos; caso contrário, sua liberdade sofreria seríssimas restrições, prejudicando gravemente as relações sociais e o próprio processo terapêutico.

O sigilo para determinadas categorias profissionais é intrínseco à atuação nesta mesma área, sendo um de seus elementos formadores. Ou seja, a informação privada não é de posse do

---

<sup>1</sup> Art. 5 – inciso X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

profissional, este apenas participa de seu conhecimento. Caso contrário, o cliente não revelaria informação privada se soubesse que ela cairia em escrutínio público. Desta forma, percebe-se que para que todo serviço prestado pelo Psicólogo seja completo, volitivo e eficaz, faz-se necessário em absoluto que o cliente diga exatamente o que ocorre e que, para tal ação se desenvolver, precisa ter a certeza do sigilo da informação.

Acreditando nisto, o legislador brasileiro criou mecanismos que dão guarida a esta forma de pensamento, conforme visto nos artigos 206<sup>2</sup> e 207<sup>3</sup> do Código de Processo Penal (CPP). Por tal fato, a discrição e a reserva de certos fatos assimilados no exercício de uma profissão visam à proteção e à defesa dos bens morais e materiais, e que o Estado está diretamente interessado que o indivíduo encontre amparo e guarida na inviolabilidade desse sigilo (FRANÇA, 2014).

Há também, por certo, um interesse coletivo, pois para Bitencourt (2012), o sigilo reforça a confiança que o cidadão deposita em determinada categoria profissional e revela-se verdadeira garantia da privacidade individual, bem como da segurança e da paz social. Em consonância com isto, a garantia ao sigilo fragiliza-se proporcionalmente às investidas que o aparato social e do próprio Estado perfazem, e os danos acarretados pela revelação da informação também são diretamente proporcionais à maior vastidão social e cultural que conseguem penetrar.

Contudo, vive-se hoje num novo arranjo da informação, que consegue penetrar em todos os ambientes, culturas e sociedades, provendo estímulos e alterando em grande medida a percepção de coisas e fatos. Esta nova fase, segundo alguns autores, conceitua-se como a Era da Informação (BRANDÃO, 2013). Exemplos neste domínio podem ser vistos em boletins médicos de determinado ente público, suas capacidades físicas e psíquicas, e informações restritas de sua vida privada.

Brandão (2013) relata que o problema entre o direito à privacidade e novas tecnologias não é exclusivo da contemporaneidade; diz que Warren e Brandeis em 1890 escreveram um artigo seminal *The Right to Privacy*, cuja preocupação era com as novas tecnologias à época, como máquinas de fotografar e grandes jornais, que supostamente haviam invadido o sagrado lugar da vida privada doméstica. Percebe-se, por certo, que na atual era da informação esse

---

<sup>2</sup> Art. 206. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

<sup>3</sup> Art. 207. São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

problema tem se exacerbado. O dito autor contemporâneo relata que a tecnologia está cada vez mais acessível e disponível para todos, com mais de 2.4 bilhões de usuários da internet no mundo, e assevera que certamente este é um conjunto muito maior do que Brandeis e Warren imaginavam quando falavam de proteção à privacidade (BRANDES, WARREN, 1980 apud BRANDÃO, 2013).

A grande escaramuça que se inicia com a era da informação no domínio do sigilo profissional é a pressão que surge na esfera social pela busca de informação, afunilando-se no aparelho estatal. Entrementes, o psicólogo acende-se neste novo palco.

## **MATERIAL E MÉTODO**

Diante desta questão, cuja discussão será adiante apresentada, o desenvolvimento deste trabalho foi realizado mediante pesquisa bibliográfica e documental com base em materiais como livros, artigos da base de dados da SCIELO, artigos eletrônicos em bases acadêmicas, literatura científica impressa e consultas a sítios da internet. Além disso, para fomentar a discussão acerca dos princípios deontológicos que regem a confidencialidade, foram analisados e comparados os Códigos de Ética dos Profissionais de Psicologia, Medicina, Advocacia, Código Penal e Código de Processo Penal.

As buscas utilizaram os descritores “sigilo profissional”, “código de ética”, “ética”, “era da informação”, “segredo profissional”, e “confidencialidade das informações”. Entretanto, foi observado que o tema do Sigilo possui poucos materiais que discutem diretamente e em profundidade o Sigilo profissional no âmbito da Psicologia. Dessa forma, foram escolhidos os principais livros e artigos que abordavam o tema e realizada leitura sistematizada que buscaram ordenar as informações relacionadas ao problema investigado para facilitar o alcance do objetivo proposto. O método utilizado para concretização dos argumentos foi o dedutivo o qual tem o propósito de explicitar o conteúdo das ideias iniciais, partindo do geral para chegar às particularidades.

Sendo assim, o presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, é feito um breve resgate histórico sobre a relação da ética e o trabalho, mostrando sua importância para aqueles que trabalham e dedicam a própria vida a cuidar do outro, como os profissionais da saúde. No segundo capítulo é feita uma análise comparativa dos Códigos de Ética de Medicina, Advocacia e do Psicólogo proporcionando uma discussão acerca dos princípios deontológicos que regem o sigilo profissional daqueles que lidam com aspectos diretamente ligados ao resguardo de informações. E no terceiro capítulo foi introduzida a questão do sigilo

profissional diante do volume de informações produzidas na contemporaneidade e suas subsequentes repercussões na sociedade e na cultura como um todo.

## **BREVE HISTÓRICO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ÉTICA E TRABALHO**

Com a nova dinâmica iniciada e propalada pela era da informação, inicia-se também novos desafios que possuem seu viés ético. Conceituar então esse antigo dilema é fundamental para o esclarecimento acerca do assunto. O escritor Leonardo Boff (2003), seguindo uma linha menos racionalista, típico da contemporaneidade, aduz a uma parábola no sentido de tentar resolver problemas éticos pelo viés ontológico. O autor segue a linha iniciada por Martin Heidegger, dizendo sobre a primazia do cuidado. Neste ínterim, traz a pequena história conservada por Higinio (17d.C.), bibliotecário de Cesar Augusto:

Certo dia, Cuidado, passeando nas margens do rio, tomou um pedaço de barro e o moldou na forma do ser humano. Nisso apareceu Júpiter e, a pedido de Cuidado, insuflou-lhe espírito. Cuidado quis dar-lhe um nome, mas Júpiter lho proibiu, querendo ele impor o nome. Começou uma discussão entre ambos. Nisso apareceu a Terra alegando que o barro era parte de seu corpo e que por isso, tinha o direito de escolher um nome. Gerou-se uma discussão generalizada e sem solução. Então todos aceitaram chamar Saturno, o velho deus ancestral, senhor do tempo, para ser o árbitro. Este deu a seguinte sentença, considerada justa: Você, Júpiter, deu-lhe o espírito, receberá o espírito de volta quando esta criatura morrer. Você, Terra, forneceu-lhe o corpo, receberá o corpo de volta quando esta criatura morrer. E você, Cuidado, que foi o primeiro a moldar a criatura, acompanhá-la-á por todo o tempo em que ela viver. E como vocês não chegaram a nenhum consenso sobre o nome, decido eu: chamar-se-á *homem*, que vem de *húmus*, que significa terra fértil. (BOFF, 2003, p.48-49).

Relata Boff (2003, p.49) então que "[o] cuidado é anterior ao espírito infundido por Júpiter e anterior ao corpo emprestado pela Terra" demonstrando assim, segundo o autor, que antes que exista a concepção humana corpo-espírito, há o cuidado apriorístico, evidenciando desta forma a independência salutar da racionalidade na concepção ontológica humana.

Os dilemas éticos possuem a exata idade do homem; de fato, surgem quando este se faz "homem", com suas crenças, mistérios e pensamentos, acertando Boff (2003) quando diz que a ética "considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades", quando o fim proposto é o bem e a felicidade humanos.

Assim também nos guia Aristóteles na *Ética a Nicômaco* (2014), trazendo em disputa artes e ciências desenvolvidas e empregadas pelo homem, como a economia, a oratória e a estratégia (todas no sentido aristotélico), afirmando o filósofo que todas estas se prestam ao uso da ética, visto que ela estabelece leis quanto à conduta (o que as pessoas devem e não devem fazer), ou seja, trata diretamente sobre o uso dessas mesmas artes e ciências,

chegando à afirmação sobre a finalidade da ética: "determina-se, com isso, ser o bem humano a sua finalidade" (ARISTÓTELES, 2014, p.46-47).

De encontro com o exposto, visualiza-se que não se pode conjecturar a existência de éticas, algo como mutável, de forma que o tempo histórico, as diferenças culturais e as formas de pensamento tornar-se-iam variáveis que transmutariam a ética a tal ponto a condicioná-la a existir em mais de uma forma, ou seja, em mais de uma ética. Ética é somente uma, independente do tempo e do lugar, pois o bem humano é também um somente. Em consequência, abstrações a seu respeito representam tão-somente deleite para aqueles que inserem versinhos gregos no texto latino para mostrar erudição (ROTerdã, 1972).

Boff (2003) identifica duas fontes da ética: as religiões e a razão. As religiões se balizam como provedores de ética por inquirir os fundamentos do ser humano, retorquindo sua origem – que ele não se lembra – e questionando seu futuro – que ele desconhece –, tomando por base um ser, ou energia ou inteligência superior(es), personificado(a/os/as) em Deus(es). Já a “razão crítica [...] tentou estatuir códigos éticos universalmente válidos. A fundamentação racional da ética e da moral (ética autônoma) representou um esforço admirável do pensamento humano [...]”. (BOFF, 2003, p.29). E segue sobre a ética racional: “o nível de convencimento, entretanto, tem sido parco e restrito aos ambientes acadêmicos, por isso com limitada incidência no cotidiano das populações” (BOFF, 2003, p.29).

Contudo, questiona-se se verdadeiramente a fé que emana das religiões é substrato suficiente para correta interpretação da ética, frente à história concreta da religião na humanidade. Ademais, percebe-se, haja vista a multiplicidade, que as religiões fomentam em maior quantidade os questionamentos éticos causando de tempos em tempos conflitos entre si, permeados por paixões humanas, chegando ao ponto de se insurgir contra a paz social e, em casos extremos, criando guerras. Diante do quadro de choque de religiões, que parecem se esquecer dos atributos primários que as legitimam, principalmente as religiões abraâmicas – cristianismo, judaísmo e islamismo, as quais fazem guerra em nome de Deus –, iniciou-se um novo quadro na sociedade em meados do século XVII, a qual acreditava que a paz social estaria sendo desmantelada pelas escaramuças religiosas, iniciando-se a moderna visão de secularização da sociedade. (PANNEMBERG 1996, apud GRANDO, 2016).

Wolfhart Pannenberg (1996, apud GRANDO, 2016) dissecou o tema acima descrito num importante ensaio: “Como Pensar Sobre o Secularismo”. O erudito teólogo e cientista da religião chegou à conclusão de que quando afastado o pensamento religioso da sociedade, afasta-se também os fundamentos éticos que a balizavam até então, por conseguinte sua didática, método e ciência, de forma que o secularismo não atendeu às demandas esperadas.

Pelo contrário, irrompeu a sociedade em conflitos contínuos e ainda sem resposta. Percebe-se, desta forma, o grande componente subjetivo que modela os questionamentos éticos.

Debruçado sobre o tema, Martin Heidegger em *Ser e Tempo* (1989), citado por Boff (2003, p.50), reinterpreta os fundamentos do ser ético e retroage ao tempo anterior a Sócrates, Platão e Aristóteles, indo ao encontro da filosofia pré-socrática, afirmando que “o cuidado é a real e verdadeira essência do ser humano”. De fato, a fábula de Higino, que iniciou essa dissertação, ressoa de forma quase poética na essência humana; aquela que não necessita de interpretações e racionalidades abstrusas para que se faça entender os conceitos de Cuidado, de Aristóteles, de Tomás de Aquino, de Heidegger, de tantos outros; que ser ético é simplesmente o querer e o fazer o bem.

Balizada desta forma, a ética chega ao seu “clímax” quando o seu conceito se torna a profissão de fé de uma pessoa, qual seja aquela que estuda, trabalha e dedica a própria vida a cuidar do outro, zelando pelo próximo no momento terreno mais dramático e vulnerável: o da doença. Assim são os profissionais da saúde.

## **ÉTICA E SIGILO PROFISSIONAL**

Como parte integrante e formadora da assistência à saúde, o sigilo profissional comunga do cuidado ético os princípios e as bases para a correta atuação profissional na sociedade. Bem visto, o sigilo profissional enquadra-se na esfera deontológica por fazer o profissional de saúde compreender que a informação não é de sua posse, apenas participa de seu conhecimento, de forma a interpela-lo que as repercussões advindas da quebra do sigilo vão além do simples escrutínio público - ele tem o efeito direto de proteger a individualidade do sujeito por meio do seu sigilo - e a propriedade indireta de permitir ao mesmo sujeito e ao próximo o investimento pessoal na forma de relatar informação confidencial (FRANÇA, 2014).

Os profissionais de cada área, entendendo que deve haver um diploma legal para o esclarecimento e orientação nas querelas e embates do dia-a-dia, elaboraram códigos de ética. De forma que estes se enquadram como balizadores de conduta, não como caminhos fixos, mas de forma a nortear o profissional nas encruzilhadas da vida laborativa.

Um Código de Ética [...] não deve representar apenas um repositório de artigos da ‘ética codificada’, disciplinando a essência e a natureza da conduta [...], mas, antes e acima de tudo, um compromisso do [profissional] em favor da sociedade e, em particular, do ser humano, como quem conscientemente assume uma dívida no interesse superior do conjunto da comunidade (FRANÇA, 2010, p.01).

Para fomentar a discussão acerca dos princípios deontológicos que regem o sigilo profissional daqueles que lidam com aspectos diretamente ligados ao resguardo de informações, foram selecionados e analisados os códigos de ética dos profissionais de Medicina, de Advocacia, de Psicologia, num breve estudo comparativo.

O Código de Ética Médica – CEM (2009) trata diretamente o sigilo profissional no artigo 73: “É vedado ao médico: revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente”. Diante disto, o CEM desobriga o médico a guardar sigilo em três “salvos”: a) motivo justo; b) dever legal e; c) consentimento, por escrito, do paciente. Quanto ao motivo justo, França esclarece:

Admite-se por justa causa um interesse de ordem moral ou social que justifique o não cumprimento da norma, contanto que os motivos apresentados sejam, de fato, capazes de legitimar tal violação. Confunde-se, assim, com a noção do bem e do útil social, quando imperiosos de justificar um ato coativo. Pode-se dizer que o universo da justa causa é tão amplo que pode existir nos fatos mais triviais da convivência humana de quem exerce uma atividade essencial, ou na desesperada tragédia proletária dos que veem ameaçados de naufragar nas suas lutas cotidianas. (FRANÇA, 2010, p.185).

Já o dever legal “entende-se o cumprimento do que está registrado na lei, e a sua não execução constitui crime” (FRANÇA, 2010). Exemplos caracterizam as juntas médicas oficiais e as doenças de notificação compulsória. Contudo, já se vê aqui que não há ligação direta da inviolabilidade do segredo, haja vista que o paciente sabe desde o princípio da veiculação proposital da informação e da não ligação da doença diretamente à pessoa quando a informação vai ao órgão competente, no caso das de notificação compulsória. No terceiro salvo, é o critério próprio do paciente de considerar sua informação se sigilosa ou não. Há ainda três proibições taxativas no mesmo artigo:

Parágrafo único. Permanece essa proibição: a) mesmo que o fato seja de conhecimento público ou o paciente tenha falecido; b) quando de seu depoimento como testemunha. Nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento; c) na investigação de suspeita de crime o médico estará impedido de revelar segredo que possa expor o paciente a processo penal. (CEM, 2009, p.44).

Observa-se na alínea a que o sigilo profissional vai muito além da informação estritamente ligada ao paciente. Percebe-se aí que o redator do CEM vislumbrou na norma as repercussões que um profissional médico dá à informação, quais sejam, notoriedade, veracidade, primazia, entre outros, visto a fé pública que têm os profissionais de saúde. Além disto, o CEM alinha-se ao entendimento quanto ao Código Penal no trato “Dos crimes contra o Respeito aos Mortos” e “os danos morais e materiais que podem ser causados aos seus familiares” (FRANÇA, 2010).

As segunda e terceira proibições alinham-se ao pensamento de Bitencourt (2012), que diz que o próprio ordenamento jurídico brasileiro reconhece a importância dos segredos profissionais, tanto que protege a sua inviolabilidade, inclusive excluindo os profissionais da obrigação de depor, que é um dever de todos (art. 206, 1ª parte, do CPP); ressalva que os profissionais a quem são confiados segredos, nas circunstâncias referidas no tipo penal em exame, “são proibidos de depor”, salvo se, desobrigados pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho (art. 207 do CPP).

Bitencourt (2012) destaca ainda que, mesmo sendo desobrigados do sigilo do segredo pela parte, os referidos profissionais continuam desobrigados de depor: fá-lo-ão somente se quiserem, diz o art. 207 do Código de Processo Penal. Ressalva que a proteção legal do segredo protege tanto o titular do segredo quanto o seu destinatário, mesmo sendo liberado pelo titular do segredo, razões éticas justificam a recusa do profissional em depor acerca de segredos de que tenha tido ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão. Assevera, ainda o autor, que nenhum profissional pode ser obrigado a violentar seus princípios éticos, aliás, em nome dos quais as pessoas são levadas a confiar-lhes suas intimidades; e enquadra como simples eufemismos os termos “prestar informações” ou “esclarecimentos”, dizendo que tais termos são utilizados por determinadas autoridades, com visível abuso, para burlar a proteção legal (BITENCOURT, 2012).

No que diz respeito ao advogado, seu sigilo profissional é baseado no Código de Ética e Disciplina (CED) e no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O CED (2015) descreve o sigilo no artigo 35º: “o advogado tem o dever de guardar sigilo dos fatos de que tome conhecimento no exercício da profissão”. Já trazendo, logo em seguida, dois limitadores no artigo 37º: (1) “grave ameaça ao direito à vida e à honra” e (2) “que envolvam defesa própria”. De fato, limita claramente, no conflito de normas, o direito ao sigilo frente à vida e à honra. O Estatuto da OAB (1994), no seu artigo 34º, parágrafo VII, consubstancia as exceções do CED quando diz que se pode revelar sigilo se houver “justa causa”, similarmente ao CEM. O artigo 38º do CED veda, da mesma forma que o CEM, quando o profissional tem de depor como testemunha, reiterado pelo artigo 7º, parágrafo XIX do Estatuto, tornando o depoimento infração ética.

O psicólogo por sua vez utiliza-se dos artigos 9º, 10º e 11º do Código de Ética do Psicólogo (2005) para balizar suas atividades no campo do sigilo profissional. O nono artigo afirma: “é dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no

exercício profissional”. E no décimo artigo o código trata dos conflitos sobre a informação confidencial:

Nas situações em que se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no Art. 9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código, excetuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo. (CEP, 2005, p.13).

O citado diploma acentua dois motivos para quebra de sigilo: (1) conflito entre artigo nono do CEP e os Princípios Fundamentais do código e; (2) quando há “casos previstos em lei”. No primeiro motivo, o redator do código sugere que os fundamentos que sustentam o vernáculo podem ser obstaculizados pelo nono artigo e, como os sete Princípios Fundamentais<sup>4</sup> sustentam todo o código, cria-se um poder moderador para que não haja lei absoluta. No segundo motivo, o CEP segue a interpretação do CEM, artigo 73. Quando surge o conflito citado no artigo 10, o mesmo diploma deixa a critério do profissional resolver a querela buscando, textualmente, o “menor prejuízo”.

Entretanto, nota-se diferença significativa entre o CEP e o CEM no que trata das informações dadas em juízo. O código médico veda a prestação de informações (artigo 73, parágrafo único, alíneas *b* e *c*) em contraponto ao do psicólogo que admite que “quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo poderá prestar informações”, deixando o psicólogo ao mesmo tempo numa posição mais discricionária e juridicamente desamparada na medida em que fica a possibilidade em aberto da prestação ou recusa da quebra do sigilo, deixada ao campo da casuística e, por conseguinte, da avaliação do órgão de classe que venha a julgá-lo, caso venha a ser questionado, para além e eventuais questionamentos no âmbito legal.

De acordo com o exposto, os códigos de ética profissionais baseiam-se nas mesmas premissas, discorrendo seus entendimentos na crítica à realidade histórica, política, econômica, social e cultural (CEP, 2005), concernentes à sua própria forma de ver e entender o mundo e sociedade.

---

<sup>4</sup> I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática. V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão. VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada. VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

Constata-se então que na análise das questões sobre o segredo profissional, invoca-se aspectos jurídico e deontológicos, e que, “comumente, dá-se mais importância aos primeiros – à infração legal –, deixando de lado as questões deontológicas, consideradas de menor importância” (DIAS et al., 2013, p.453). Lembrando em seguida que a ruptura ética é mais danosa do que a infração penal, de forma a reconduzir a primazia das deliberações éticas ao direito positivo, deixando a figura humana no centro das atenções: “[...] ao violar um segredo desobedecem-se a leis, mas também se violam aspectos fundamentais das relações humanas: o respeito, a justiça, a confiança e a confiança” (GELAIN, 1998, apud DIAS et al. 2013, p.453).

### **SIGILO PROFISSIONAL E A ERA DA INFORMAÇÃO**

Diante do exposto, nota-se a tentativa dos códigos de ética em nortear e clarear as dificuldades do trabalho profissional diante do quadro dinâmico em que a sociedade atual aponta. Não se estranha que os citados vernáculos tenham redação recente: CEM de 2009; CED da OAB de 2015; e CEP de 2005, pois sentem a necessidade de acompanhar as demandas da atualidade, na fração do respeito, do compromisso e do cuidado éticos. Frente a isto tudo, põem-se o sigilo profissional diante do volume de informações produzidas e suas subseqüente repercussões na sociedade e na cultura como um todo.

Informação é “a resultante do processamento, manipulação e organização de dados” (SERRA, 2007). Todos os seres vivos processam, manipulam e organizam informação, de forma que é possível discriminar evolutivamente os seres – em mais ou menos evoluídos – de acordo com a informação que detêm.

Pode-se elucidar a questão tomando a planária – animal aquático – como exemplo. Este platelminto tem um órgão primitivo chamado ocelo em taça pigmentar, que é filogeneticamente a primeira formação tecidual sensível à luz. Não distingue cores, padrões, texturas, ou qualquer outra característica senão a intensidade da luz. O único objetivo deste órgão é informar ao animal a intensidade da luminosidade, concedendo-o proteção contra predadores que habitam a superfície das águas. Já as aranhas – subfilo *Chelicerata*, classe *Arachnida* – possuem olhos verdadeiros com córnea, cristalino, corpo vítreo e retina. Com essa estrutura tecidual, esses animais obtêm um volume muito maior de dados que advém do ambiente ao seu redor. Contudo, devido ao restrito componente nervoso central, os artrópodes não conseguem manipular quantidade suficiente de dados luminosos, apesar de conseguir captá-los. Um sistema nervoso central altamente complexo se faz necessário para

todo o processamento desta informação visual, somente observado nos cordados (RUPPERT et al., 1996).

A forma como o ser humano processa, manipula e organiza dados é uma boa ferramenta para se observar como o homem se adapta às necessidades que o mundo lhe traz em dado momento. De interesse particular, os historiadores analisam as ferramentas utilizadas para a criação e divulgação da informação propriamente dita (AZIZ, 1978). E, a partir daí, pode-se escalonar as civilizações e povos em – um de vários – graus de desenvolvimento. É notório a criação da escrita, personificada em tabuinhas sumérias, papiro egípcio e papel chinês (GIORDANI, 1972).

A forma facilitada de divulgação desta informação também é de máxima importância, observada na invenção da roda, utilizada subseqüentemente em carros puxados por animais. A tecnologia da prensa móvel criada em 1440 por Guttenberg soma-se à necessidade humana como máquina inventiva para a divulgação de informação. (KLOOSTER, 2009). E por último, o surgimento da *World Wide Web* em meados da década de 1990, que capacitou a transmissão de dados em grande quantidade e velocidade (WARD, 2011).

Diante da história do desenvolvimento tecnológico acerca da informação, constata-se que um grande montante de dados pode ser acessado com muita rapidez em praticamente qualquer lugar, a ponto de iniciar uma nova perspectiva dentro da Era da Informação (BRANDÃO, 2013), que apesar dos dados apresentarem-se quase que instantaneamente, o homem passa a se restringir por conta do tempo e da capacidade de inteligência, de forma que as ferramentas tecnológicas que sempre serviram para analisar certo padrão de desenvolvimento humano, já não mais vislumbram o horizonte em que se encontra o ser humano. É a sua própria natureza que limita o processamento, manipulação e organização de dados.

Percebe-se isto com as horizontalidades e superficialismos das análises com maior aprofundamento teórico, dos pontos e contrapontos advindos de diferentes perspectivas, das análises no campo prático-científico das ideologias, da contribuição de todo movimento histórico nos casos correntes (HEGEL, 2005). De tal forma que a enxurrada de dados que inunda a sociedade não consegue ser organizada e processada, deixando num superficialismo ignominioso parcela considerável da população, massificando-a com informação de baixa qualidade.

Ou seja, constata-se então que foi alcançado pelo homem um novo nível de produção de informação que supera em muito a própria capacidade de inteligência desta mesma informação. O que decorre a partir daí é a falta de entendimento completo e abrangente por força da

enxurrada de dados, que amiúde do célere tempo, dificulta o aprofundamento das conjecturas sociais e culturais. O célebre Umberto Eco (2001) diz que a não garimpagem de informação juntamente com a imensa quantidade de coisas que circula é pior que a falta de informação. Eco diz que o excesso desta provoca a amnésia e que quando o sujeito não se lembra do que aprendeu, ele se parece com animais. Sintetiza que conhecer é cortar, é selecionar.

A repercussão deste novo padrão de vivência com o volume de informação estratifica-se em escalões na participação que cada grupo desenvolve no aparato social.

Exemplo disto é dito por Sampaio e Rodrigues quando dizem:

Partindo da hipótese que a esfera privada da vida de alguns indivíduos tende a ser confiscada em maior medida que a vida de outros, pode-se dizer que o lugar de tensão entre o respeito à vida privada, sem discriminação, e as escolhas da sociedade estão desaparecendo, é como se todos os meios fossem válidos desde que justificados (SAMPAIO; RODRIGUES, 2014, p.86).

Seguindo esta mesma linha de pensamento, circunscreve-se o psicólogo, que acessa mais do que informações privadas de saúde/doença; detêm sobejamente dados profundamente íntimos de seus clientes, haja vista a vastidão da atuação do dito profissional em múltiplos campos de percussão social e, não obstante, o método de trabalho, que demanda duradoura e inquisitiva busca para ajudar seu cliente. É neste íterim que se associa a pressão social por informação com a hermenêutica deontológica.

De fato, a busca incessante e quase irracional por informação personificada no volume de dados que permeia a sociedade faz parte de um quadro muito maior de equacionamento, equilíbrio e adequação, ou seja, o movimento no qual o sujeito se vê inserido nos vetores sociais e culturais os quais ele pertence e, como ser que pensa, que tem vontade e desejos, este mesmo sujeito quer se mostrar vivo e com vida. Diante do quadro, o sujeito busca meios para expressar e embasar suas opiniões, como na ética e na moral, relatado por Romaro:

[...] as transformações sofridas pela sociedade, quer por questões econômicas, políticas, sociais, descobertas científicas, também redundam em um questionamento de valores e em dilemas éticos, na tentativa de se formar um ser humano menos alienado e manipulável, que possa usufruir os novos conhecimentos sem perder ou perverter suas características humanas, sem perverter sua liberdade (ROMARO, 2006, p.41).

E é por força dessa busca, materializada na imensidão de informações que circundam nossa sociedade e cultura, que setores que justamente lidam com informação, *maxime* sigilosa, é que estão na alça de mira da dinâmica da Era da Informação.

Em consonância com o exposto, Cristina Pellini (2009, p. 07) relata: “privacidade [...] é a limitação de acesso a informações de uma dada pessoa, ao acesso à própria pessoa, à sua

intimidade, os seus segredos”. Dito isto, exemplos da busca pelo coeficiente moral na modernidade, consubstanciam-se em decisões judiciais que dão à família acesso irrestrito a prontuário médico<sup>5</sup> ; possibilidade de quebra de sigilo profissional baseado no “motivo justo” (CEM, 2009), baseado na “busca pelo menor prejuízo” (CEP, 2005). E são nessas asserções modernas que a pressão advinda da sociedade “na [sua] tentativa de se formar um ser humano menos alienado e manipulável” (Romaro, 2006, p.41) que impacta diretamente na interpretação dos ditames éticos explicitados no CEP, concernentes à subjetividade do psicólogo.

Mostra-se então imperativa a análise, a busca e o estudo por parte desses profissionais sobre a inserção do dilema moderno na vivência profissional, lembrando-se sempre, como relata Pellini (2009, p. 07): “o cliente não relata aspectos íntimos ao psicólogo ou ao médico por mero capricho, mas deposita nele sua confiança para a defesa de um bem material ou espiritual”.

A questão da informação que o Psicólogo tem acesso e a curiosidade com a vida pessoal pode ser realçada como um fator a mais a se destacar no cuidado que se deve ter, trazendo aqui para encerrar mais uma vez as questões abordadas anteriormente como: Ética no trabalho como cuidado do outro, o aspecto abrangente do art. 9º do CEP e o perigo que pode ser numa era seduzida pela liberação do segredo como um prazer ou um fator de socialização.

## **CONCLUSÃO**

O quadro apresentado pelo estudo em voga mostra as concepções de fundo ético que validam a questão do sigilo profissional, apresentando em seguida as variações doutrinárias particulares que cada profissional (médicos, advogados e psicólogos) têm acerca da informação privada. E no ponto cardinal do estudo, foi introduzida a ideia acerca da nova dinâmica social que se cria a partir dos vetores volume e velocidade de informação, em vistas ao viés ético criado quando se trata de sigilo profissional.

O atual cenário mostra-se com transformações sensíveis numa das formas de interação humana, como o é a comunicação, no sentido de transmissão, processamento e inteleção. De forma que em tudo que o ser humano faz há um fundo ético (ARISTÓTELES, 2014), essa nova forma de interlocução também desponta numa nova perspectiva ética. Comungando desta visão, encontra-se o psicólogo, que não se furta ao entendimento dos novos desafios

---

<sup>5</sup> Decisão do Superior Tribunal de Justiça no recurso ordinário em MS Nº 11.453 - SP (1999/0120187-0).

que lhe surgem no decorrer do labor, acentuados pela particularidade que este profissional desempenha na sociedade, principalmente pela sua subjetividade própria.

Ao longo deste estudo, procurou-se mostrar a importância de se pensar sobre o sigilo, tanto no período de formação dos futuros profissionais, quanto na própria atuação do psicólogo. Apesar da escassez de material sobre o assunto, sabe-se que existem produções acadêmicas acerca de reflexões e questionamentos ao profissional de Psicologia. Neste sentido, é indispensável a estimulação das discussões acerca do assunto, aprofundando o conhecimento para adoção de posturas eticamente adequadas, frente a situações conflituosas.

Em virtude disso, não há respostas exatas, regras do que se deve fazer e do que não fazer. Percebe-se que existe uma diretriz geral – Código de Ética, mas cada situação deve ser objeto singular da análise do profissional. Dessa forma, se faz necessário estudos futuros que se dediquem a esta dimensão pouco explorada, haja vista a brevidade do fenômeno. De modo geral, os pensadores consultados neste estudo apontam a importância da análise e da atualização desta nova perspectiva.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicomaco**. 4.ed. São Paulo: Edipro, 2014.

ÁVILA, H. Repensando o Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador, 11 set. 2007. Disponível em: < <http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-11-SETEMBRO-2007-HUMBERTO%20AVILA.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

AZIZ, P. **A Palestina dos Cruzados: grandes civilizações desaparecidas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Forni, 1978.

BITENCOURT, R.C. **Tratado de Direito Penal 2: Parte especial: dos crimes contra a pessoa**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRANDÃO, A.M. Interpretação Jurídica e direito à privacidade na Era da Informação: uma abordagem da hermenêutica filosófica. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, v.XVIII, n.22, p.232-257, 2013. Disponível em:<<http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/paradigma/article/view/237>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p.23911, 31 dez. 1940.

BRASIL. Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.19699, 13 out. 1941.

BRASIL. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.1, 11 jan. 2002.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº4277. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, ementário nº2607-3, p.611-880, 14 out. 2011.

BOFF, L. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. 1.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CANCIAN, Natália. Justiça autoriza acesso de famílias a prontuários após morte de paciente. **Folha de São Paulo**, Brasília, 30 abr. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/04/1766420-justica-autoriza-acesso-de-familias-a-prontuario-apos-morte-de-paciente.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2016.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. RESOLUÇÃO CFAOB nº. 02/2015. **Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil**, Brasília, 19 Out. 2015. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/Content/pdf/novo-ced.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n.º 1.931. **Código de Ética Médica**, Brasília, 17 set. 2009. Disponível em: <<http://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n.º 010/2005. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, Brasília, 21 jun. 2005. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DIAS, O. V. et al. Segredo profissional e sua importância na prática de enfermeiros e odontólogos. **Rev. Bioét.**, Minas Gerais, v.21, n.3, p.448-454, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-80422013000300009&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422013000300009&lang=pt)>. Acesso em: 20 set. 2016.

FRANÇA, G.V. **Direito Médico**. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

\_\_\_\_\_. **Comentários ao Código de Ética Médica**. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

FRANKLIN, B. **Autobiografia**. 1.ed. São Paulo: Martin Cleret, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIORDANI, M. C. **História da Antiguidade Oriental**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

GIRON, L.A. Umberto Eco: o excesso de informação provoca amnésia. **Revista Época**, São Paulo, 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2011/12/umberto-eco-o-excesso-de-informacao-provoca-amnesia.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

HEGEL, G. W. F. **A história da filosofia**. 2.ed. São Paulo: Hemus, 2005.

KLOOSTER, J.W. **Icons of invention: the makers of the modern world from Gutenberg to Gates**. Santa Barbara: Greenwood, 2009.

PELLINI, Cristina. Questões éticas o prontuário, a comunicação dos atendimentos e o Sigilo Profissional. **Jornal da Psicologia CRPSP**, São Paulo, dez-jan. 2009-2010. Disponível

em:<[http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/jornal\\_crp/163/frames/fr\\_questoes\\_eticas.aspx](http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/163/frames/fr_questoes_eticas.aspx)>. Acesso em: 23 out. 2016.

ROMARO, R.A. **Ética na Psicologia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ROMARO, R.A. Considerações sobre a postura ética no exercício profissional. **Rita Romaro**, jun. 2002. Disponível em:< <http://www.ritaromaro.com.br/consideracoes-sobre-a-postura-etica-no-exercicio-profissional/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

SAMPAIO, S.S; RODRIGUES, F.W. Ética e sigilo profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº117, p.84-93, 2014. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000100006)>. Acesso em: 19 jun. 2016.

SERRA, J. P. **Manual de Teoria da Comunicação**. Covilhã: Labcom, 2007.

SILVESTRE, P. Quando uma legião de imbecis é mais importante que Umberto Eco. **Estadão**, São Paulo, 12 jun. 2015. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/macaco-eletrico/quando-uma-legiao-de-imbecis-e-mais-importante-que-umberto-eco/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

RUPPERT, E.E.; FOX, R.S.; BARNES, R.D. **Zoologia dos Invertebrados**. 6.ed. São Paulo: Roca, 1996.

WARD, M. How the web went world wide. **BBC News**, United Kingdom, 3 Aug. 2006. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/5242252.stm>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

## **A INFLUÊNCIA ARQUETÍPICA DA ANIMA E DO ANIMUS NO SURGIMENTO DOS CONFLITOS NA RELAÇÃO CONJUGAL**

Fabricia Fiorotti Rodrigues Cabaline<sup>1</sup>; Rafael Cabaline de Souza<sup>1</sup>; Alba Valéria de Almeida da Silva<sup>1</sup>; Kirlla Cristhine Almeida Dornelas<sup>2</sup>

1. Acadêmico de Psicologia na Faculdade Brasileira – Multivix Vitória – ES.

2. (Orientadora) Graduação, Mestrado e Doutorado em Psicologia pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo.

### **RESUMO**

Correlacionar a psicologia analítica aos conflitos dos casais significa entender as manifestações da psique de cada sujeito dessa relação. Por meio dos arquétipos da anima e do animus, Jung tem contribuído de maneira única na compreensão do homem e da mulher e como eles se inter-relacionam, a partir do entendimento que todo ser humano é andrógino. A partir dessas considerações, utilizaremos os conceitos da psicologia analítica para uma compreensão simbólica desses arquétipos nas relações conjugais heterossexuais. O trabalho desenvolvido seguiu as diretrizes do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, onde foram destacadas algumas categorias para análise. Tais foram interpretadas através da análise de conteúdo. Após a leitura do *corpus*, foram identificados os conflitos mais recorrentes no cotidiano do casal como: ciúmes, inveja, infidelidade e necessidades pessoais. Para discutir os conflitos dentro da perspectiva analítica foram apresentadas as projeções e os conflitos arquetípicos da anima e animus. Foram identificados fatores resolutivos como a comunicação entre os cônjuges, a confiança e a psicoterapia para proporcionar o desenvolvimento positivo da trajetória do casal.

**Palavras-Chave:** Relacionamento conjugal; anima e animus; psicologia analítica; conflitos.

### **ABSTRACT**

To correlate the analytical psychology with couple conflicts means to understand the manifestations of psyche of each person of this relationship. Through the archetypes of the anima and the animus, Jung has been contributed uniquely in the understanding of man and woman and how they interrelate, from the understanding that every human being is androgynous. From there we will use the concepts of analytical psychology for a symbolic understanding of these archetypes in heterosexual conjugal relationships. The work developed followed the directives of the exploratory study, through a bibliographical research, where some categories for analysis were highlighted, these categories were interpreted through content analysis. After reading the corpus, were identified the most recurrent conflicts in the daily life of the couple like: jealousy, envy, infidelity and personal needs. To discuss the conflicts inside the analytical perspective, the archetypal projections and conflicts of the anima and animus were presented. Resolving factors were identified like the communication between spouses, the confidence and psychotherapy to provide positive development of the couple's trajectory.

**Keywords:** Conjugal relationship; anima and animus; analytical psychology; conflicts.

### **1 INTRODUÇÃO**

Muitas são as questões que desafiam a vida dos casais, e encontrar respostas que contemplem essas questões tem levado muitos autores a pesquisar sobre os conflitos nos relacionamentos conjugais. Em face disso, correlacionar a psicologia analítica aos conflitos dos casais, significa entender as manifestações da psique de cada sujeito nessa díade. Para melhor entender tal contexto é necessário uma compreensão sobre o amor romântico, que está diretamente implicado na viabilidade do vínculo de um indivíduo com o outro, e porque é o amor romântico quem anuncia um relacionamento genuíno.

Os ideais do amor romântico foram expandidos na burguesia. O casal poderia encontrar nesse amor um ambiente que possibilitaria o apoio emocional. Consideremos a diferença do amor apaixonado para o amor romântico. O primeiro é visto como invasivo, e leva o indivíduo a

evitar suas tarefas cotidianas. O amor apaixonado tem um tom de encanto devoto, esse tipo de amor é tido como subversivo, sendo assim, perigoso e não reconhecido como um alicerce para um relacionamento conjugal. O amor romântico começou a ser demarcado no final século XVIII, embora diferente do amor apaixonado, foram introduzidos alguns desses elementos (GIDDENS, 1993).

No final do século XIX para o início do século XX, com o advento das pílulas anticoncepcionais, o divórcio, e com a igualdade entre homens e mulheres e a maleabilidade que os seres apresentavam para se relacionar, o encantamento das tragédias dos romances da era romancista foram perdendo força. Amar o outro no relacionamento é amar a pessoa como ela é. Esse amor romântico não é eterno, o ser humano carrega em si várias vivências consideráveis que podem resultar em alguns problemas psíquicos, causando medo e inseguranças. Para se amar é necessário que tenha um grau de lógica, coragem e conhecimento. É observado que muitos relacionamentos nos ideais do amor romântico acabam em insatisfação, não por causa do amor, mas em relação aos ideais ilógicos que são transmitidos para o amor (BRANDEN, 1998).

Na perspectiva junguiana, pressupõe-se que a união entre duas pessoas é um relacionamento psíquico, com duas consciências, pois no estado de inconsciência não há esse relacionamento. Para que o indivíduo tome consciência de si é fundamental que o sujeito se diferencie do outro, e quando há essa distinção, é capaz de surgir um relacionamento. A escolha do outro se dá de uma maneira inconsciente, salvo por motivos de casamentos arranjados por influências dos pais ou sagacidade. As influências paternas e maternas direcionam o indivíduo à escolha do parceiro, pois quando há uma boa ligação com seus pais o sujeito se relacionará com o outro de maneira facilitada (JUNG, 1986).

Em uma convivência a dois, existe o eu e o outro de maneiras distintas. Dentro dessa relação há a possibilidade de dois se encontrarem e proporcionar experiências sexuais, íntimas, desafiadoras, além do desenvolvimento pessoal das pessoas envolvidas. A partir daí cria-se a terceira identidade do casal, que é a conjugalidade quando os dois se unem (ALBERT, 2015).

Segundo Jung, os arquétipos da anima e animus são os responsáveis pelos relacionamentos, fomentando uma concepção do outro e também a sua ruína. O encontro de dois sujeitos ativam esses arquétipos, conduzindo o casal para o relacionamento. Por meio dos arquétipos da anima e do animus, Jung tem contribuído de maneira única na compreensão do homem e da mulher e como eles se inter-relacionam. A partir do entendimento de que todo ser humano é andrógino, os arquétipos são representações que já existem desde a mais tenra humanidade. São formas estruturais de imagens que estão presentes no inconsciente coletivo, e que são, supostamente, herdadas biologicamente, expressando-se na forma de energia psíquica (JUNG, 1998; JUNG, 2002).

Dessa forma, os arquétipos constituem o alicerce dos padrões de comportamento humano instintivos, compartilhado por toda espécie humanitária, e são demonstrados à consciência de formas diferenciadas (SANFORD, 1986). Não há homem algum que seja, exclusivamente, masculino, não possuindo em si, algum traço feminino. Nesse sentido, quando o homem escolhe uma mulher para um relacionamento afetivo, essa escolha está implicada na imagem

que corresponda à sua própria feminilidade inconsciente, isto é, à mulher que corresponda a essa projeção. Numa relação inconsciente, a anima e o animus vão projetar, um no outro, o par ideal que se identifica com o que está internalizado com a figura masculina (pai) e feminina (mãe), respectivamente, que ambos têm como referência primeira na vida de cada um, e depositam nessa imagem o que esperam que cada um desenvolva conforme as expectativas que foram criadas diante de tais projeções. Enquanto essa relação ocorrer no inconsciente, ocorrerão também os conflitos, uma vez que não tenham consciência de suas projeções (JUNG, 2008).

Com relação à mulher, encontra-se presente em seu corpo uma minoria de genes masculina, que Jung vem chamar de animus, que se refere à parte masculina inconsciente presente na mulher. Dessa forma o animus contraria a própria natureza feminina, que na sua essência busca pelo relacionamento afetivo. Do mesmo modo que o homem, a mulher irá condensar todas as experiências que vivenciou com a figura masculina durante o curso da sua vida. E, a partir dessas referências arquivadas, inconscientemente, irá vai modelar a imagem que procura de um homem, projetando sobre ele uma imagem ideal. No caso da mulher, o primeiro receptáculo do animus é a figura do pai, que terá sua imagem projetada sobre o homem amado. Porém, do mesmo modo que a anima, o animus pode evoluir, o que significa a integração do masculino na consciência da mulher (SILVEIRA, 1981).

Na mulher, o animus pode se manifestar de forma que ela apresente uma voz firme, masculina e persistente, determinando muitas vezes suas afirmações com traços impetuosos. Contudo, uma mulher que não apresente essas características e exteriormente se apresente feminina, o animus se demonstra com a mesma força, e esbarramos com uma mulher irredutível, impiedosa e impenetrável. As concepções do animus são inquestionáveis, possui uma opinião fixada, firme, quando constelado em sua forma negativa ou obscura. A anima quando eclode no homem de forma negativa irá se expressar de maneira irritada, incerta e angustiada. As situações cotidianas ficam sem sentido e com aspecto pálido, tornando o homem com aspectos rancorosos, venenosos, desvalorizando todos os aspectos da vida, incapacitando-o de lutar pelos seus princípios. Esse arquétipo pode influenciar o homem positivamente na escolha de sua parceira, e também o socorre quando necessário a discernir pontos escondidos em seu inconsciente, sintonizando a consciência masculina com seus valores pessoais mais significativos. Esses arquétipos quando manifestos de forma positiva apresentam uma conexão para o self (núcleo mais profundo da psique) do sujeito através de uma ação criativa (FRANZ, 2008).

Estudar essas influências arquetípicas que impactam a relação conjugal permite aos sujeitos perceberem que além das manifestações conscientes, os fenômenos inconscientes muitas vezes assumem o controle da relação do casal, acarretando sérios prejuízos para a relação. A procura homem/mulher é arquetípica, assim como também são seus conflitos. A partir daí utilizaremos os conceitos da psicologia analítica para uma compreensão simbólica da anima e animus nas relações conjugais heterossexuais. Considerando essa relação como uma tarefa complexa na construção do vínculo do casal, buscamos por meio deste artigo proporcionar uma melhor compreensão das relações amorosas e dos conflitos que permeiam essas relações, promovendo a ampliação da consciência que, por meio do enfrentamento dos conflitos e o confronto com as sombras, poderá favorecer desse modo no processo de individuação.

## 2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu as diretrizes do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). Portanto, realizamos o levantamento de dados na plataforma Google Acadêmico com os seguintes descritores: Anima e animus; relacionamentos conjugais; conflitos conjugais e psicologia analítica junguiana. Após uma leitura flutuante, foram selecionados 07 artigos científicos no período de 1998 a 2016, que dissertam sobre temática objetivada pela pesquisa. A partir da proposta de Franco (2005), para a análise de conteúdo, destacamos a relevância teórica revelada no *corpus*.

## 3 REFLEXÕES ANALÍTICAS

Ao realizarmos a análise dos conteúdos, podemos destacar alguns conflitos e sua relação com as experiências de anima e animus do casal, assim como estes arquétipos, também, podem conter em si os elementos resolutivos para uma maior satisfação do relacionamento conjugal.

### 3.1 CONFLITOS

Nas lamúrias e conflitos conjugais, existem fatores que após a iniciação de um relacionamento, atrai ambos os cônjuges, e, após um tempo dessa relação, transformam-se em uma dificuldade de tolerar o outro. Há uma potência inconsciente de um parceiro agindo sobre o outro, estímulo esse capaz de conceber um ambiente de caos no convívio conjugal, que incentiva os cônjuges a atuarem em conjunto no inconsciente do outro, podendo perdurar algumas situações que podem ser insolúveis ou estáticas (BENEDITO, 2004). Para isto, discutiremos os seguintes conflitos: ciúme, inveja, infidelidade e as necessidades pessoais.

#### 3.1.1 O CIÚME

O ciúme é demonstrado na maioria das vezes no relacionamento para que seja preservada a fidelidade dessa união, por mais consistente que seja a relação. Quando há ciúmes excessivos conseqüentemente essa união poderá se desfazer, pois esse sentimento deteriora os pensamentos do indivíduo, tornando-o escravo dessa sensação, podendo até mesmo conduzir o casal a enredos perigosos e lamentáveis (ALMEIDA, 2007).

Esse sentimento surge na relação quando há comparação, disputa ou medo de ser trocado por outro. Quando alguém sofre com o ciúme, sendo vítima ou opressor, há uma alteração em todo o sistema familiar, carregando consigo uma sensação de debilidade. O ciúme evidencia que algo não vai bem no relacionamento e se mostra como um sinal de alerta (ALMEIDA; RODRIGUES; SILVA, 2008).

No encontro amoroso entre duas pessoas, há uma grande possibilidade de que um dos parceiros se sinta ameaçado nessa relação. Se a ameaça é real ou imaginária, o ciúme pode aparecer. O indivíduo acometido pelo ciúme por não ter segurança dos fatos, entra num estado compulsivo a respeito da realidade, tendo uma visão turva da situação, conseqüentemente, aderindo às suspeitas (CAROTENUTO, 2004).

Se o ciúme for usado para encarcerar o parceiro, torna-se patológico. Na relação amorosa conjugal, quando o ciúme se torna patológico, pode influenciar em todo o contexto de vida

das pessoas envolvidas, interferindo em todas as áreas, tais como: social, profissional, familiar e íntima, por muitas vezes causando graves conflitos (CENTEVILLE; ALMEIDA, 2007). Quando existe esse ciúme doentio na união conjugal, causando um sentimento de ameaça em um dos parceiros, Pazo (2009) relata que pode haver vários tipos de agressões, inclusive a física.

Para a psicologia analítica, o ciúme está presente em todos os indivíduos por intermédio do inconsciente coletivo, e tem característica de função estruturante básica da psique, servindo como alimento para a consciência. Pode se transformar em um sentimento intolerante na relação conjugal. Em nossa cultura tradicional é de costume classificar o ciúme como uma ameaça, e admitir que possa ser benéfico para a evolução da consciência é uma tarefa complicada. Nesse momento, o ciúme reprimido atua na sombra, tornando-se subversivo e avassalador, desestabilizando o indivíduo (BYINGTON, 2005b).

Em contrapartida, em algumas situações, o ciúme pode aparecer de forma positiva no relacionamento, perante a reflexão que cada indivíduo faz desse sentimento, produzindo então um estado de alerta, onde cada poderá discernir os fatos (CENTEVILLE; ALMEIDA, 2007). Perante esse sentimento, o indivíduo que sente ciúme poderá consolidar seus pontos fracos e buscar uma completude em sua autoestima, mostrando dessa forma, que esse sentimento pode ser usado positivamente a seu favor.

Partindo dessa discussão sobre o desenvolvimento do ciúme na relação conjugal, notamos que é necessário que o casal desenvolva uma nova forma de se relacionar com as projeções da anima e animus, para que haja respeito e reconhecimento adequado dos valores femininos e masculinos, ou insatisfações existentes em cada um, a fim de que se inicie uma evolução de suas psiques, promovendo uma evolução do processo de individuação.

### 3.1.2 A INVEJA

Culturalmente a inveja não é completamente aceita, pois traz uma conotação de um sentimento ruim. Quando reprimida, produz mecanismos inconscientes que são aptos para mascará-la, objetivando rejeitar que ela exista. Inveja e ciúmes aparentam ser equivalentes, estabelecendo uma confusão. Porém, eles possuem diferenças entre si. Geralmente o ciúme é culturalmente permitido, pois se considera que há nele um esforço para recuperar aquilo que foi tomado do indivíduo. A inveja então emerge do sentimento de poder sobre o outro. (COLACITI; SARTORI, 2008). Diante disso, para Almeida (2007), a inveja é um elemento à parte dos ciúmes, mesmo que nos ciúmes a inveja também possa aparecer e valorizará ainda mais o julgamento que se faz do adversário.

A inveja pode se manifestar na vida do sujeito quase que imperceptível. Está enumerada como um dos pecados dentro da concepção da igreja, levando o indivíduo a sofrer quando se revela em sua forma mais intensa, evidenciando um desejo destruidor. Para o invejoso, ter alguma coisa equivalente ao outro não é satisfatório. A luta do invejoso é retirar do próximo que ele cobiça, as características ou qualidades do outro. Essa depreciação do objeto do outro é para que o ganancioso não precise mais invejar o que é do próximo e possa se regozijar. Em contrapartida, essa sensação da inveja faz com que o indivíduo com sua ganância se sinta impotente e incapaz, afirmando através desse comportamento a supremacia do outro ser (ALMEIDA, 2007).

É de costume a inveja estar presente na vida dos indivíduos, um sentimento muitas vezes camuflado, algo que não se pode confessar. Está exposta em diferentes situações, e pode ser considerado um atributo humano. A pessoa que possui inveja do outro, está sempre em estado de alerta, por vezes desconfiada, fazendo com que o sujeito invejoso se sinta inferior aos outros. Esse sentimento costuma vir acompanhado de uma cólera, e um sentimento de não aceitação do sucesso alheio. (BANDELI; CARDOSO; DALCO, 2003).

A partir das reflexões da psicologia analítica, analisa-se que esses momentos de tensão e aflição também têm muito a nos ensinar. Nossa consciência e nosso inconsciente vão catalogando todos os acontecimentos cotidianos, ruins ou bons para que os seus significados tenham uma contribuição para a existência do sujeito. Obviamente se essa função estruturante da inveja for levada para o lado destruidor, essa função operará na sombra do indivíduo. O desejo é como um impulso para o sujeito, e na inveja esse desejo aparece como uma vontade de gozar daquilo que o outro possui. Esse desejo é de grande importância para o Self, impulsionando o processo de individuação do sujeito, e essa inveja criativa vai se empenhar a buscar e dedicar sua vida na realização desses desejos. Como a inveja é arquetípica, quando negativa, destrói essa capacidade criativa, atuando na sombra e limitando a consciência. (BYINGTON, 2005a).

De fato, quando o casal não percebe a negatividade da inveja, acarretará em danos para esse relacionamento como: sentimento de inferioridade, insegurança, desconfiança; o sujeito age com sarcasmo, ironia, levando a um desgaste do relacionamento (COLACITI; SARTORI, 2008). Nota-se a necessidade de os casais estarem atentos para qualquer manifestação desse sentimento em si de forma negativa, pois, para que esse relacionamento evolua e se prolongue, estar consciente das manifestações que nele ocorrem, torna-se extremamente relevante para a manutenção da relação.

### 3.1.3 A INFIDELIDADE

Na conjugalidade, a fidelidade está entre os maiores requisitos quando escolhemos um parceiro. Sendo assim, quando essas condições não são atendidas, torna-se um conflito muito obscuro para a relação. Na busca por um relacionamento, existem alguns fatores indispensáveis a respeito das qualidades almeçadas no outro indivíduo, tais como: companheirismo, fidelidade, dentre muitos outros atributos. Porém, encontrar em uma só pessoa todas essas idealizações é quase impossível. Diante desses fatos, o indivíduo acaba se relacionando, fazendo um “pacto” com o outro, e no futuro descobrirá que obteve algo inconcebível, surgindo assim os conflitos (COLACITI; SARTORI, 2008). Os parceiros apostam em uma relação total de confiança em suas relações conjugais (OLTRAMARI, 2009). Contudo, não existe nada eficaz que impossibilite uma traição, pois a infidelidade pode ser concebida até mesmo no pensamento, já que não há empecilho para a traição quando ela é desejo do indivíduo (CENTEVILLE; ALMEIDA, 2007).

A presença de outro na relação rompe com o que está estabelecido nessa conjugalidade. Há uma satisfação para um dos cônjuges e um desprazer para o outro. Nesse momento surgem os conflitos. Do triângulo amoroso, um dos componentes será desprezado, e a partir daí esse relacionamento será conduzido por um novo aspecto, de uma esposa ferida a um cônjuge que aparenta desinteresse (BENEDITO, 2004).

Aparentemente, parece difícil um casal entender que a traição começa com a traição de si mesmo. A traição pode ser entendida através da busca de reconhecer os fatores que estão implicados na angústia de cada indivíduo. Essa situação é comum na vida conjugal, é o momento onde a consciência tentará adquirir uma identidade própria, pois é na traição que o sujeito se torna um elemento próprio da sua história (CAROTENUTO, 2004).

Em nossa sociedade, em alguns casos, há o costume de se vingar do parceiro que trai na relação. Geralmente, há casos de morte do concorrente e até mesmo de um dos companheiros, resultado desse de um modelo de sociedade onde a cultura patriarcal predomina. Na mitologia grega também vemos vários exemplos de vingança por infidelidade de um dos cônjuges. Zeus, por exemplo, aniquilou Iason quando percebeu que Deméter e ele estavam tendo um caso. Por meio dos mitos identificamos que até mesmo em nossa literatura esses fatos retratam o que hoje acontece em nossa geração (CENTEVILLE; ALMEIDA, 2007).

De acordo com Sousa, Santos e Almeida (2009), a insatisfação na relação pode abrir lacunas e possibilitar a entrada de outra pessoa. Essa terceira pessoa traz com você inovações, que valorizam as qualidades e desvalorizam os defeitos, propiciando para quem trai uma comparação da relação extraconjugal para com a atual. O fato de o indivíduo escolher uma pessoa para ter uma relação, não significa que no futuro não possa mudar de ideia e querer se relacionar ao mesmo tempo com outra pessoa. A infidelidade pode ser tanto no âmbito emocional, quanto sexual. A emocional pode ser definida por uma ligação afetiva com uma pessoa fora do relacionamento conjugal. Quando o casal cria um laço amoroso ou sexual, carrega para a relação um “acordo inconsciente” para delimitar a vida conjugal.

Para que se produza o amor romântico, é fundamental que haja confiança. Sem ela, o relacionamento não se institucionaliza. Há um desejo de fidelidade como se fosse uma única maneira para que o amor romântico venha a se realizar (SILVA, 2005 citado por OLTRAMARI, 2009). Assim como encontramos vários “acordos” de fidelidade feita nos relacionamentos conjugais, notamos que as explicações para esse conflito também dependerão de como o casal conduz essa relação, e deve ser considerada a subjetividade do sujeito e sua cultura, que pode sofrer influência dos tempos mais remotos da sociedade em que vivemos, estando presentes no inconsciente de cada indivíduo dessa díade.

#### 3.1.4 NECESSIDADES PESSOAIS

A dificuldade do casal está no fato de conseguirem conciliar duas individualidades em uma relação conjugal. São duas pessoas diferentes, dois mundos diferentes, dois “eus” distintos nessa relação, sendo que na conjugalidade é uma identidade conjugal, o desejo é dividido, e todo o projeto de vida é unificado. Para que haja uma manutenção do casamento em tempos modernos e para que ele se constitua, o individualismo é um grande agente influenciador. Os laços que unem essa relação contemporânea não são enfatizados, porém, o que vemos é a supervalorização da autonomia e um contentamento individual dos cônjuges.

No entanto, no relacionamento conjugal, há uma identidade conjugal, demandando assim uma constituição de uma zona comum entre eles. Essa individualização no espaço conjugal

fragiliza o relacionamento, porque para fortalecer essa conjugalidade é necessário e quase que imprescindível a renúncia da individualidade (CARNEIRO, 1998).

Na maioria dos relacionamentos conjugais, Pazo (2009) relata que as mulheres cedem à sua individualidade, fazendo com que haja um desbotamento dela, e esse fator não diminui a elaboração de uma angústia no relacionamento conjugal, pois nesse momento, a sua individualidade se tornou obscura por causa do alargamento da individualidade do outro, o que por sua vez acaba causando deformações na estrutura de si, como, por exemplo, um suspeito sentimento de amor para com o parceiro.

De acordo com Reis (2007), logo quando o casal opta por estarem juntos, os cônjuges tendem a se adaptar às necessidades cotidianas e aos filhos. Dessa maneira, contemplar o parceiro na relação fica dificultoso. Essa circunstância rotineira na vida dos casais pode comprometer o relacionamento. Quando a individualidade prevalece, há uma ameaça de que o indivíduo esqueça suas obrigações com o cônjuge, refletindo também nos seus relacionamentos familiares e sociais.

As mulheres querem assumir um comando de suas escolhas, passam então a querer não se sacrificar em nome de suas famílias, mesmo que tal prática dê aos olhos dos outros uma posição digna. Passam então a questionar a respeito de continuar a serem leais a si e aos seus sentimentos, e ao mesmo tempo, não perdendo a responsabilidade com o cuidado com a família (PAZO, 2009).

Os casais continuam mantendo o relacionamento, mesmo que fingido, muitas vezes pela incerteza do novo, de encarar uma nova situação conjugal e um despreparo para lidar com uma situação econômica distinta da qual se tem vivido. As necessidades pessoais dos sujeitos, seus compromissos sociais, os filhos, os amigos colaboram para que esse relacionamento se perpetue, mesmo que de forma pressionada. Porém essa realidade mascara todos os aspectos subjetivos do casal, influenciando, negativamente, nessa relação (COLACITI; SARTORI, 2008).

Alguns fatores de insatisfação ficam bem aparentes quando tratamos da temática da necessidade pessoal dos parceiros na conjugalidade, tais como o tempo que o marido se dedica à parceira e até mesmo a sua percepção com a sua aparência. Já os homens, mostraram-se insatisfeitos com o comportamento da parceira quando ela está de mau humor. Outro fator em comum na relação conjugal, para ambos os sexos, é quando há um maior número de filhos, pois, piora a interação dos cônjuges (ANDRADE; COLETA, 2002). Quando não há uma comunicação adequada no relacionamento conjugal, onde uma das partes se queixa, mas não expõe o problema, é uma forma de ocultar o real motivo da queixa (GARCIA; TASSARA, 2001).

Nessa perspectiva, quando não há a mediação das próprias necessidades pessoais para com o outro parceiro, abrem-se lacunas que impedem a preservação dessa relação conjugal, e a busca para alcançar o equilíbrio desses desejos torna-se essencial para o prolongamento da conjugalidade.

### 3.2 OS CONFLITOS ARQUETÍPICOS

Os arquétipos são originados do inconsciente coletivo, que é uma dimensão mais profunda e inata, herdada. Sendo universal e existindo desde os tempos mais remotos, os arquétipos possuem algumas formas de comportamentos parecidas em diferentes partes do mundo para todos os sujeitos. Os arquétipos então são os conteúdos do inconsciente coletivo, e ficam claros quando são relacionados com os mitos e contos de fadas. Os efeitos provocados pelos arquétipos são sentidos nas mais diversas experiências cotidianas e pessoais do indivíduo, pois são conteúdos que não foram elaborados pela consciência (JUNG, 2002).

É de entendimento da psicologia analítica que dentro de um homem há um reflexo de uma mulher, e dentro da mulher há um reflexo de um homem, chamados de Anima e Animus, respectivamente, agindo na psique inconscientemente. Como homens e mulheres executam tarefas semelhantes no cotidiano, entende-se que somos polarizados harmonicamente pelo masculino e feminino, fazendo com que os homens possam agir de maneiras conceituadas femininas e as mulheres de forma masculina (SANFORD, 1986).

A projeção da anima e do animus tem um papel no relacionamento conjugal, diferenciando o interno do externo. Saber lidar com esse lado feminino/masculino dos arquétipos supracitados, desenvolve no casal uma independência, confiança e uma preservação dessa vida amorosa (REIS, 2007). Os dois arquétipos que serão mencionados abaixo podem se manifestar de forma positiva e de forma negativa. Dessa forma, iremos intitular como obscuro a sua manifestação negativa, analisados nos conflitos conjugais.

#### 3.2.1 ANIMUS OBSCURO

O primeiro depósito do arquétipo do animus na mulher é o pai. Em seguida, essa figura arquetípica é projetada em outros homens. Quando a mulher idealiza suas questões no homem que ama, faz dele uma figura masculina ideal, fazendo com que seja difícil o casal lidar com a rotina e conviver com ela, ocasionando assim futuras decepções. A mulher quando controlada pelo complexo paterno, tem nele um referencial masculino, e o animus presente nela é a demonstração desse complexo, possuindo uma índole ferida. Caso essa relação paterna tenha sido traumática, a mulher terá dificuldade de se relacionar com outra figura masculinas posteriormente, ou até mesmo com a figura arquetípica do animus (CHAGAS; CAMPOS, 2000; COLACITI; SARTORI, 2008).

Um dos componentes mais importantes do animus é o julgamento, que programa uma forma para que a mulher julgue o homem com um discurso pronto e indiscutível. A mulher não reconhece essa manifestação do animus dificultando o seu entendimento. Nela o animus personifica a força física, o logos, o intelecto, e todos os aspectos que são masculinos se tornam presentes na psique da mulher. As representações do animus podem aparecer nos sonhos através das imagens de pais, uma assembleia de homens ou talentoso homem que pode se transformar em vários protagonistas (JUNG, 1995).

O animus também aparece de forma obscura na mulher, produzindo efeitos na psique feminina, que pode se expressar através de pensamentos e comportamentos. Um efeito negativo do animus na mulher é a sua capacidade de privar a criatividade, impedindo-na de se realizar, ou mesmo manifestando-se em pensamentos negativos a fim de causar uma

sensação de ineficácia na mulher, dificultando assim sua capacidade criativa. Outro efeito negativo é quando a mulher se encontra conturbada por algo que aconteceu em seu relacionamento. Quando preferem o silêncio, escondendo seus sentimentos, deixam de solucionar o problema. Nesse momento, é o animus quem vai tomar o pontapé inicial para correr atrás ou até mesmo buscar uma vingança para resolver esses conflitos (SANFORD, 1986).

A problemática na mulher está em como ela se posiciona em relação ao animus. Se ela não se torna consciente, o animus nesse momento tem autonomia e se torna negativo, atuando de forma destrutiva, arruinando a mulher e suas relações interpessoais. A função espiritual na mulher quando não assumida pela consciência, vai determinar que a energia psíquica se deslocasse para o inconsciente, despertando o arquétipo do animus. Essa energia se torna independente e com capacidade de dominar a personalidade da mulher. Como a nossa cultura tende a valorizar apenas o que provem do masculino, desvalorizando o feminino, o animus parece sentir essa supervalorização do masculino se manifestando de forma autoritária (JUNG, 1995).

Um exemplo claro da manifestação do animus obscuro no relacionamento é quando o homem ao se sentir fracassado em seu desespero chega para sua parceira a fim de expor sua queixa na busca de apoio. Consequentemente, a mulher lhe responde com um tom generalizado à queixa do parceiro, e esse, no entanto, ao invés de receber o apoio almejado, sente-se rejeitado. A mulher não percebeu, mas o protagonista da ação foi seu animus negativo (SANFORD, 1986). Dessa forma, entende-se que o animus é uma parte inevitável na psique da mulher, e que tentar se desapropriar dele é impossível. O que deve ser feito é a busca do equilíbrio, para que suas relações se tornem mais fluidas e compensatórias, estágio esse que veremos mais adiante.

### 3.2.2 ANIMA OBSCURO

A anima é o componente feminino que habita nos homens, é a visão do feminino que carregam em si. Por ser a parte feminina no homem, a anima é hospitaleira, é quem anuncia os conteúdos do inconsciente para o consciente. Quem determina a anima é o Eros (amor), ao mesmo tempo em que no homem suas origens procedem do logos, que é a razão. As imagens da anima nos sonhos masculinos podem ser de uma mãe, irmã, filha, bruxa, imagens arquetípicas que podem ser projetadas na mulher, pois elas equivalem à feminilidade que está inconsciente na psique do homem (JUNG, 1995).

No homem o receptáculo da anima é a mãe, que irá determinar nas escolhas amorosas do homem, pois ele examinará o que melhor se assemelha a essa imagem da mãe. Não há um homem que seja por completo um ser masculino e nem mulher completamente feminina, porém o homem adquire uma facilidade maior para reprimir suas formas femininas. Esses traços femininos no homem são armazenados no inconsciente (GOTO; KAMEI; FUJII; 2007).

Como o primeiro receptáculo da anima é a mãe, para o homem é contemplado como algo fascinante. Essa anima será projetada para a mulher com que esse homem poderá se relacionar, e é nesse contexto que os conflitos do amor surgem, pela impossibilidade dessa mulher real condizer com essa imagem projetada do inconsciente (COLACITI; SARTORI, 2008).

Os efeitos negativos ou obscuros da anima dificulta a percepção do homem reconhecer os valores, predominantemente femininos que existem em si, e também nas outras mulheres. Um homem possesso pelo arquétipo da anima tenderá a ficar mal-humorado, sensível, estressado. Essas más disposições causadas pela anima no homem prejudicam os comportamentos masculinos, agindo como uma mulher perturbada por algum motivo. Ao chegar a um estado crônico, pode acarretar vários fatores negativos como alcoolismo, depressão e até mesmo o suicídio (SANFORD, 1986). No momento em que a anima é crivada nas relações do homem, acaba reduzindo o seu caráter, fazendo com que o homem se sinta extremamente frágil, petulante, de humor desequilibrado, receoso, esnobe e inoportuno (JUNG, 2002).

### 3.2.3 A PROJEÇÃO

A projeção é conhecida como um mecanismo de defesa do inconsciente, onde um sentimento hostil, ou desejos sentidos no mundo interno do indivíduo, pode ser expelido para fora compelido a outra pessoa (FREUD, 1990). Por ser um mecanismo psíquico inconsciente, o objeto que é projetado parece estar fora de si, fazendo parte de outra pessoa. Ele é automático e muitas vezes não reconhecido. Quando o conteúdo inconsciente se torna consciente, a projeção acaba. No relacionamento, os arquétipos da anima e do animus são projetados e a nossa percepção do outro fica modificada (SANFORD, 1986).

Quando o homem perde o controle de sua anima, algumas atitudes costumam aparecer, como: murmúrios, fragilidades nas atitudes, fofocas, conversas sem limites. Dessa maneira, o homem torna-se melodramático. Na mulher, quando há influência do animus de forma negativa, ela acaba se tornando fria sentimentalmente, podendo ser violenta e prepotente (PEREIRA, 2010).

Quando projetamos no outro algo prejudicial, é por que essa pessoa tem mais a ver com o que projetou do que com o sujeito que recebeu a projeção, ou seja, a projeção fala mais do sujeito que projeta do que do sujeito que é projetado. Isso significa que essas duas pessoas são incompatíveis, o que provocará um afastamento de ambas as partes (JUNG, 1980).

Os indivíduos acreditam estar conscientes no momento da escolha de um parceiro, porém essa escolha é determinada através da representação da anima e do animus, inconscientemente. Com a convivência, esses motivos, até então reconhecidos como conscientes, passam a não ser mais os responsáveis pela escolha dos parceiros. Então a mulher que era tão prestativa com o marido, torna-se dominadora. Da mesma forma, o marido antes ouvinte passivo das queixas da companheira, agora sente repulsa ao ouvi-la (PARDAL; BASSITI; WANDERLEY, 2008).

A projeção da anima e do animus causam reações nos relacionamentos conjugais, pois essas características dos arquétipos são projetadas desde a escolha do parceiro e perpetuam no convívio com o cônjuge (HILLMAN, 1981). Essas escolhas dependem dessa realidade psíquica tornando palpável esse contato com o mundo externo, que já é conhecido do indivíduo e conhecido da anima e do animus presente no interior do sujeito. Dessa forma, a escolha do parceiro está atrelada com os aspectos do mundo interior do sexo oposto, o que acaba facilitando o relacionamento conjugal devido a essa afinidade. Essas projeções vão

dando suporte ao casal, e poderá favorecer o olhar não desenvolvido da psique de um dos cônjuges (PEREIRA, 2010).

O ser humano tende a idealizar um parceiro para se relacionar. No entanto, essa busca pelo “ideal” gera frustrações, que incide em conflitos. Os indivíduos costumam dividir o sexo entre masculino e feminino, afirmando que as mulheres são, demasiadamente, abertas a vários tipos de relacionamentos emocionais. Já os homens se mostram racionais. Isso é demonstrado através de suas próprias questões projetadas em massa no parceiro idealizado, podendo ocorrer uma busca de uma fusão ou identificação, ocasionando variados conflitos e impossibilitando os indivíduos de alcançarem o processo de individuação (PAZO, 2009). Mesmo em se tratando de grandes transições sociais no feminino, podem ocorrer frustrações na relação conjugal, pois os motivos e possibilidades que levam o casal a se unir são distintos para os homens e mulheres (COLACITI; SARTORI, 2008).

Enfim, no outro é onde encontramos o que nos agrada e também o que não agrada em nós mesmos, surgindo, assim, paixões e ódios, escurecendo toda a existência do outro que fica camuflada. A projeção evocará alguns conteúdos inconscientes que inundarão nossa consciência de forma abundante. Seduzir o parceiro é seduzir a si mesmo, integrando características visíveis no outro das quais podem revelar divergências. O cônjuge não é apenas o que conseguimos enxergar, mas uma somatória de elementos desconhecidos. A sombra e os sentimentos, quando projetados, dificilmente conseguem se compor, por isso a necessidade da pessoa se encontrar como um desconhecido para que a paixão seja mantida. Com a rotina, o instinto de individuação da pessoa começa a exercer uma pressão, pois as próprias questões interiores começam a diferenciar as imagens projetadas no outro, surgindo assim os conflitos na relação conjugal (REIS, 2007). Quando o casal não reconhece os aspectos negativos das projeções do animus e da anima na relação conjugal, impede que esse relacionamento caminhe para a completude, fazendo-se necessário um auxílio terapêutico para identificação dessas influências arquetípicas e a busca de sua resolução.

### 3.3 RESOLUÇÕES

Todos os relacionamentos passam por conflitos, uns mais, outros menos. O casamento é um encontro de duas extremidades, podendo ser criativo ou desastroso. Podemos ver essa questão através do exemplo de um casal que se conhece e futuramente se casam. Durante todo relacionamento não tiveram conflitos significantes. Nesse relato, houve traição por parte do marido, onde a esposa relevou o acontecido devido ele ser um bom pai e um bom marido. É válido ressaltar que nessa circunstância, a quantidade de conflitos não interferiu na qualidade do relacionamento, pois o que favoreceu nesse caso foi o processo de individuação que acometeu as partes dessa conjugalidade (GOTO; KAMEI; FUJII; 2007).

É necessário que existam duas individualidades, duas polaridades, unindo-se e formando-se, um dueto respeitando e resguardando a essência de cada um (BENEDITO, 2015). Quanto mais consciência de si a pessoa tiver, mais conseguirá ter um relacionamento positivo com o parceiro, havendo harmonia nessa relação. Em uma relação, um parceiro precisa do outro, e há uma necessidade que se compreendam. De fato, é importante que haja um diálogo das emoções ocorridas nessa relação, e aos primeiros sinais de ciúme, inveja, é imprescindível para o casal procurar a ajuda de um profissional para que essa relação fique mais completa (COLACITI; SARTORI, 2008).

Diante dos conflitos conjugais destacados, vê-se a necessidade da comunicação de suas lamúrias nos momentos adequados aos parceiros, como uma estratégia para a resolução (GARCIA; TASSARA, 2001). Quando o casal não tem a capacidade de alcançar a dissolubilidade dos problemas fazendo uso da comunicação, faz-se necessário um apoio externo de um profissional qualificado, a fim de mediar os conflitos, no caso, o psicólogo na psicoterapia.

Numa relação conjugal, existem várias formas do casal se ajustar para que esse relacionamento perpetue. Quando aparecem as crises, elas podem ser pensadas como um período de mudança necessária, não como uma ruína. O casal recorre a técnicas que ainda não foram usadas para movimentar o equilíbrio dessa relação e enfrentar as mudanças cotidianas (REIS, 2007).

Para que a relação conjugal exista, é necessário que se estabeleça a confiança entre os cônjuges. Pensa-se a confiança como uma crença que se estabelece nos dias atuais. Há uma necessidade de se confiar em algo que não é palpável, pois a confiança também pode ser vista como um crédito que você fornece a outra pessoa para se afirmar uma credibilidade. Nas relações conjugais a pessoa que confia sabe até onde algo pode ameaçá-la, e essa confiança gera um comportamento de segurança à frente das dificuldades (OLTRAMARI, 2009).

É necessário que os cônjuges reconheçam o que o outro desperta em si e o que os incomodam. Continuamente, observa-se que um dos parceiros condena o outro, fazendo com que, inconscientemente, condene a si mesmo ou ao que deseja. A terapia trabalhará com os cônjuges a se sensibilizarem, cada um com a ferida do outro e dar um novo significado para esse conflito. É dispensável a ideia de certo e errado, bom e mau, caminhando em direção à alteridade de ambas as partes (BENEDITO, 2004).

Quando falamos de terapia conjugal, trabalhamos com dois indivíduos. Entretanto, o processo de individuação é conjugal, é potencializar o que a díade traz para a psicoterapia. Como muitos supõem, a terapia de casal não trabalha apenas para manter unidos os indivíduos, visa encontrar o caminho que seja transitável para os pares, não significando que continuarão juntos no relacionamento. Se o término do relacionamento proporcionar o processo de individuação de cada um, essa solução será a mais satisfatória (VARGAS, 2004).

Na psicoterapia é que os indivíduos detectarão a influência arquetípica presente no relacionamento conjugal. Cientes de tais influências, o casal terá o livre arbítrio para escolher o melhor caminho para atingir um nível satisfatório na relação.

### 3.4 LUMINOSIDADE ARQUETÍPICA

As projeções arquetípicas não podem ser consideradas boas ou ruins. Como o casal maneja essas projeções que é considerado importante para o relacionamento. Os arquétipos da anima e do animus já estão presentes em nossa psique e podem traçar um caminho para o conhecimento de si, sendo esse fator uma situação favorável para os cônjuges. Quando se verifica uma projeção, emerge no indivíduo a oportunidade de se conhecer, relacionar-se com os “parceiros invisíveis” que estão presentes em nossa psique (SANFORD, 1986).

Para que o indivíduo caminhe para o processo de individuação, é necessário que tenha um encontro com o seu lado masculino inconsciente, no caso da mulher, e o lado feminino inconsciente, no caso do homem. A anima e o animus, por serem arquétipos, carregam em si uma influência muito grande em cada cônjuge, e esses arquétipos são usados como uma conexão para que os parceiros entrem em contato com o mais profundo da sua alma. Eles podem ampliar a visão dos indivíduos sobre seus aspectos contrassexuais, e dar aos sujeitos uma visão sobre o que projetam, pois, os conteúdos projetados são nossos e não do outro (ALBERT, 2015).

Quando a mulher compreende os aspectos do animus no relacionamento conjugal, isso favorecerá que esse arquétipo trabalhe de forma positiva, desenvolvendo atitudes que condizem com seu aspecto masculino, sabendo discriminar as situações cotidianas no relacionamento, e abrindo um espaço para a expansão da criatividade feminina. De autoritária e dominante, a mulher passará a ter um animus criativo, e impulsionará a levar a vida com coragem (CHAGAS; CAMPOS, 2000).

Para se chegar ao problema do animus, deve-se verificar quais são as diferenças das imagens que carregamos no interior, distinguindo-nas das pertencentes ao nosso sujeito externo. O animus traz a energia para si até que ele possa conquistar um valor inoperante e se tornar independente. Por ser difícil de reconhecer o animus em nós, é necessário questionar como são nossas relações com as outras pessoas, conseqüentemente, examinar a maneira como respondemos a determinada sensação, para discernir a manifestação inconsciente do animus (JUNG, 1995).

Quando um homem aprende a conversar e ouvir uma mulher, ele próprio consegue um relacionamento positivo com seu Eros, valorizando os aspectos de sua anima. Da mesma forma a mulher, para desfazer os aspectos negativos e destruidor do animus, é necessário que esteja transbordando de uma alma mais potente que seu animus negativo (SANFORD, 1986).

No homem, a anima o levará a ter atitudes semelhantes a de uma mulher, sendo vaidoso, afável, perceptivo. Essa influência da anima quando comedida permitirá que o homem seja enriquecido nas suas relações pessoais. A natureza masculina em harmonia com a anima fará com que o homem amplie sua maneira de ser no mundo organizando sua psique e seus relacionamentos (PEREIRA, 2010).

Muitos casais se entregam quando passam por conflitos conjugais, e outros aproveitam essa chance para se desenvolverem e buscam uma trajetória para seu processo de individuação.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve o objetivo contemplado, pois mostra a influência que os arquétipos da anima e animus produz nos relacionamentos conjugais e que muitas vezes o casal, não percebendo essa influência, deixa-se conduzir por esses conflitos, prejudicando, assim, sua relação com o parceiro. Percebe-se que os arquétipos quando constelados em sua forma negativa, produzem no casal um posicionamento ofensivo. Na mulher, o animus, quando tem autonomia, atua de forma destrutiva e negativa. Em contrapartida, a anima no homem pode

deixá-lo com comportamentos rabugentos, tornando-o murmurador e influenciando também na forma como reconhece os valores, predominantemente, femininos existentes em si e na parceira.

É manifesto que em todos os relacionamentos existem conflitos. As relações podem ser criativas ou desastrosas. Nota-se a necessidade dos dois manterem um relacionamento positivo com seu animus e anima, para que se compreendam e haja um diálogo das emoções nessa relação. É relevante o estudo do tema da influência arquetípica na conjugalidade, para que os indivíduos amplifiquem a visão de si e do outro, pois, quando o casal reconhece o que os incomoda, constroem uma visão amplificada dos seus aspectos contrassexuais, levando-os à criatividade.

## 5 REFERÊNCIAS

- ALBERT, S. C. "A conjugalidade na psicologia analítica". In: **Terapia de casal e de família na clínica junguiana: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2015.
- ALMEIDA, T. **O ciúme e suas consequências para os relacionamentos amorosos**. Curitiba: Certa, 2007.
- ALMEIDA, T; RODRIGUES, K. R. B; SILVA, A. A. O ciúme romântico e os relacionamentos amorosos heterossexuais contemporâneos. **Estudos de psicologia**, v. 13. N. 1 p. 83-90. São Paulo, 2008.
- ANDRADE, L. V; DELA COLETA, M. F. Satisfação Conjugal: Aspectos Relacionados e Diferenças de Gênero. In: XXXII Reunião Anual de Psicologia, 2002, Florianópolis, SC. **Resumos de Comunicações Científicas - XXXII Reunião Anual de Psicologia**. Florianópolis, SC: IOESC - Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. p. 405-406.
- BANDELI, S. M.; CARDOSO, D.S.; DALCO, I.C. **Ciúme e Inveja: a presença da sombra nos relacionamentos**. 2003. 33f. Artigo Científico (Formação em Psicologia Analítica Junguiana) – Instituto de Psicologia Junguiana de Bauru e Região. Bauru, 2003.
- BENEDITO, V. L. D. Y. "Abordagem Simbólica do Conflito Conjugal: O corpo em cena". In: **Laços Amorosos: Terapia de casal e psicodrama**. São Paulo: Ágora, 2004, p. 87-94.
- \_\_\_\_\_. "Eros e poder na conjugalidade e na terapia de casal". In: **Terapia de casal e de família na clínica junguiana**. São Paulo: Summus, 2015, p. 59-78.
- BRANDEN, N. **A psicologia do amor: o que é o amor, por que ele nasce, cresce e às vezes morre**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.
- BYINGTON, C. A. B. A inveja também pode ser Boa e Criativa. **Psique: ciência e vida**. n. 3. São Paulo: Escala, 2005<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. O ciúme e o amor: Um estudo da psicologia simbólica junguiana. **Psique: ciência e vida**. n. 2 São Paulo: Escala, 2005<sup>b</sup>.
- CARNEIRO, T. F. Casamento Contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psic. Reflex. Crit.** Vol. 11 N. 2. Porto Alegre, 1998.
- CAROTENUTO, A. **Amar Trair: Quase uma apologia da traição**. São Paulo: Paulus. 2004.

- CENTEVILLE, V.; ALMEIDA, T. Ciúme romântico e sua relação com a violência. **Psic. Rev.** Vol. 16, n. 1 e n 2. São Paulo, 2007, p. 73-91.
- CHAGAS, M. I. O. ; CAMPOS, T. C. P. O complexo paterno na psique feminina e a sua influência nos relacionamentos heterossexuais numa perspectiva da psicologia analítica. **Bol. inic. cient.** psicol;1(1):7989, jan. dez. 2000.
- COLACITI, A. K; SARTORI, H. R. V. B. A Vivência Psicológica do Relacionamento Conjugal: A posição de Jung. **Rev. Cient. Elet. Psic.** Ano VI. N. 10. São Paulo, 2008.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** Brasília, 2.ed.: Liber, 2005.
- FRANZ, M.L. O processo de individuação. In: JUNG, C.G. (Org.). **O homem e seus símbolos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p.158-229.
- FREUD, S. (1913). **Totem e Tabu.** In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- GARCIA, M. L. T; TASSARA, E. T. O. Estratégias de enfrentamento do cotidiano conjugal. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 14, n. 3, p. 635-642, 2001.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HILLMAN, J. **Estudos de psicologia arquetípica.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade estadual Paulista, 1993.
- GOTO, T. A; KAMEI, H; FUJII, S. A influência dos tipos psicológicos no relacionamento de casal. **Psicol. Argum.** V.25. n. 48. p. 27-38. Jan/Mar. Curitiba. 2007.
- JUNG, C. G. **Aion:** estudos sobre o simbolismo do si mesmo. V.IX/2. São Paulo: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Arquétipos e inconsciente coletivo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O Eu e o Inconsciente.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O desenvolvimento da personalidade.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Psicologia do Inconsciente.** Petrópolis: Vozes, 1980.
- JUNG, Emma. **Anima e Animus.** São Paulo: Cultrix, 1995.
- OLTRAMARI, L. C. Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. **Psic. em Est.** Vol. 14 n. 4 p. 669-677. Maringá, 2009.
- PARDAL, A. E. C. P; BASSITI, D. P; WANDERLEY, K. S. A dinâmica inconsciente na escolha de parceiros para o casamento. **Bol. Psic.** Vol. LVIII, N. 129. São Paulo, 2008.
- PAZO, C. G. **Relações Conjugais Violentas:** Por que o amor é tão difícil? Santiago de Chile, 2009. Disponível em:

[http://imaxinal.org/artigos/art\\_pdfs/relacions\\_conjugais\\_violentas\\_c\\_pazo\\_chile.pdf](http://imaxinal.org/artigos/art_pdfs/relacions_conjugais_violentas_c_pazo_chile.pdf) . Acesso em: 16 de set. 2016.

PEREIRA, L. F. **Anima e animus**: um olhar sobre seus reflexos na psique e relacionamentos. 2010. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4wISrfft9-wJ:www.symbolon.com.br/artigos/anima\\_e\\_animus\\_pubsymbolon.docx+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4wISrfft9-wJ:www.symbolon.com.br/artigos/anima_e_animus_pubsymbolon.docx+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 16 de set. 2016.

REIS, M. R. **Crises Conjugais**: Riscos e oportunidades. 2007. Disponível em: [http://www.marfizareis.com.br/textos/crisis\\_conjugais\\_-\\_riscos\\_e\\_oportunidades.pdf](http://www.marfizareis.com.br/textos/crisis_conjugais_-_riscos_e_oportunidades.pdf) Acesso em: 15 de set. 2016.

SANFORD, J. A. **Os parceiros invisíveis**: o masculino e o feminino em cada um de nós. São Paulo: Paulinas, 1986.

SILVEIRA, N. **Jung**: vida e obra. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOUSA, D. L; SANTOS, R. B; ALMEIDA, T. Vivências da infidelidade conjugal feminina. **Pensando famílias**, p. 197-214, Dez. 2009.

VARGAS, N. S. **Terapia de casais**: uma visão junguiana. São Paulo: Madras, 2004.

## **RELAÇÕES AMOROSAS NA CONTEMPORANEIDADE: IMPASSES E AVANÇOS NA CONSTITUIÇÃO DOS LAÇOS AFETIVOS**

Frederico Gonçalves Rodrigues<sup>1</sup>, Ingrid Teixeira Astenreiter<sup>1</sup>, Kamila Pinotti Segrini de Mattos<sup>1</sup>, Marcélia Batista Nascimento<sup>1</sup>

Ricardo Santos Rodrigues<sup>2</sup>

1. Formandos em Psicologia pela Faculdade Brasileira - Multivix Vitória.

2. Psicólogo pelo Unicentro Newton Paiva e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Docente do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira – Multivix Vitória.

### **RESUMO**

O presente artigo propõe a elaboração de uma revisão bibliográfica sobre a temática das relações amorosas na contemporaneidade, abordando seus impasses e avanços na constituição dos laços afetivos. Autores como Zygmund Bauman, Antony Giddens, Jurandir Freire Costa, Joel Birman, entre outros, serão nossas principais referências. A fragilidade dos laços humanos é uma tese constatada nas ciências sociais, humanas e principalmente na psicologia. A concepção apresentada neste estudo traz considerações da sociologia, em que as relações amorosas são compreendidas como um empreendimento público que está sendo ressignificado. Nesse sentido, há aspectos psicossociais importantes envolvidos nos múltiplos modos de amar na contemporaneidade. Esta análise se baseia no mundo líquido, compreendendo as relações amorosas como uma prática social, mas vivenciada de maneira divergente pelos sujeitos. Esta forma fluída concebe os fundamentos das relações amorosas na contemporaneidade.

**Palavras-chaves:** Relações Amorosas; Contemporaneidade; Mundo Líquido; Customização.

### **ABSTRACT**

This article proposes the elaboration of a bibliographical review on the theme of contemporary love relations addressing their impasses and advances in the constitution of affective bonds. Authors such as Zygmund Bauman, Anthony Giddens, Jurandir Freire Costa, Joel Birman, amongst others will be our main references. The fragility of human bonds is a thesis found in social sciences, humanities and especially in psychology. The conception presented in this study brings considerations of sociology in which the amorous relationships are understood as a public enterprise that is being redetermined. In this sense, there are important psychosocial aspects involved in the multiple ways of loving in the contemporary world. This analysis is based on the liquid world which comprehends love relationships as a social practice although experienced divergently by each agent. This fluid form conceives the foundations of amorous relations in the contemporaneity.

**Keywords:** Amorous Relationships; Contemporanety; Liquid World; Customization.

### **INTRODUÇÃO**

A contemporaneidade abarca uma série de processos de aceleração e modificações na vida do sujeito, influenciando todo seu funcionamento. Bauman (2004) instituiu o conceito do mundo líquido, para caracterizar o ritmo e a fluidez das coisas no contemporâneo. Para ele, o processo civilizatório do sujeito aponta para o fracasso das relações sociais devido às diversas transformações, em que tudo é superficial e descartável.

É possível articular os conceitos de “ser” e “ter”, abordados por Fromm (1983), que convida a uma reflexão sobre o distanciamento dos sentidos dessas expressões que estão intimamente relacionadas à construção das relações na contemporaneidade. No âmbito do “ser”, as relações são baseadas no respeito e compreensão do outro, diante de suas fragilidades e de

suas qualidades, em que o casal aceita as diferenças e vive a singularidade da relação, sem a ideia de usar o outro para a satisfação de uma das partes apenas. Já para as relações embasadas no conceito do “ter”, afirma que elas trazem uma sensação de posse, em que os membros da relação pertencem um ao outro, assim como um objeto de desejo e consumo, que é interessante até surgir algo mais atrativo.

Em resumo, consumir é uma forma de ter, e talvez a mais importante da atual sociedade abastada industrial. Consumir apresenta qualidades ambíguas: alivia ansiedades, porque o que se tem não pode ser tirado; mas exige que se consuma cada vez mais, pois o consumo anterior logo perde a sua característica de satisfazer. Os consumidores modernos podem identificar-se pela fórmula: eu sou = o que tenho e o que consumo (FROMM, 1983, p. 45).

É nesse contexto que o sujeito contemporâneo está inserido e a sua maior preocupação é tornar-se vendável para ser visto, requisitado e consumido pelo outro. Bauman (2001) afirma que o homem imerso na sociedade do “ter” atrela suas emoções aos bens externos e torna-se viciado, consumista, escravizado pela imposição da moda e com necessidade de ser objeto de desejo para o outro. Dessa forma, há um consumo e descarte exacerbado de coisas e pessoas, aumentando o sofrimento e adoecimento das relações, pois considera que o modelo de amor sofreu uma baixa, em que as pessoas apresentam uma série de vivências relacionadas com a palavra amor. Noites de sexo isoladas são mencionadas pela expressão de “fazer amor”.

O sujeito moderno é egoísta e incapaz de desenvolver sentimento de amor pelo outro e muito menos por si mesmo. “O amor próprio é construído a partir do amor que nos é oferecido por outros.” (BAUMAN, 2004 p.100). Sua fuga, então, é vestir-se de uma máscara social para tamponar sua pobreza existencial. Por essas experiências radicais que produzem sofrimento e alienação ao sujeito que se doou ao seu consumidor egoísta, as relações amorosas concretas em muitos casos são substituídas pelas relações virtuais.

Bauman (2008) cita também a ideia dos “relacionamentos de bolso”, no qual o sujeito é comparado a um objeto que pode ser utilizado em caso de necessidade e, posteriormente, guardado para um próximo uso. A mídia também entra em cena, fazendo seu papel de grande incentivadora para a propagação da moda do “ficar”, das trocas de parceiros contínuas para aquisição de novas experiências afetivas sem a criação de vínculos ou laços de amor, intensificando ainda mais o descarte de pessoas e sentimentos. Nesse contexto, o desenvolvimento do sentimento amor deu lugar ao medo exagerado de ser usado ao máximo e jogado fora ao final.

Bauman (2004) destaca que “nenhum marinheiro atualizado perderia tempo consertando uma peça sem condições para a navegação, preferindo trocá-la por outra sobressalente. Mas na balsa do relacionamento não há peças sobressalentes.” (BAUMAN, 2004, p.31). Assim, a aproximação do outro é relacionada a uma situação ameaçadora, capaz de desestruturar o funcionamento do sujeito, sendo, portanto, preferível manter distância para a própria proteção. Ainda é possível apontar que o homem imerso na liquidez da contemporaneidade responsabiliza o outro por todos os infortúnios e minimiza a condições precárias enquanto homem social, contribuindo com a imposição do medo crônico frente às relações amorosas. Nessa perspectiva Bauman (2004) considera que:

Na medida em que os relacionamentos são vistos como investimentos, como garantias de segurança e solução dos seus problemas, eles parecem um jogo de cara-ou-coroa. A solidão produz insegurança – mas o relacionamento não parece fazer outra coisa. Numa relação, você pode se sentir tão inseguro quanto sem ela, ou até pior. Só mudam os nomes que você dá à ansiedade. (BAUMAN, 2004, p. 30)

Entretanto, May (1982), citada por Santos (2010), destaca que o medo da solidão ainda é uma forte característica do homem da contemporaneidade, pois é como se fosse insuportável para ele se sentir só. Ainda em nossa cultura permanecer só é como se dizer que algo não está bem. Então, as pessoas estão buscando divertimentos, amizades muitas vezes superficiais para se esconderem da solidão, relações amorosas sem nenhum tipo de compromisso, com a finalidade de não enfrentarem os impasses da vida e atender aos moldes vigentes, pois os casais refletem a própria sociedade, demonstrando ser aparentemente resolvidos e interligados entre si, mas ansiando por uma relação segura e buscando de uma maneira ou de outra se relacionar.

Arelado a isso, para Castells (2000), citado por Guedes e Assunção (2006), a sociedade contemporânea traz consigo a era digital, que anda de mãos dadas com o individualismo e o capitalismo, surgindo assim os relacionamentos online. Uma das formas encontradas para o estabelecimento de contato, que se destaca entre outros aspectos, na possibilidade de mascarar características existentes nos indivíduos, sendo então as pessoas percebidas por aquilo que querem aparentar ser. Assim, os efeitos das relações online podem ser comparados ao mesmo que ocorre nas novelas, no qual são criados personagens para o cumprimento de determinados papéis, permitindo que seja visto apenas o que for conveniente.

Para Moser (1994), citado por Guedes e Assunção (2006), existe uma grande perda na qualidade da relação, dificultando o reconhecimento de expressões reais de emoção e seus significados de forma individualizada, que é base para o exercício da alteridade e da intimidade. Dessa forma, relações online são consideradas pela maioria como inferiores e rasas se comparadas com as face a face, devido à forma superficial de se relacionar, geralmente característica deste tipo de relação.

Entretanto, contrariando as teses negativas sobre as relações cibernéticas, Walther e Tidwell (1996), citados por Guedes e Assunção (2006), afirmam que a forma oferecida pelas conversas online permite revelar os atributos físicos favoráveis e omitir os desfavoráveis. Valorizam também a possibilidade de melhor elaboração das conversas, beneficiando a escolha dos assuntos, formas de expressão e redefinição dos temas abordados, o que não seria facilmente elaborado em uma conversa com presença física, na qual as expressões não verbais transmitem as emoções. Sendo assim, devido à rapidez com que acontece e a exposição que causa, a relação online acaba por promover maior percepção de existência do próprio sujeito que está neste contexto, escolhendo como quer ser visto pelos outros de acordo com o que ele percebe que o outro quer conhecer dele.

Guedes e Assunção (2006), ao se referirem às novas configurações dos relacionamentos amorosos, afirmam que há um processo de ressignificação e subjetivação. Considera ser um momento desafiador de transição na esfera amorosa, visto que a forma e velocidade que

ocorrem vão interferir no volume e instabilidade do relacionamento, que fragilizados tendem a perecer, dando origem a novos modelos.

Além disso, Schoebi et al. (2012), citado por Costa e Mossman (2015), analisaram que é necessário um investimento por parte do casal para resolver seus problemas e obter os resultados satisfatórios, evidenciando, assim, um desejo de permanecer junto. Essa atitude vai no sentido contrário ao imediatismo, intolerância, descompromisso e inconstância, presentes no cenário atual.

Ademais, Bauman (2004) destaca que a palavra relacionamento remete à compromisso, afirmando ser necessário doar-se por completo e dedicar sentimentos para conquistas à longo prazo. Aponta também que a exclusividade na relação conduz para a construção do sentimento sólido. Porém, não nega a existência de um sofrimento na dedicação e abdicação de novas oportunidades.

Um especialista informa aos leitores: Ao se comprometerem ainda que sem entusiasmo, lembrem-se que possivelmente estarão fechando a porta a outras possibilidades talvez mais satisfatórias e completas. Outro mostra-se ainda mais insensível: “A longo prazo, as promessas de compromisso são irrelevantes. Como outros investimentos, elas alternam período de alta e baixa” E assim, se você deseja relacionar-se, mantenha distância; se quer usufruir do convívio, não assuma nem exija compromissos. Deixe todas as portas sempre abertas. (BAUMAN, 2004, p. 10)

As novas expressões que caracterizam estas formas de relacionamentos são investigadas por Oliveira et al. (2007), mostrando que entre a população jovem e adolescente é comum ouvir o “ficar”, o “pegar” e o namorar, atribuindo um nível de envolvimento, liberdade e compromisso das relações. O termo “pegar” seria um acontecimento sem previsão, espontâneo, sem compromisso preestabelecido e instigado inicialmente pelas atrações físicas. O “ficar” é considerado o que antecede ao namoro, em que os protagonistas assumem certo compromisso e promovem encontros frequentes. Já o “namoro”, exige um grau de maior envolvimento afetivo, de respeito e comprometimento para com o outro. Com o passar do tempo, a relação passando a ser estendida às famílias, coroa a relação como séria e estável. Outro ponto importante também observado em uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro por Jablonski (2001), citado por Falcke e Zordan (2010), demonstra que os homens têm o discurso condizente com a libertação das mulheres, mas que em muitos casos isso não ocorre, pois a maioria ainda busca em um relacionamento a mulher “cuidadora”.

Para Santos (1996), citado por Baroncelli (2011), os homens buscam amar uma mulher que cumpra os antigos papéis de esposa, como cuidar da casa e dos filhos, mas em outro momento, buscam a mulher provedora e capaz de contribuir com a resolução dos problemas que surgem no cotidiano.

Assim, a humanidade líquida estando neste carrossel de exclusão e inclusão traz dúvidas sobre a construção do amor nas relações afetivas. Bauman (2008) questiona se os amores são baseados no que o outro é ou no que ele possui. Diante do contexto, a moralidade líquida opta pelas relações vantajosas, em que o estranho passa a ser importante na medida que proporciona prazer e satisfação ao outro. Essa relação egoísta é mantida até que seja usufruído tudo o que é considerado objeto de desejo e, então, ao tornar-se obsoleta, o sujeito é dispensado.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

O presente artigo realiza uma revisão bibliográfica, ou seja, o levantamento de materiais e dados foi realizado em material já divulgado (GIL, 1996). De acordo com Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é a apuração integral do que fora publicado. Sua intenção é permitir que o pesquisador acesse todo material disponível sobre um dado assunto. Pode ser considerado o início crucial de toda a pesquisa científica.

O estudo teve como ponto inicial o levantamento de artigos publicados sobre o tema. Foram considerados artigos de autores nacionais, tendo em vista o objetivo de conhecer as publicações gerais sobre o assunto. Para atender o objetivo proposto deste estudo, buscou-se utilizar artigos disponíveis nas bases de dados publicados em SCIELO BRASIL (Scientific Electronic Library Online) e PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia).

A pesquisa foi iniciada com levantamento nos sites utilizando as principais palavras chaves que envolvem este trabalho: relações amorosas e contemporaneidade. Nessa busca acadêmica, ao pesquisar artigos que continham as palavras chaves, foram encontrados diversos, mas, utilizados um total de onze artigos, treze livros e uma monografia.

Na pesquisa por artigos não houve seleção de filtros. Não foram utilizados aqueles que não abordavam a temática proposta, nem os que, apesar de portarem as palavras chaves, não apresentavam as hipóteses pretendidas e os objetivos que motivaram a realização deste trabalho.

## **RESULTADOS**

O presente estudo retrata uma revisão bibliográfica sobre o amor nas perspectivas de alguns autores contemporâneos, como Zygmund Bauman, Antony Giddens, Jurandir Freire Costa, Joel Birman, entre outros que vêm abordando esta temática como prática psicossocial construída por meio das relações amorosas “fluidas” que se reafirmam na contemporaneidade, permitindo formas diversas de experimentar e viver essas relações.

A literatura consultada indica uma miscigenação nas concepções de amor, ou seja, ele ainda apresenta amplos componentes do elemento romântico, entretanto, absorve cada vez mais elementos que no passado foram designados de amor ardente. Deste modo, as pessoas continuam buscando as emoções da paixão, juntamente com a segurança que o amor carrega por meio da confiança produzida em um relacionamento. Esta dupla condição introduz certo descontentamento e, ao mesmo tempo, uma busca incessante para a realização deste desejo. Atualmente, o amor apresenta uma nova concepção, uma nova “modelagem” para ainda permanecer no ideário humano. Tanto o sexo quanto o amor são vivenciados de formas distintas, muitas vezes com a presença apenas da satisfação momentânea, lançando mão das “relações de bolso”.

Giddens (1993) concorda com Bauman (2004) em relação à transformação das relações afetivas e a intimidade, atribuindo à mulher grande importância no processo de reestruturação do gênero, como fonte libertadora de sua condição. O que lhe era anteriormente imposto, na modernidade observa-se maior questionamento em um processo constante de gênero, identidade e manutenção das relações sociais.

De acordo com Bauman (2004), os progressos tecnológicos, econômicos, científicos e culturais propiciaram mudanças no processo de formação, conceituação e constituição das relações amorosas. A contemporaneidade vem sendo influenciada por esses processos, assim como o “amor líquido” representa a fragilidade dos laços humanos e a flexibilidade na forma em que são vividos.

Costa (1998) defende que o amor romântico ainda exerce grande influência sobre o ocidente, identificando as diversas mudanças pelas quais o amor desembocou, dentre elas o ideal de felicidade pessoal, a frustração de não ter vivenciado um amor idealizado, bem como as consequências que acarretam vários sentimentos, tais como tristeza, arrependimento e impotência. Para ele, é necessário desatar todos os sentimentos de culpa, a fim de vivenciar o amor de maneira singular.

Trata-se de uma forma de se sentir, criado pela sociedade atual e caracterizada pela “modernidade líquida”, por eliminar a responsabilidade dos relacionamentos concretos e duradouros, já que poucas coisas parecem ser estáveis e imutáveis nesta sociedade. O amor está sendo construído como algo mais flexível, divergindo do significado de durabilidade e perenidade presentes nas relações mais antigas.

Para Birman (2012), o homem moderno se dirige para as extraordinárias transfigurações de identidade influenciado pelos avanços sociais, e nessa relação vai dando sentido à vida, elaborando os males que o afronta.

Assim, Bauman (2004) destaca que há uma intensa construção e desconstrução em um movimento de eterno “devir”, no qual vão se redescobrimo e ressignificando em uma dialética que perpassa o âmbito social, cultural e econômico. Não se deseja declarar que as relações amorosas estejam em processo de falência, mas o oposto, pois também se verificou que atrelados às mudanças carregadas de sofrimento também se fizeram presentes aspectos de natureza importantes, que enriquecem a experiência da relação amorosa, juntamente às novas formas do indivíduo estar no mundo, passando por processos de metamorfoses, impactando e sendo impactado por elas.

## **DISCUSSÃO**

Para compreender melhor quão intensas são as modificações nas relações amorosas na contemporaneidade, é preciso analisar as formas de construção desses vínculos nos tempos passados. De acordo com Luz (1982), citada por Rolim (2009), no século XIX, o modelo de casal era constituído pela ideologia do amor eterno, verdadeiro e único. O casamento possuía características bem demarcadas, estava relacionado à infinitude e sua sede era o lar. Ao homem era atribuído papel de provedor, com o comando de tudo e a mulher teria como predicado o sacrifício e a abdicção. A forma de ela exercer sua função era assumindo seu posto de esposa, mãe e administradora da casa.

Assim sendo, o amor romântico estabeleceu a ideia de lar, maternidade, patriarcado e a relação entre os pais e filhos; componentes que impactaram principalmente o “ser mulher” neste contexto. “As ideias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à

subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior.” (GIDDENS, 1993, p. 54).

Araújo (2002) assinala que a formação do relacionamento amoroso associado à sexualidade, união e amor foram inventados pela burguesia. Da antiguidade à idade média, o casamento não era caracterizado por ser uma relação amorosa que envolveu, mais tarde, os sentimentos atuais. O modelo inicialmente vivenciado se estabelecia como um contrato envolvendo a riqueza das famílias e dois indivíduos que não relacionavam essa união ao prazer. Paixão, vontade de estar junto, identificação com o escolhido ou escolhida não estavam em questão. O adultério praticado pelos homens nessa época era a forma mais próxima de trazer para esse tipo de relação algo da ordem do prazer. Portanto, a modernidade, inventando o amor romântico, enunciou uma nova forma de se relacionar que sublevoou e renovou os modos de vida pessoal, social e familiar. Forma essa que rompeu com alguns paradigmas e instaurou novos.

Mais tarde, mudanças significativas nas relações amorosas surgiram com a marcante presença de reivindicações por parte das mulheres que questionaram sua qualidade de vida, cidadania, relacionamento afetivo, igualdade no trabalho e salário, trazendo à tona até mesmo a possibilidade de escolha quanto a se casar ou não. O movimento feminista proporcionou denúncia às desigualdades existentes, questionamento dos papéis ao qual a mulher estava submetida, buscando uma nova configuração, mais participativa no âmbito social, familiar e do trabalho (GIDDENS, 1993).

Diante dessas conquistas, as mulheres assumiram responsabilidades fora do contexto do lar - como os homens -, ficando mais preocupadas, competitivas, independentes e estressadas; porém, mais donas dos próprios desejos, dos seus corpos e de suas vontades de amar. Logo, com a emancipação da mulher perante a sociedade, as prioridades sofreram alterações, tanto para elas quanto para os homens (GOLDENBERG, 1997).

Assim, a fim de analisar os fenômenos que ocorrem hoje, é necessário observar dois polos existentes: a dor e o prazer da possibilidade de acessar coisas e pessoas de maneira rápida e muitas vezes sem a criação de laços afetivos. As conexões existentes entre as pessoas não são resistentes, não possuem garantias de permanência. Diante disso, elas sentem a necessidade do estabelecimento de conexões, porém, com certo distanciamento, utilizando, por exemplo, as redes sociais, que permitem o rompimento do contato de forma abrupta e indolor. “Associamos ‘leveza’ ou ‘ausência de peso’ à mobilidade e à inconstância: sabemos pela prática que quanto mais leve viajamos, com maior facilidade e rapidez nos movemos.” (BAUMAN, 2001, p. 7).

Bauman (2008) também constata que a sociedade contemporânea visa o produto pronto, a satisfação intensa e momentânea, enquanto o amor requer dedicação e investimento que normalmente se adquire em longo prazo. Logo, se faz uma ambivalência entre amor e o desejo. O desejo é envolvente, consumista e avassalador, enquanto o amor mantém, encarcera e possui. Não há repressão dos impulsos. Oposto a isso, existe certo incentivo que amplia o consumo para além dos bens materiais, se estendendo também ao outro.

Bauman (2004), também revela o padrão de consumismo dos relacionamentos amorosos, característico da sociedade moderna capitalista: eles não se atêm a compromissos e promessas duradouras. Ocorrem simplesmente pela satisfação. Quando este acaba, é substituído por outro que possa oferecer nova proposta de prazer. “A solidariedade humana é a primeira baixa causada pelo triunfo do mercado consumidor.” (BAUMAN, 2004, p. 96). Da mesma forma, a segurança da união também é automaticamente substituída pelas ilusões momentâneas de prazer, normalmente frustrantes e geradoras de ansiedade, rompendo com as formas de amor consideradas tradicionais.

Por conseguinte, o homem contemporâneo tem por natureza levar vantagens naquilo que investe. Em acordo com Freud, Bauman (1996) discorda do mandamento bíblico que cita “amar ao próximo como a si mesmo” no que compreende a essência do homem. O amor líquido de Bauman (2004) não é visto como algo permanente, mas como uma troca de favores e interesses. Portanto, as relações amorosas da sociedade líquida são frouxas e leves. Ao mesmo tempo em que o sujeito deseja um relacionamento duradouro e estável nos moldes burgueses, tem mostrado não estar disposto a abrir mão de sua liberdade.

Retomando a internet como via de contato muito presente na contemporaneidade, as relações são desconectadas ou excluídas com um simples clique, quando não existe mais interesse. Como crítica, Bauman (2004) afirma que o contato olho no olho está morrendo, fazendo com que o sujeito permaneça imerso à solidão dentro do seu quarto, frente ao seu computador. Baseado nesta ideia Bauman (2004) assinala que:

Diferentemente dos “relacionamentos reais” é fácil entrar e sair dos “relacionamentos virtuais”. Em comparação com a “coisa autêntica”, pesada, lenta e confusa, eles parecem inteligentes e limpos, fáceis de usar, compreender e manusear [...]. Um jovem de 28 anos da Universidade de Bath apontou uma vantagem decisiva da relação eletrônica: “Sempre se pode apertar a tecla de deletar. (BAUMAN, 2004, p. 12)

Para Kristeva (2012), o amor corre risco de entrar em extinção, estando ameaçado por bate-papos online, mensagens de texto e redes sociais, que roubam o lugar das experiências práticas do encontro e até mesmo o fanatismo entre casais que eclodia no amor. Para ela, não existe garantia que o mundo contemporâneo tenha espaço para as paixões devido à automatização do homem e a necessidade da segurança.

Birman (2012) explora de que forma as mudanças que ocorrem em diversos níveis sociais acometem a subjetividade do indivíduo, investigando as configurações de mal-estar que podem provocar. O sujeito atual está incluído mais na ordem do espaço do que no registro do tempo. Estas relações estabelecidas entre tais categorias oferecem informações respeitáveis sobre sua estrutura. O aperfeiçoamento da experiência subjetiva estaria vinculado à predominância da exibição e do aumento da amplitude da imagem. Esse lugar mostra um sujeito não mais introspectivo em relação ao pensamento, mas um ser externalizado, que o impulsiona para a ação e controle do corpo. Afirma que a subjetividade se encontra na experiência do abatimento, lançando o sujeito na solidão, impedindo o diálogo, impossibilitando de se submeter à ajuda do outro.

De acordo com Costa (1998), o amor ou as formas de amar são subjetivos. Assim, diante dos fenômenos que acompanham a contemporaneidade, é possível constatar uma customização

dos relacionamentos, em que cada casal, homossexual ou heterossexual, constrói a sua forma única de relação. Historicamente, um exemplo clássico apresentado é o amor de Romeu e Julieta, que sugere formas de pensar e sentir o amor, naturalizando e caracterizando fortemente este sentimento. Seria, portanto ele, algo aprendido e perpetuado por meio da repetição? As formas de amar estão baseadas no contexto social e são seletivas. O preconceito racial, de classes e gêneros contribuem para as escolhas dos parceiros. Logo, o sentimento não é o único fenômeno que move as formas de amar. As imposições construídas ao longo do tempo participam ativamente das decisões e levam às escolhas mais simples e naturais, em que pessoas compartilham ideias e se reconhecem entre si.

O amor é sempre feito de paixão e razão, já que é uma crença emocional. Entretanto, uma vez que o amor é crença sobre o que tem relevância moral, o problema é definir 'o que devemos' amar no objeto amado, ou seja, que propriedades devem ter quem amamos com paixão e com razão (COSTA, 1998, p.179).

Goldenberg (2001) acrescenta que o cenário contemporâneo é flexível em relação aos tempos passados e no que diz respeito às regras impostas para relacionamentos amorosos, permitindo, assim, a personalização, sendo possível criar relações adaptadas conforme ideais, desejos e não simplesmente repetir formas anteriores. Sendo assim, os ingredientes para as relações podem ter pitadas do antigo e do novo, tornando-se exclusiva e personalizada.

Giddens (1993) analisa o cenário atual das relações amorosas de maneira otimista, afirmando que as novas formas de relacionamento observadas criam condições que buscam igualdade e democracia, impactando a vida social do sujeito. Baseado nessa ideia, lança mão de três conceitos nomeados por ele de amor confluyente, sexualidade plástica e relacionamento puro. O amor confluyente não estabelece monogamia e heterossexualidade como princípios, diferente do amor romântico, base de muitos relacionamentos amorosos. Também não se pauta por fantasias de completude e identificações projetivas, mas tem como objetivo que as pessoas tenham oportunidade de se tornarem sexualmente realizadas, buscando igualdade nas trocas dos afetos e no envolvimento emocional, sendo o elemento chave deste conceito a realização do prazer sexual de ambos. Logo, quando o amor confluyente se consolida, a "pessoa especial" é deixada de lado para que se viva um "relacionamento especial", busca essa que se distancia da ideia de "para sempre" e "único" vinculado ao amor romântico. O que faz com que esse relacionamento dure é a aceitação de que cada um receba desta relação algo benéfico para que sustente sua continuidade (GIDDENS, 1993).

A sexualidade plástica se pauta na libertação das necessidades de reprodução, originada na tendência de reduzir a família e na difusão dos métodos contraceptivos modernos e tecnologias reprodutivas. Para Giddens (1993), se relaciona a algo fundamental, como a reivindicação do prazer sexual da mulher, antes somente relacionado à procriação.

Por fim, Giddens (1993) apresenta o terceiro e último conceito que foi chamado por ele de relacionamento puro, no qual se caracteriza por ser uma relação pautada na intimidade, na confiança e no compromisso. Nele, não há a ideia de "até que a morte nos separe", mas na possibilidade de durar ou não, possuindo como parâmetro importante o desejo dos parceiros. A existência do compromisso é importante para que ele tenha chance de durar, porém não garante ausência de sofrimento, caso venha a se dissolver.

O “relacionamento puro” tende a ser, nos dias de hoje, a forma predominante de convívio humano, no qual se entra “pelo que cada um pode ganhar” e se “continua”, apenas enquanto ambas as partes imaginem que estão proporcionando todas as satisfações suficientes para permanecerem na relação (GIDDENS, 1993, p. 68).

Giddens (1993) também ressalta que o mundo caminha para uma igualdade sexual crescente, mas que ainda causa estranheza em muitas pessoas, pois durante muito tempo os homens foram diretamente relacionados à necessidade de variação sexual para sua própria saúde física, como se fosse algo colado à sua natureza. Houve uma minoria de mulheres que fugiram desse comportamento esperado para elas, mas em sua maioria foram e ainda são divididas entre virtuosas e perdidas.

Assim, no caso de a mulher se envolver com o adultério, sua atitude era considerada “uma violação imperdoável da lei de propriedade e da ideia de descendência hereditária.” (STONE, 1990, p. 7), citado por Giddens (1993), o que instaurava nelas, casos fugissem a essa regra, ações altamente punitivas. Desta forma, o que vemos acontecer atualmente também parece ser o grito das mulheres em não mais aceitar a forma de dominação masculina, fato que impacta e transforma sua existência em vários âmbitos, gerando também novas demandas e ansiedades. Todo esse envolvimento, Giddens (1993) vai chamar de “experiências sociais do cotidiano”, estabelecendo mudanças sociais que obrigam a ocorrência de um movimento.

Um estudo realizado por Rubin (1985), citado por Giddens (1993), envolvendo casais heterossexuais nos Estados Unidos, revelou frestas dessas transformações. Uma adolescente de 16 anos, ao ser questionada se tinha relações sexuais com seu namorado, respondeu que não havia razões para não fazerem amor, pois se amavam. Acrescentou que não sabiam se iam se casar ou estariam juntos no próximo ano, pois faltava muito tempo até lá, mas que não tinham vontade de ficar com mais ninguém por enquanto. Ao final da resposta perguntou: “Isso é um compromisso, não é?”.

Rubin (1985), citado por Giddens (1993), destaca também que a inocência entre os adolescentes hoje é vista como falsa. Sua pesquisa apontou que muitos jovens ainda desejam certo tipo de inocência por parte das adolescentes, sendo revelado por essas entrevistadas a necessidade de mentir para seus futuros maridos sobre a extensão de suas experiências sexuais anteriores. Ou seja, mesmo estando em meio a transformações em vários âmbitos envolvendo formas de se relacionar, ainda existem tabus culturalmente construídos em nossa sociedade.

Além disso, Rubin (1985), citado por Giddens (1993), mostra que quando o casamento acontece nos dias atuais, há uma expectativa muito maior envolvendo a vida sexual, tanto dos homens quanto das mulheres. Elas esperam proporcionar, mas também receber prazer sexual, diferente do que ocorria nas gerações anteriores. Assim, uma vida sexual satisfatória é um requisito presente e o que leva muitas mulheres a terem relações extraconjugais na mesma proporção que aquela dos homens, em casos de insatisfação com o parceiro atual. Por conseguinte, Costa (1998) desconstrói a forma natural e universal construída para o amor. Para ele, se trata de algo passível de ser reformulado, adicionando uma dimensão racional e colocando-o como algo opcional, não negando seu impulso, porém salientando a variação do que pode excitar ou atrair. Tal fato associa vontade e características racionais, refletindo

também aspectos culturais, psicológicos e outros fatores imbricados às relações amorosas. Portanto, a experiência amorosa pode variar, como afirma: “o amor é seletivo como qualquer outra emoção presente em códigos de interação e vinculação interpessoais.” (COSTA, 1998, p.17).

Assim sendo, conforme afirmam Goldenberg (2001) e Vaitsman (1994), citados por Amorim e Stengel (2014), surge o cenário no qual novas formas de parcerias amorosas não são somente reproduzidas, mas também inventadas, afinal, o sujeito se vê diante da chance de criar o casal, relacionamento e família que quer para si, o que dá um caráter customizado para as relações, no sentido de que partem de um modelo preexistente, porém rompem com paradigmas e moldes estabelecidos.

As queixas se multiplicam e as respostas não aparecem. A busca de terapias tradicionais ou alternativas cresce criando um mercado de infelicidade bastante rentável. Livros de autoajuda vendem, aos milhões, ensinando que o sucesso é ser feliz. Remédios milagrosos prometem a felicidade e o prazer instantâneos. Encontros virtuais substituem a difícil convivência de um casal. Cada vez mais, a grande imprensa e a televisão debatem a questão. Apesar da evidência de um problema generalizado, ainda são poucos os estudos científicos que ajudam a compreender esta epidemia de insatisfação amorosa. A exacerbação do individualismo, e a reivindicação de espaço e de realização pessoal têm anulado qualquer possibilidade de tolerância necessária para uma convivência pacífica dentro de quatro paredes (GOLDENBERG, 2001).

Chaves (2004), citado por Vieira e Stengel (2012), pontua que alguns conceitos foram deixados de lado, outros permanecem vivos ou reconfigurados, acompanhados de valores como a individualidade, a liberdade e a igualdade. Essa mistura mostra uma tentativa de conciliação dos desejos, dos comportamentos e dos valores hierárquicos e igualitários, ressignificando as formas conjugais, rompendo barreiras entre o tradicional e o moderno e se aproximando da ideia de Chaves (2004), citado por Vieira e Stengel (2012), sobre os múltiplos formatos do ideário amoroso.

Entretanto, para Bauman (2004), até mesmo nos relacionamentos atuais configurados de formas múltiplas, a segurança se apresenta como uma questão muito importante, visto a necessidade de amparo frente aos momentos de dificuldade, além da vontade de compartilhar momentos de satisfação juntos. Compara o relacionamento ao automóvel, que necessita de revisões regulares para garantir o bom funcionamento de todas as partes. Traz o compromisso como sendo a armadilha das relações, pois é ele que trará ou não a segurança e confiança. “[...] em nosso mundo de furiosa ‘individualização’, os relacionamentos são bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo e não há como determinar quando um se transforma no outro.” (BAUMAN, 2005, p. 8).

Também acrescenta que a vivência líquida carrega consigo o sentimento de que se manter a certa distância do outro é uma forma de sobreviver e evitar sensações desagradáveis, uma vez que o contexto atual apresenta a grande possibilidade de violar e ameaçar a segurança emocional pela forma fluida de se relacionar.

Desse ponto de vista, Bauman (1997, p. 156) afirma que “o mal-estar da pós-modernidade nasce da liberdade, em vez da opressão,” destacando que há um preço a se pagar devido às novas possibilidades de se viver e se relacionar, oriundas da contemporaneidade.

Assim, nesse contexto, amar se relaciona a algo perigoso, imprevisível, arriscado e que vai no sentido contrário à essência da capacidade de amar. Nessa configuração, o outro é visto como algo passível de se tornar obsoleto e dispensável, que só adquire importância na medida em que atendam aos desejos egoístas, acarretando também em um temor no estabelecimento de relações amorosas ditas concretas. “É preciso diluir as relações para que possamos consumi-las.” (BAUMAN, 2004, p.10).

Costa (1998) concorda com tal constatação, afirmando que o estabelecimento de relações mais superficiais, que não impactam na liberdade do sujeito, está interligado por tais relacionamentos e que não se caracterizam com o amor considerado verdadeiro, mas apenas a um relacionar-se qualquer. Além disso, indica que o sujeito prefere a solidão atrelada à possibilidade de começar outro relacionamento, a se manter com alguém apenas por hábito. Nesse sentido, Rudio (1991), citado por Santos (2010), constata a possibilidade do sentimento de solidão nas vivências destes relacionamentos amorosos. Ela se faz presente afetando o sujeito, adquirindo a sensação de se estar só, pois apesar de o outro existir e se fazer presente, não há proximidade psicológica, ligação emocional e vínculo. Assim, é importante analisar que o que "caracteriza a solidão é a consciência que o indivíduo tem de estar sozinho acompanhado de um sentimento penoso de desamparo e de uma carência premente de alguém que lhe possa dar apoio." (RÚDIO, 1991, p. 12).

Além disso, de acordo com o pensamento de Costa (1998), os sujeitos carregam uma expectativa alta em seus relacionamentos amorosos, porém em muitos casos não questionam a forma como eles vivem essas relações. Existe ainda um legado que a aspiração romântica deixou, dificultando a análise crítica do sentimento amoroso vivenciado. Portanto, adotando o ponto de vista de Costa (1998), que o amor é algo que se constrói, os indivíduos devem buscar formas e maneiras de vivê-lo, objetivando diminuir o sofrimento e, conseqüentemente, ser mais feliz dentro de seus relacionamentos. “Como fazer da vida aquilo que queremos e não a cópia do que quiseram por nós?” (COSTA, 1998, p. 22).

Além disso, concorda com Bauman (2004) quando afirma:

Vivemos numa cultura narcísica, inibidora da experiência amorosa. Aprendemos a “querer tudo” porque nos julgamos “uma totalidade” que não pode apresentar fraturas. O outro só “é desejado se enriquece nosso ser”. Se, ao contrário, nos pede sacrifícios, é rejeitado de pronto. (COSTA, 1998, p. 133)

Assim, vê-se um cenário no qual o sujeito assume a responsabilidade de ser dono de seu bem-estar, mas precisando ao mesmo tempo lidar com inseguranças, mudança de valores, de direção e incertezas, característicos desse novo contexto social pulverizado. A fragilidade dos relacionamentos afetivos parece, nesta busca, tentar conciliar os valores individuais e a conjugalidade presente no convívio do casal, afinal eles carregam relevância e um peso à parte na vida social do sujeito. Se antes o amor romântico designava que fosse eterno na medida em que durasse, hoje a singularidade do outro é considerada empecilho para a busca do prazer tão valorizado e almejado, trazendo para a contemporaneidade, além de avanços de importância inegáveis, diversos desafios e possibilidades de ocorrências de conflitos para os sujeitos (BAUMAN, 1998).

## CONCLUSÃO

Sendo assim, é possível perceber e comparar que as relações amorosas não seguem mais somente as formas anteriormente estabelecidas e vivenciadas. Talvez, essas novas configurações de amar permitam a construção de um novo sentido para a palavra amor, que envolve não apenas o fogo da paixão, mas uma série de questões como o respeito, a dignidade, a liberdade, a igualdade de gêneros e a segurança. Essas transformações proporcionaram maior liberdade na escolha dos relacionamentos amorosos, trazendo para a realidade a opção de ter, pensar a respeito dos prós e contras das relações e a forma como se quer vivê-las. O amor líquido, cunhado por Bauman (2004), constata o grande desejo do sujeito em desfrutar a parte prazerosa do relacionamento amoroso, buscando evitar os momentos difíceis, que podem estar presentes em qualquer relação. Além disso, assim como nos vínculos de consumo, o outro pode ser tratado e avaliado de acordo com a satisfação que pode proporcionar, em uma lógica na qual se entra e permanece no relacionamento enquanto existirem os ganhos.

A ideia de se ter um relacionamento concreto também é atrelada à perda de novas possibilidades e a de ser um obstáculo pelas renúncias muitas vezes presentes em uma cultura que passou a valorizar fortemente o individualismo e independência. Além disso, considerando que a própria satisfação está em evidência, a singularidade do outro pode ser descartada.

O relacionamento puro de Giddens (1993) aponta aspectos que concordam com o amor líquido de Bauman (2004), na medida em que coloca a relação em si como principal motivadora para que o casal permaneça junto. Destaca que existe um interesse em buscar soluções para as questões que surgem na vida a dois, com o objetivo de controlar os desgastes e imaginar o futuro do casal com qualidade no amor.

Outra característica destacada por Giddens (1993) é a de que a relação pode ser terminada a qualquer momento por ambos os parceiros, trazendo para o convívio do casal o sentimento de insegurança proporcionado por essa tal liberdade. Assim, não havendo um código rígido imperando na relação amorosa, ela é pautada por regras próprias, estabelecidas entre o casal, a fim de resolver os impasses da relação na medida em que eles vão surgindo.

É constatada também a existência de uma moral dupla, na qual ao mesmo tempo em que são buscadas sensações relacionadas ao prazer ainda permanece a procura de sentimentos mais profundos, característicos do ideal romântico. Assim, o mundo contemporâneo trouxe diversas formas de se viver como um casal, fato que trouxe avanços; porém, também se configura como um desafio, visto à complexidade das questões que surgem neste contexto. Analisando as novas configurações de amor, Birman (2012) verifica a produção de um homem ansioso e solitário, que se encontra em meio a uma busca incessante de ter um amor para a vida, porém, não se permite vivenciar tal sentimento por completo, pois é tomado pelo medo da entrega ao outro. O sujeito se vê diante a opção de arriscar e tentar desenvolver um relacionamento com suas perdas e ganhos, ou ser descartado precocemente e sofrer a dor de não servir mais.

Em vista disso, algumas características que já estiveram presentes nas relações amorosas parecem não se encaixarem mais nos dias atuais e a não atenderem às demandas da contemporaneidade. Dessa forma, no cenário atual, é importante pensar a relação, perceber

e sentir seu significado, estabelecer os laços afeitos e manter um relacionamento que permita a realização dos desejos individuais e coletivos de acordo com o que o casal almeja.

Dessa forma, devido ao contexto aqui caracterizado, Bauman (2004) alerta que os relacionamentos amorosos necessitam de dedicação, compromisso e desprendimento de energia para obter resultados satisfatórios. Além disso, afirma também que o sujeito inseguro e solitário da contemporaneidade tem a era cibernética ao seu lado, no qual muitas questões são resolvidas por meio de um clique. Ela parece ser uma boa solução para quem deseja se relacionar, mas manter certo distanciamento, já que por meio dela também é possível iniciar qualquer tipo de relação, sem desenvolver sentimentos fortes e passíveis de evoluírem para algo mais concreto. Assim, a tela do computador permite ao sujeito vestir sua máscara e “atuar” da forma que mais for atrativa ao olhar do outro, para, a partir do momento que a relação virtual não for mais cativante, deletar e buscar outra pessoa que seja novamente mais encantadora para o momento.

Assim, os ventos sopram cada vez mais para o enclausuramento do homem, que se equipa para a sua sobrevivência em quatro paredes, sem necessitar de contato com o outro ou o convívio em comunidade, que para o homem moderno pode não passar de uma mesmice. Ademais, em meio a tantas modificações, o sexo também ganha nova roupagem. Pautado no que diz Giddens (1993), o amor é baseado em recompensas e benefícios para ambos, logo, o prazer sexual é importante e deve se fazer presente para que o casal mantenha um relacionamento satisfatório. Parte disto também se deve a mulher, que conquistou o direito de sentir prazer no ato sexual. Emancipação essa que deu margem às demais oportunidades de decisões para a população feminina, impactando nas constituições das relações amorosas, pois, hoje, a mulher decide se casa ou permanece solteira, se quer ser mãe ou não, se quer sexo com homem ou com outra mulher ou quem sabe até com os dois.

Estranhamento? Sim! As diversas maneiras de viver a relação amorosa na contemporaneidade causaram e ainda causam bastante impacto aos conservadores do amor vivenciado de formas mais tradicionais. Portanto, segundo pontuou Bauman (2001), é importante manter no estabelecimento das relações afetivas as questões éticas e o respeito pelo indivíduo, que é dotado de particularidades e demandas subjetivas, praticando, além disso, o exercício da alteridade, para que esta ligação entre amor e a razão seja possível e harmoniosa, afinal é neste mundo que o homem está imerso, tendo em vista buscar e realizar sua vida e prazer.

Sendo assim, esse artigo buscou mostrar as transformações que os relacionamentos amorosos passam e estão passando, possibilitando um maior enriquecimento e contribuição a uma experiência vivenciada pela maioria dos indivíduos e seres sociais. Essas e outras questões podem ser levadas a campo, ouvindo as pessoas e seus pontos de vista, afinal, somos sujeitos ativos, passivos e atores principais no contexto das relações amorosas.

## **AGRADECIMENTOS**

É com muita alegria e satisfação que agradecemos nossos amados pais, amigos e familiares pelo amor e apoio que nos dedicaram e doaram, contribuindo para a realização deste trabalho. A todos os professores que influenciaram nossa formação acadêmica, especialmente o

querido orientador, mestre Ricardo. Aos nossos colegas de graduação, que juntamente conosco sorriram e sofreram as aflições de ser estudante. A todos aqueles que acreditam na nossa conquista: este não é o fim, estamos apenas dando um pontapé inicial rumo a uma nova história.

Muito obrigado!

## REFERÊNCIA

AMORIM, Ana Nascimento de; STENGEL, Márcia. Relações customizadas e o ideário de amor na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 19, n. 3, p. 179-188, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2014000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2014000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 Ago. 2016.

ARAUJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932002000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000200009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 de Ago. 2016.

BARONCELLI, Lauane. Amor e ciúme na contemporaneidade: reflexões psicossociológicas. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 163-170, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100018&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 de ago. 2016.

BAUMAN, Zygmund. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **O mal-estar da pós-modernidade**. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **O sujeito na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COSTA, Crístoper Batista da; MOSMANN, Clarisse Pereira. Relacionamentos conjugais na atualidade: percepções de indivíduos em casamentos de longa duração. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 16-31, 2015. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702015000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 abr. 2016.

COSTA, J. F. **Sem fraude nem favor**: Estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COUTINHO, Sabine Mantuan dos Santos; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Relações conjugais e familiares na perspectiva de mulheres de duas gerações: "Que seja terno enquanto dure". **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 83-106, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652010000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652010000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 set. 2016.

FALCKE, Denise; ZARDAN, Eliane. Amor, Casamento e Sexo: Opinião de Adultos Jovens Solteiros. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, vol. 62, n. 2, p. 143-155, 2010. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/427/458>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

FROMM, Erich. **Análise do Homem**. Tradução de Octavio Alves Velho. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1996.

GOLDENBERG, Mirian. Sobre a invenção do casamento. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, vol.1, n. 1, p. 89-104, 2001. Disponível em: <<http://miriangoldenberg.com.br/images/stories/pdf/casal.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

GUEDES, Dilcio; ASSUNCAO, Larissa. Relações amorosas na contemporaneidade e indícios do colapso do amor romântico (solidão cibernética?). **Rev. Mal-Estar**. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielophp?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482006000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielophp?script=sci_arttext&pid=S1518-61482006000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 de abr. 2016.

KRISTEVA, Julia. **Histórias de amor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. 4 ed. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

OLIVEIRA, Denize Cristina de; et al . "Pegar", "ficar" e "namorar": representações sociais de relacionamentos entre adolescentes. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 60, n. 5, p. 497-502, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672007000500003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000500003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 set. 2016.

RODRIGUES, Karla Salgado Rolim. A crise do amor romântico na contemporaneidade. **Web artigos**, 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-crise-do-amor-romantico-na-contemporaneidade/21686/>> Acesso em 13 ago. 2009.

SANTOS, Rodrigo Osório Dos. **Solidão nas relações amorosas da contemporaneidade**. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Católica de Petrópolis, Centro de Ciências da Saúde, Petrópolis, 2010. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos3/solidao-relacoes-amorosas-contemporaneidade/solidao-relacoes-amorosas-contemporaneidade2.shtml#anexoa>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

VIEIRA, Érico Douglas; STENGEL, Márcia. Ambiguidade e fragilidade nas relações amorosas na pós-modernidade. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campo Jataí**, Goiânia, v. 2, n. 13, p. 1-19, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/rir/article/viewFile/22338/19244>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

## PSICOLOGIA E FEMINISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gabriela Faria de Souza<sup>1</sup>, Isadora Silva Carone<sup>1</sup>, Leonardo Bortolini Chamoun<sup>1</sup>, Vitor Moreira Passos<sup>1</sup>, Laura Paste de Almeida<sup>2</sup>.

1. Acadêmicas e acadêmicos do curso de Psicologia pela Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.
2. Psicóloga, Mestra em Psicologia Institucional pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Docente do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

### RESUMO

O feminismo busca a igualdade de gênero na sociedade há anos e a Psicologia, de acordo com seu Código de Ética, fundamenta seu trabalho de modo a ampliar a autonomia, a liberdade e a dignidade de cada indivíduo, trabalhando para extinguir todas as formas de exclusão e discriminação. Assim, este trabalho propõe-se pesquisar o que a Psicologia estudou e observou sobre o feminismo no Brasil, nos últimos dez anos. Tal pesquisa utiliza a base de dados de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), nos quais analisa os conteúdos mais expressivos apresentados em cada publicação e os classifica em categorias de análise a serem discutidas. São exploradas três categorias: a) definições de feminismo; b) noções de gênero; e c) frentes de atuação e justificativa para o encontro entre Psicologia e feminismo. A partir delas e das discussões fomentadas, destaca a importância de um compromisso entre a Psicologia e o feminismo na luta pela igualdade de gêneros, fazendo valer os princípios éticos do manual que rege a profissão.

**Palavras-chave:** Feminismo. Psicologia. Gênero. Ética.

### ABSTRACT

Feminism has sought gender equality in society for years and Psychology, according to its code of ethics, bases its work in order to extend the autonomy, freedom and dignity of each individual, working to extinguish all forms of exclusion and discrimination. Thus, this paper aims to investigate what Psychology has studied and observed about feminism in Brazil in the last ten years. This research uses the database of Electronic Periodicals in Psychology (PEPSIC), in which it analyzes the most expressive contents presented in each publication and classifies them into categories of analysis to be discussed. Three categories are explored: a) definitions of feminism; B) notions of gender; and c) fronts of action and justification for the encounter between Psychology and feminism. From these categories and the discussions they promote, this work highlights the importance of a commitment between Psychology and feminism, in the struggle for gender equality, asserting the ethical principles of the code that rules the profession.

**Keywords:** Feminism. Psychology. Gender. Ethics.

### 1. INTRODUÇÃO

Um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional da Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p.7) destaca que o psicólogo baseará o seu trabalho no “respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano.” Ademais, o Código salienta que o psicólogo deverá contribuir para a eliminação de quaisquer formas de “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p.9). Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) (ONU Mulheres do Brasil, 2016), o Brasil apresenta a quinta maior taxa de feminicídio do mundo – 4,8 para cada 100 mil mulheres. Em 2015, o Mapa da Violência relevou que, entre o público feminino, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54% entre 2003 e 2013, passando de 1.864 para 2.875 o número de casos. Nesse mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 para 1.576. Do total de feminicídios registrados em 2013, 33,2% dos

homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas (ONU Mulheres do Brasil, 2016). Conforme apontado no estudo feito pela Organização Mundial de Saúde, dentre as capitais brasileiras com as maiores taxas de feminicídio no ano de 2013 encontram-se Vitória, Maceió, João Pessoa e Fortaleza, com resultados maiores que o dobro da média brasileira.

O que fundamenta essa estatística é o cenário desigual, discriminativo e cerceador da liberdade das mulheres, que legitima práticas de exclusão e marginalização baseado em uma cultura que as oprime e subjuga. Dessa forma, mostra-se não somente relevante como também necessário e urgente que a Psicologia produza saberes e práticas em interface com a luta do feminismo, a fim de contribuir para a erradicação das desigualdades sofridas pelas mulheres.

Segundo Conceição (2009, p. 754), o feminismo vem mostrando um aspecto “[...] de reconstrução de um mundo menos violento, menos agressivo, menos opressor, através de um pensamento crítico na medida em que ele desconfia das coisas que nos aparecem como naturais.”

Inicialmente, o foco dessa pesquisa era apresentar e realizar uma reflexão crítica acerca das discussões em Psicologia que estão acontecendo sobre a temática de gênero, baseada, especialmente, nas divergências presentes entre os discursos das vertentes do feminismo radical e do transfeminismo. Escolheu-se trabalhar esse tema tendo em vista a presença frequente dessas discussões em grupos de *facebook*, *blogs* e *sites*, que demonstra a relevância e urgência de se trazer para o meio científico tal problemática. Entretanto, não foi possível realizá-la devido à falta de material acadêmico produzido acerca do assunto. Diante disso, optou-se pela mudança do tema para o levantamento das discussões realizadas pela Psicologia sobre o feminismo, uma vez que se viu necessário compreender de que forma, então, se tem produzido conhecimento a esse respeito na Psicologia.

O movimento feminista se processou em diversas etapas. Entre aquelas que aconteceram em vários países, pode-se citar a divisão do feminismo em três ondas.

A primeira onda, referente ao movimento do século XIX até o começo do século XX, centrou-se na luta pelo sufrágio das mulheres e nos direitos trabalhistas e educacionais, no Reino Unido e nos Estados Unidos. A intenção era romper com a ordem patriarcal, denunciando a desigualdade entre homens e mulheres, com o objetivo de conquistar direitos iguais e mais humanos para as mulheres (SILVA, 2002, apud OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

A segunda onda, ocorrida da década de 1960 até meados da década de 1980, principalmente nos Estados Unidos, teve como foco a desigualdade das leis para homens e mulheres, desde as culturais até as relativas aos papéis atribuídos às mulheres na sociedade (SILVA, 2008).

A terceira onda, do fim da década de 1980 até o começo da década de 2000, é considerada uma continuação da segunda onda e veio, também, para corrigir as falhas nesta percebidas. Reflete acerca de abordagens micropolíticas preocupadas em determinar padrões de comportamento e de valores morais para cada mulher, abrangendo, também, a realidade de mulheres negras, em diferentes condições sociais e étnicas, que negociavam seu espaço,

marcado nas fases anteriores somente por mulheres brancas de classe média alta (ALVES; PITANGUY, 1985).

Segundo Silva e Camurça (2010), os movimentos feministas apresentam uma dimensão crítica da situação imposta histórico-socialmente às mulheres no mundo e visam a transformação da condição subalternizada das mulheres. O movimento feminista ajudou a estabelecer um novo paradigma para as mulheres, um olhar crítico que as convida a repensar as questões políticas e sociais que embasam a opressão que sofrem. Revela que tudo aquilo que é público atinge a vida pessoal e determina seus desejos, decisões e vontades, que não ocorriam apenas por mérito próprio, mas cerceados e moldados por fatores públicos e políticos.

Segundo Costa (2005), o feminismo utiliza o slogan "o pessoal é político". Tal bandeira, para Pateman (1996, apud COSTA, 2005, p. 2):

[...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de "esposa", por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas "pessoais" só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas.

Segundo Bento (2006, apud JESUS; ALVES, 2010), o conceito de gênero trabalhado pelo feminismo possibilitou a desconstrução de um modelo universal de mulher, abrindo a possibilidade para a construção das variadas identidades de gênero. Ainda nesse sentido, Jesus e Alves (2010, p. 2) afirmam:

O conceito de gênero existe no meio científico desde meados do século XX, a partir das considerações de John Money acerca dos papéis construídos socialmente para homens e mulheres, ao que ele apontou gênero como uma categoria que se refere ao conjunto de características que definem diferenças sociais entre homens e mulheres, diferenciando esse conceito do de sexo biológico e evidenciando que, nem sempre, as expectativas sociais relacionadas às pessoas nascidas com determinadas configurações biológicas (femininas ou masculinas) redundará (*sic*) na identificação com certo gênero (homem ou mulher).

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é identificar de que forma a discussão desse tema tem sido inserida em estudos da Psicologia produzidos no Brasil nos últimos dez anos. Como objetivos específicos têm-se discutir as concepções de feminismos presentes nos artigos pesquisados, discutir as noções de gênero trazidas pelos autores e autoras, levantar as possibilidades de atuação da Psicologia em interface com o feminismo, bem como as motivações para o elo entre ambos.

## 2. MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, compreendendo a revisão bibliográfica de artigos científicos, que permite a obtenção de conhecimentos produzidos na área de modo ordenado e sintético, possibilitando ao leitor o acesso a grande diversidade e

complexidade de estudos relevantes num espaço reduzido de tempo (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Para a realização da busca bibliográfica, foi consultada a base de dados de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), visto que o objetivo é discutir as publicações científicas nessa área do conhecimento. Para atender aos objetivos desta pesquisa, foram selecionados apenas artigos produzidos no Brasil, publicados nos últimos dez anos (2006 a 2016). Não se consideraram os estudos que foram produzidos fora do Brasil e não tinham o português como idioma. Ademais, foram excluídos os estudos que não apresentavam texto completo disponível *on-line* de forma gratuita.

Para análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (2011), visa a uma descrição sistemática do conteúdo das comunicações, tendo por finalidade interpretá-las por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Nesse sentido, o processo de categorização do material analisado consiste em, segundo Campos (2004, p.614), agrupar o conteúdo em grandes “enunciados, que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou de proximidade, e que possam exprimir significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo.”

Nesta pesquisa, classificaram-se as categorias de análise por semelhança ou analogia, segundo critérios definidos no processo. Os conteúdos temáticos encontrados nos artigos pesquisados foram categorizados em definições de feminismo, noções de gênero e frentes de atuação e justificativa para o encontro entre Psicologia e feminismo.

### 3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na busca simples pelo descritor “feminismo” na base de dados PEPSIC, foram encontrados 17 artigos, dos quais apenas 12 satisfizeram o delineamento proposto pela pesquisa. Os artigos foram selecionados e, em seguida, foram identificados os temas mais relevantes abordados em cada publicação. A partir da identificação dos temas presentes em cada artigo, foi efetuada nova leitura de todo o material selecionado, e o conteúdo presente em cada um foi agrupado por categorias. Foram criadas as categorias de análise citadas acima e discutidas a seguir.

O Quadro 1 mostra os artigos selecionados com numeração fictícia, que será mencionada no decorrer da discussão.

Quadro 1 – Estudos selecionados.

	<b>Autor(a), Ano</b>	<b>Título do trabalho</b>	<b>Palavras-chave</b>
1	NAFFAF NETO (2011)	O lugar e a função do avô, aquele que é pai duas vezes: um estudo a partir de D. W. Winnicott.	Mercado de trabalho. Feminismo. Pai. Mãe. Avô. Avó.

2	OLIVA (2015)	A insistência do real na sexualidade: diferentes perspectivas da psicanálise e o feminismo.	Psicanálise. Feminismo. Gênero. Gozo. Diferença. Real.
3	TORRES & ADRIÃO (2014)	Feminismo em tempos de tecnocegonha: uma discussão acerca das novas tecnologias reprodutivas	Feminismo. Gênero. Novas tecnologias reprodutivas.
4	TIMM, PEREIRA & GONTIJO (2011)	Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política.	Feminismo. Psicologia, Violência contra mulheres. Clínica. Política.
5	COELHO & BAPTISTA (2009)	A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público.	Mulher. Política. Identidade feminina. Feminismo. Gênero.
6	NARVAZ & NARDI (2007)	Problematizações feministas à obra de Michel Foucault.	Feminismo. Estudos feministas. Gênero. Michel Foucault. Perspectivas androcêntricas.
7	PORCHAT (2014)	O corpo: entre o sofrimento e a criatividade.	Corpo. Transexualidade. Gênero. Teoria Queer.
8	SAAVEDRA (2013)	Psicologia vocacional e feminismo crítico: do passado ao futuro.	Escolha vocacional. Mulheres. Análise do discurso. Diversidade cultural.
9	NARVAZ & KOLLER (2007)	Feminismo e terapia: a terapia feminista da família - por uma psicologia comprometida	Terapia feminista. Feminismo. Terapia familiar. Gênero. Psicoterapias.
10	COELHO (2016)	Vozes que ecoam: feminismo e mídias sociais.	Movimento feminista. Mídias sociais. Teoria <i>Queer</i> . Movimentos sociais. Gênero.
11	NOGUEIRA (2006)	Os discursos das mulheres em posições de poder.	Mulheres. Liderança. Discursos. Feminismo. Poder.
12	FALCKE & ZORDAN (2010)	Amor, casamento e sexo: opinião de adultos jovens solteiros.	Amor. Casamento. Sexo. Adulto jovem.

Fonte: Souza, Carone, Chamoun, Passos e Almeida (2016).

### 3.1 Definições de feminismo

No artigo 3, as autoras Torres e Adrião trazem a ideia de feminismo levantada por Rotania, que o define como um pensamento e ação política em um campo de incontestável riqueza teórica e prática:

Nasce como uma ética visceral singular, pois revê e questiona os conceitos e os valores que historicamente têm levado a ignorar as mulheres como sujeitos éticos e políticos plenos. Propõe a mudança das relações de poder hierárquicas entre homens e mulheres, a conquista dos direitos civis, políticos e sociais e o exercício da

autonomia plena em todos os domínios da vida social e pessoal (ROTANIA, 2006, apud TORRES; ADRIÃO, 2014, p. 60-61).

No artigo 6, os autores Narvaz e Nardi trazem a perspectiva de Foucault acerca do sujeito e, com base em Butler, sustentam que a crítica feminista desconstrói as suposições ilusórias sobre um sujeito autônomo e universal, estabelecendo que tal sujeito se define a partir de uma perspectiva androcêntrica e eurocêntrica. Além disso, destacam que o feminismo não problematiza só a teoria do sujeito, como o faz Foucault, “[...] mas denuncia a noção universalizante do sujeito a partir do sujeito masculino, que desconsidera a multiplicidade da experiência feminina, quer em sua forma particular de eroticidade, de racionalidade ou de suas práticas de resistência” (NARVAZ; NARDI, 2007, p. 54).

No artigo 9, as autoras Narvaz e Koller definem feminismo como um movimento que surge da luta das mulheres por direitos civis e políticos, que critica a cultura androcêntrica ocidental, propondo reflexões, debates, problematizando e produzindo concepções poderosas sobre a natureza humana e do sujeito desde suas origens. Apesar da diversidade de tendências e discursos, os feminismos convergem em um ponto, segundo as autoras: o de reconhecerem que “[...] homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindicam que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes” (NARVAZ; KOLLER, 2007, p. 120).

Harding (1986, apud NARVAZ; KOLLER, 2007, p. 120) afirma que:

As feministas desafiaram as formas de produção do conhecimento e indagaram que visão de mundo o conhecimento representa e a que interesses está servindo, originando, na intersecção das lutas políticas com a academia, o campo das epistemologias feministas. A epistemologia feminista não é, entretanto, um domínio estável. Ao contrário, representa um espaço de contestação e de dúvida acerca do que é considerado “conhecimento”, quem o define e como se obtém, a partir de diferentes posicionamentos epistemológicos feministas.

Narvaz e Koller (2007) revelam ainda que os movimentos feministas se distinguiram dos movimentos de mulheres, pois denunciaram a negligência às questões específicas das mulheres, às discriminações sexistas e hierárquicas dentro das organizações de esquerda, que são historicamente masculinas e patriarcais (BLAY, 2001; COLLING, 1997; FERREIRA, 1996; SCHMIDT, 2004, apud NARVAZ; KOLLER, 2007).

No artigo 10, o movimento feminista é definido como um “[...] movimento social em prol da equiparação dos sexos quanto ao exercício de direitos civis e políticos. Esse é o objetivo central do movimento, embora o próprio conceito seja controverso e tenha dado origem a diversos posicionamentos” (NOGUEIRA, 2001, apud COELHO, 2016, p. 217). Ainda segundo a autora, atualmente a proposta central do movimento se refere ao estudo das relações de gênero, pensando de forma simultânea igualdade e diferença.

Discute-se a singularidade de mulheres no mundo capitalista, falocêntrico, racista e homofóbico, dentro de uma perspectiva plural. As questões feministas não se encerram em torno de “uma mulher”, como um sujeito único, mas de “mulheres”: brancas, negras, domésticas, índias, ricas, donas de casa, artistas, lésbicas, trans, entre tantas outras, que por serem diferentes e iguais sofrem iguais e diferentes opressões (COELHO, 2016, p. 217).

Diante do exposto, de acordo com Narvaz e Koller (2006), entende-se que, ao longo do tempo, o feminismo assumiu diversas formas e concepções que surgiram devido à intersecção dos movimentos de lutas de classes com as ideias feministas da época. O feminismo é um movimento que tem em seu cerne a problematização e a constante desconstrução de si mesmo, independente de sua geração ou fase. Devido a isso, é importante entender que essas gerações e fases ocorreram em épocas e contextos variados que, conforme suas especificidades, produziram diferentes demandas e possibilidades. “Não há, na atualidade, um só feminismo, unívoco e totalizante, mas vários feminismos” (NEGRÃO, 2002, apud NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

Deve-se compreender que o sujeito do feminismo – isto é, as mulheres – é, assim como a subjetividade humana, mutável e em constante transformação. Esse sujeito não se encontra estático e é indomável, “[...] e não se aprisiona em nenhuma definição normativa” (ESMERALDO, 2006, p. 830). Não cabe ao feminismo ter apenas uma concepção, pois somente com a pluralidade de vertentes do feminismo é possível abarcar e representar as mulheres de diferentes dimensões sociais, raciais e econômicas.

Divergências que surgem das diferentes vertentes do feminismo são, acima de tudo, fatores de importância para garantir força a esses movimentos. A consonância de noções e conceitos advindos de estudos acadêmicos não deixam de ser relevantes, porém, devido à diversidade de aspirações e vivências femininas encontradas em diferentes gerações e lugares, a variabilidade conceitual do feminismo garante diferentes representatividades (COSTA, 2004).

Muito se diz sobre a heterogeneidade dos conceitos do movimento feminista, contudo, pode-se perceber um denominador comum entre as diferentes concepções trazidas pelos artigos selecionados, que é o fato de o movimento feminista ser, acima de tudo, uma ação política. De acordo com Rowland e Klein (1997, p. 12), o poder masculino é mantido e definido por meio de uma variedade de métodos: “[...] através de instituições no interior da sociedade, através da ideologia, através da coerção ou da força, através do controle de recursos e recompensas, através das políticas da intimidade, e através do poder pessoal”.

Segundo Costa (2004), o aspecto de ação política do feminismo se dá pelo fato de que a mulher e suas práticas sempre foram relegadas ao espaço privado, às práticas domésticas cotidianas e aos cuidados com a família, que, naturalizados como de responsabilidade feminina, servem como “prisões”. As lutas feministas convergem no momento em que as mulheres buscam uma saída do espaço privado para o espaço público, pois é esse espaço público e coletivo que permite mudanças e avanços no sentido de uma justiça social.

Dentro do feminismo, a vertente chamada de feminismo radical parte do princípio de que a origem da desigualdade social é devido ao patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. De acordo com Silva (2008, p.4), a Teoria de Patriarcado compreende que “os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes”.

Conforme discutido anteriormente, compreende-se que é de extrema importância trazer para o meio científico diferentes definições de feminismo, demonstrando o que o feminismo

significa para cada autor. Afinal, com essas concepções é que cada autor produzirá novos saberes para a ciência que contribuam para novas práticas em Psicologia, em sintonia com a luta feminista. “Torna-se cada vez mais importante conhecer os implícitos do paradigma eleito, uma vez que este tem importantes implicações práticas na condução da investigação” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 648).

### 3.2 Noções de gênero

Apresentar a questão do gênero torna-se necessário, visto que esse dispositivo tem sido hoje o ponto central da luta feminista.

No artigo 3, Torres e Adrião (2014) trazem a definição de gênero levantada por Nicholson (2000), que estabelece dois usos para o termo: o primeiro está ligado ao contraponto do sexo biológico com o que é socialmente construído; o segundo diz respeito ao que foi socialmente construído para o que é tido como “masculino” e “feminino”. As autoras citam ainda a filósofa Judith Butler (2008), que faz uma crítica à concepção de que ao “sexo” estão associados comportamentos e atitudes que determinam e diferenciam os corpos masculinos e femininos. “Nesse sentido, pensarmos em ‘corpos femininos’ e ‘corpos masculinos’ dissociados de uma interpretação social torna-se impossível e, por essa razão, pensarmos ‘sexo’ independente de ‘gênero’ também” (TORRES; ADRIÃO, 2014, p. 6-7).

O artigo 10 traz a definição de gênero contida no livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, também da autora Butler (2012), que conceitua gênero como um ato, isto é, está ligado à performatividade. Sua crítica propõe uma desconstrução do binarismo homem x mulher, masculino x feminino, além de questionar o que compõe essas identidades. Para Butler (2012, apud Coelho, 2016), a luta do feminismo, acima de tudo, caracteriza-se pela desconstrução desses papéis.

No artigo 7, Porchat indaga sobre as experiências subjetivas de gênero e se utiliza de Butler para não só aproximar a psicanálise da teoria queer, mas também para demonstrar como a linguagem é incapaz de significar um corpo por completo, sendo importante a psicanálise para que a mesma problematize seus conceitos e modos de atuação, no caminho de uma ética que promova aceitação das diferentes vivências de gênero.

Haveria um reduto último, uma substância primeira, a partir da qual o conhecimento sobre o corpo se constrói? Sim e não. Existe um corpo, mas a linguagem não o traduz por inteiro. Neste sentido, não pode haver uma verdade imutável, um campo de significações universais. Para Butler, é essa tensão que permite a aceitação das mudanças do corpo e a transformação do simbólico. (PORCHAT, 2013 apud PORCHAT, 2014, p. 114)

Os artigos 3 e 5 trazem ideias semelhantes com relação aos papéis atribuídos à mulher, papéis determinantes para sustentar o seu lugar subjugado. À mulher foram atribuídas funções do privado, como cuidados da casa e dos filhos, além de características, como fragilidade e sensibilidade, determinantes para o que se considerava feminino. Assim, aos homens eram atribuídas características, como a força e o espírito aventureiro, que se ligavam à sua participação no mercado de trabalho e em assuntos políticos. Essa divisão de papéis tornou possível o domínio do homem sobre a mulher, disfarçando-o sob a capa de proteção (ROCHA-COUTINHO, 1994, apud COELHO; BAPTISTA, 2009).

O artigo 2 levanta a discussão acerca da noção de gênero proposta por Butler (2004), de que essa é a repetição de atos dependentes de convenções sociais que nos tornam mulheres e homens. Portanto, a definição de *queer* tem, acima de tudo, uma conotação política de desestabilizar esses mesmos atos que parecem ser fixos.

Acerca da Teoria *Queer* e pensando por meio da concepção de Butler, Louro (2001, p. 546) traz:

[...] *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.

Entretanto, em contraponto às noções de gênero trazidas pelos artigos expostos, o artigo 1, baseado nos ensinamentos psicanalíticos de Winnicott, levanta que a distinção entre os gêneros, homem e mulher, não só faz parte da natureza humana como é “[...] essencial ao crescimento e desenvolvimento saudável do rebento humano” (NAFFAF NETO, 2011, p. 8). O não cumprimento desses papéis causa confusão no estabelecimento de funções para pai e mãe, avô e avó, por exemplo, ao se pensar o contexto familiar levantado pelo autor.

Apesar disso, o artigo 2, que também apresenta uma visão psicanalítica, não compactua com os mesmos preceitos relacionados aos papéis estabelecidos para homens e mulheres. Para a autora, a descoberta de que a mulher não necessita da figura do falo, seja pela negação de uma diferença entre os sexos, seja pela distribuição mais igualitária dos papéis entre homem e mulher, além de uma aceitação e descoberta do prazer em si mesma, é um caminho que permitirá a existência de uma sexualidade mais livre e menos dependente da figura masculina (OLIVA, 2015).

O artigo 4, baseado em atendimentos a mulheres em situação de violência, traz relatos de mulheres que experienciaram agressões e levanta a questão da cultura patriarcal, que olha para a mulher sob a ótica masculina, o que a faz enxergar-se sempre atrelada à perspectiva masculina, deixando-a desamparada e conformada com a sua situação marginalizada.

A universalização e a naturalização dos papéis de gênero na cultura ocidental atribuíram às mulheres um lugar simbólico de resignação, responsabilidade sobre as estruturas ideais de família, incluindo a filiação e a maternidade, e de investimento permanente para se fazerem perceptíveis e atraentes ao olhar de um homem. A mulher, nessa cultura patriarcal ocidental, constitui-se pelo olhar do homem, sentindo-se profundamente desamparada quando não é notada e muitas vezes se conformando com a cena familiar ou conjugal violenta para ‘não ficar sozinha’. Esta última foi uma fala recorrente nas mulheres entrevistadas (TIMM; PEREIRA; GONTIJO, 2011, p. 254).

Nesse sentido, Sheila Jeffreys, professora na Universidade de Melbourne, na Austrália, em seu livro *Gender hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism* (O gênero fere: uma análise feminista das políticas da transgeneridade, em tradução livre, 2014), resenhado por Lamarão (2015), traça o surgimento do termo gênero. Jeffreys mostra que o termo foi criado quando recém-nascidos intersexo surgiram, ou seja, crianças que possuíam ambos os sexos, feminino e masculino, com caracteres sexuais de ambos. Dessa forma, a fim de

normatizá-las, os médicos criaram a categoria gênero feminino e masculino, numa tentativa de enquadrá-las em algum dos sexos.

De acordo com Silva (2008), Simone de Beauvoir foi a primeira feminista a analisar a situação da mulher na perspectiva do conceito de gênero. Ela faz a crítica ao “[...] determinismo biológico, às abordagens psicologizantes e ao materialismo histórico, argumentando que a mulher é uma construção social historicamente determinada, construída no pensamento ocidental como 'o outro’” (SARDENBERD et al., 2000, apud SILVA, 2008, p. 6).

Segundo Berenice Bento (2011), no momento em que é dada a classificação de menino/menina a uma criança, não se está simplesmente descrevendo a realidade, mas, sim, materializando comportamentos, subjetividades e expectativas baseadas em uma norma de gênero. O natural não existe, o natural se perde no meio do já estabelecido pela cultura; o que existia ali, o que se pode chamar de “original”, já foi mascarado pela vivência em estruturas e dispositivos que determinam o certo e o errado, o que é homem e o que é mulher. “O gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais” (BENTO, 2011, p. 550).

Para propor intervenções que promovam reflexão e, principalmente, mudanças nas relações de gênero que regem os comportamentos, a Psicologia deve analisar o desenrolar dos processos e práticas que fizeram e ainda fazem parte de nossa socialização e que, por serem apresentados pelas teorias de gênero, determinam nossa formação como sujeitos, carregando consigo os estereótipos do que é ser homem ou mulher. Portanto, reconhecer esses papéis é ter conhecimento sobre a realidade em que os sujeitos se encontram. Conseqüentemente, conhecer essa realidade é entender as forças formadoras desses sujeitos.

Para além disso, de acordo com Fagundes et al. (2009), a importância da temática gênero para a Psicologia se dá como um compromisso social que esta deve ter com a sociedade e os direitos humanos, quando se tratar de diferenças entre homens e mulheres, de modo a não contribuir para o sustento do lugar subalternizado e inferior das mulheres. Para isso, há que se promover discursos que questionem o lugar da mulher, a fim de desconstruir estruturas e práticas sociais que legitimam a desigualdade entre homens e mulheres resultante de um binarismo de gênero.

### **3.3 Frentes de atuação e justificativa para o encontro entre Psicologia e feminismo**

A Psicologia está presente em diversos campos de atuação e apresenta variados conceitos. Em se tratando de feminismo, que também dispõe de diversas vertentes, é interessante se pensar de que maneira as diferentes áreas da Psicologia se apropriam dos conceitos feministas para realizar seus trabalhos de acordo com o Código de Ética, as novas visões de gênero e as questões específicas, como a de mulheres em contexto de violência doméstica.

O artigo 11 usa uma perspectiva feminista com a intenção de compreender os discursos de mulheres que ocupam posições de liderança, posições claramente contraditórias do ponto de vista estereotipado de gênero, e o modo como essas mulheres equacionam esse seu percurso. Os autores entendem que essas mulheres ocupam posições que as identificam com

uma subjetividade masculina, subjetividade que as coloca em local privilegiado e complexo de construção de subjetividade feminina. Portanto, é importante saber que caminho é esse construído por elas para fugir de uma ideologia dominante sobre os papéis femininos.

O artigo 9 trata da chamada terapia feminista familiar, que promove a inclusão das temáticas de gênero e relações de poder à prática terapêutica, pois entende que essas questões são fundamentais para desconstruir e quebrar conceitos e comportamentos sexistas existentes na terapia em seus aspectos teóricos e também práticos. Compromete-se também com a mudança social e o empoderamento promovido pelo feminismo, lutando contra o patriarcado e as definições de gênero tradicionais existentes no ambiente familiar.

Alguns artigos explicitam claramente a justificativa para a união entre Psicologia e feminismo, como, por exemplo, o artigo 10, que ressalta a importância de fomentar debates e discussões em sala de aula sobre temas relacionados ao feminismo, como gênero, relações de poder e visões de mundo, mesmo que divergentes. Dessas discussões propostas pela autora em sala de aula surgiriam representações, na maioria das vezes, negativas em relação ao que se considerava feminismo, por isso, seria importante entender que feminismo é esse das redes sociais que aparenta ser tão agressivo e pouco agregador. Portanto, considera-se um compromisso social o papel da Psicologia na Academia de propor o debate e a discussão de ideias para que se construa um feminismo mais libertário, empoderador e conscientizador.

O artigo 8 une Psicologia Vocacional ao feminismo e entende que, por muito tempo, a área da Orientação Profissional vagou por um caminho de reprodução de estereótipos, no qual a minoria não tinha voz. Dessa forma, compreende a necessidade de ampliação desses horizontes, dando foco à diversidade em diferentes âmbitos, tornando de suma importância o engajamento e envolvimento dos profissionais de Psicologia às ideias e anseios dos movimentos sociais. Com isso, será possível formar, então, uma frente que apoie tais movimentos, responsável por uma mudança profunda institucional e política.

A justificativa do artigo 7 para o entrelaçamento do saber psicológico às teorias feministas, principalmente a Teoria Queer, reside no fato de que, por meio de um questionamento das novas representações do uso do corpo na contemporaneidade, se deve indagar a ética psicanalítica, para que se propicie maior liberdade para acompanhar as mudanças nas vivências de gênero e sexo.

Nosso objetivo não é outro, senão o de colocar em xeque a ética que orienta a prática psicanalítica, no sentido de propor uma liberdade que nos parece ser necessária para acompanhar as vivências de gênero e de sexo, assim como as experiências corporais que denunciam os limites dos discursos médicos, jurídicos, religiosos, psicológicos e, certamente, também psicanalíticos (PORCHAT, 2014, p. 112).

No decorrer da pesquisa, foram identificadas, nos artigos 4, 7, 8 e 9, frentes de atuação específicas da Psicologia que modificaram seus preceitos de forma nuclear, devido à incorporação de conceitos e ideais feministas, como a criação de uma clínica onde o foco é o apoio à mulher, vítima de violência doméstica, dando mobilidade às experiências subjetivas que encontram possibilidade de mudança no encontro com outros contextos similares. Há, também, a clínica psicanalítica que se utiliza da desconstrução da sacralidade do corpo, apoiada na Teoria *Queer*, para produzir uma psicanálise que acompanhe as mudanças atuais

nas vivências dos corpos. Além disso, há a terapia vocacional, que faz uso da luta feminista diariamente, ao tentar “quebrar” a “caixinha” dos gêneros e seus papéis, e entende que a não reprodução desses estereótipos é um compromisso da Psicologia para com as injustiças sociais. Por último, a criação de uma clínica específica, voltada diretamente para a desconstrução das imposições culturais em que vivemos, a chamada Terapia Feminista da Família, que não tem o objetivo de criar uma nova Terapia da Família, mas, sim, de adequar a prática terapêutica às questões levantadas pelo feminismo.

A Psicologia, assim como qualquer outra ciência, tem seus métodos de investigação e sua epistemologia. Apesar de outros campos de saber, como a antropologia, a sociologia e a filosofia, também tratarem do tema feminismo e terem sua importância para o desenvolvimento do aporte teórico, as diferentes áreas problematizam uma mesma questão de formas diferentes, podendo ser conduzidas, então, a resultados diferentes. Assim, torna-se importante que a Psicologia, como ciência que estuda a subjetividade do ser humano, se destine ao estudo da luta feminista, a fim de produzir novas práticas e novas problematizações que contribuam para a igualdade entre homens e mulheres (SHIFE; WILLIAMS, 1995, WILKINSON, 1986, apud NARVAZ; KOLLER, 2006).

De acordo com Andrade e Morato (2004, p. 345), durante as décadas de 1960 e 1970, “[...] as questões políticas não eram priorizadas nos discursos e práticas dos psicólogos. A Psicologia era valorizada em seus aspectos técnicos e científicos, alienada do processo histórico e político no qual estava inserida”. Como se tratava de um serviço oferecido à população, a Psicologia trabalhava de modo a compactuar com os poderes constituídos. Entretanto, entende-se hoje que, assim como as atividades humanas, “[...] não é mais possível, destarte, dissociar teoria e método, tampouco negligenciar os aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos envolvidos na escolha de um paradigma de pesquisa” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 648).

Dito isso, a justificativa para o encontro entre Psicologia e feminismo pauta-se nos preceitos éticos de não sustentar nenhum tipo de discriminação, preconceito, desigualdade, opressão ou negligência, além de romper com as formas de poder e dominação vigentes na sociedade que sustentam os lugares ocupados por homens e mulheres.

É importante que a Psicologia assuma, como categoria de pesquisa, que suas escolhas são, afinal, políticas e condizem com as práticas no lugar em que está inserida, ainda que haja uma crítica daqueles que detêm a hegemonia dos espaços de saber, que tendem a pormenorizar os saberes advindos do feminismo (HARDING, 1991, apud NARVAZ; KOLLER, 2006).

Por fim, também como dimensão ética, emerge a função inerente ao psicólogo de promover e acolher as produções comunitárias, a fim de desconstruir conceitos enraizados como fatores de desigualdades e exclusões sociais. Possibilitar a modificação das problemáticas advindas das coletividades, além de ser um contribuinte direto para a transformação da realidade, é o que se apresenta como a ética do psicólogo (ANDRADE; MORATO, 2004).

#### 4. CONCLUSÃO

Com esse artigo pretendeu-se fazer um levantamento das produções da Psicologia nos últimos dez anos em face do feminismo, buscando entender a definição de feminismo que cada autor trouxe, além de suas noções de gênero, pois é com base nelas que se produzem as subjetividades referentes à mulher e ao homem. Em todos os artigos que abordam o feminismo, o gênero aparece no cerne da discussão, pois é a partir do que se entende como gênero que há a formação dos estereótipos que definirão os sujeitos. Por isso, só haverá transformação quando reconhecermos esses papéis construídos e suas consequências nas subjetividades da mulher e do homem, identificando as divergências e imposições desse estereótipos.

Como ciência também política, a Psicologia atinge o ser humano em seu espaço público, envolvendo os aspectos histórico-culturais que o circundam. Por isso, compreende o homem como inserido em um meio com o qual estabelece mútuas trocas. Dessa forma, a Psicologia há que se firmar como uma força transformadora de instituições e poder vigentes, pois estes, muitas vezes, são causadores de injustiças sociais e cristalizadores de supostas certezas que determinam subordinações e desigualdades.

Portanto, configura-se como um compromisso social com a sociedade o elo entre Psicologia e feminismo, uma vez que este último luta por igualdade e extinção do lugar subjugado das mulheres, fazendo valer os preceitos éticos do manual que rege a profissão de psicólogo.

É de suma importância destacar que a produção acadêmica encontrada na plataforma escolhida não reflete a totalidade do movimento, pois é possível concluir que o movimento social feminista ainda está se alinhando ao movimento acadêmico e é com essa união que a produção de conhecimento pode gerar mudanças sociais.

Por fim, cabe ressaltar que há pouca produção acerca do tema no meio acadêmico, sendo relevante trazer para a Academia tais discussões, uma vez que a ciência, atualmente, tem papel fundamental na formação de novas práticas e visões que contribuem para a quebra de paradigmas e avanços na compreensão do que é ser humano, colaborando com uma formação pautada na crítica às injustiças sociais e os problemas que derivam da mesma no Brasil.

#### REFERÊNCIAS

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.

ANDRADE, A. N. de; MORATO, H. T. P. Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. **Redalyc**, Natal, v. 9, n. 2, p. 345-353, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26190217>>. Acesso em: 5 out. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 ago. 2016.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2016.

COELHO, L. M.; BAPTISTA, M. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 85-99, 2009. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2009000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 set. 2016.

COELHO, M. P. Vozes que ecoam: feminismo e mídias sociais. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 1, p. 214-224, 2016. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082016000100017&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100017&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1.º out. 2016.

CONCEIÇÃO, A. C. L. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 8, n. 24, p. 738-757, 2009. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao\\_art.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional dos psicólogos**. Brasília, 2005.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005. Disponível em:

<<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

COSTA, S. G. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 23-36, 2004. Número especial. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 out. 2016.

ESMERALDO, G. G. S. L. O feminismo no plural: para pensar a diversidade constitutiva das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 829-831, 2006.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000300018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 4 out. 2016.

FAGUNDES, A. L. M.; et al. Gênero e psicologia: um debate em construção no crp-03. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 15., 2009, Maceió. **Anais...** Salvador: Abrapso, 2009. [GT CRP-03]. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/500.%20g%CAnero%20e%20psicologia.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/500.%20g%CAnero%20e%20psicologia.pdf)>. Acesso em: 1.º out. 2016.

FALCKE, D.; ZORDAN, E. Amor, casamento e sexo: opinião de adultos jovens solteiros. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 143-155, 2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672010000200013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1.º out. 2016.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>>. Acesso em: 25 set. 2016.

JEFFREYS, S. Gender hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism. Londres: Routledge Taylor, 2014. Resenha de: LAMARÃO, F. G. Gender hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism, de Sheila Jeffreys. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 729-733, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/15432/11727>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

LOURO, G. L. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012>>. Acesso em: 1.º nov. 2016.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 ago. 2016.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Feminismo e terapia: a terapia feminista da família - por uma psicologia comprometida. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 117-131, 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652007000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 set. 2016.

NARVAZ, M.; NARDI, H. C. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 45-70, 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482007000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 30 set. 2016.

NAFFAF NETO, A. O lugar e a função do avô, aquele que é pai duas vezes: um estudo a partir de D. W. Winnicott. **Winnicott e-Prints**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 1-15, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-432X2011000200001&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2011000200001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 set. 2016.

NOGUEIRA, M. da C. de O. C. Os discursos das mulheres em posições de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-72, 2006. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172006000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172006000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1.º out. 2016.

OLIVA, M. L. de la. A insistência do real na sexualidade: diferentes perspectivas da psicanálise e o feminismo. **Stylus** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 30, p. 79-99, 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-157X2015000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2015000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 set. 2016.

OLIVEIRA, L. P. R. de; CASSAB, L. A. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2014, Londrina. **Anais...** Londrina, 2014. [GT10 Teorias Feministas]. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10\\_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2016.

ONU Mulheres Brasil. ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. **Nações Unidas no Brasil**, Brasília, 12 abr. 2016.

Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 6 out. 2016.

PORCHAT, P. O corpo: entre o sofrimento e a criatividade. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 112-130, 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2014000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 set. 2016.

ROWLAND, R.; KLEIN, R. Radical feminism: history, politics, action. In: BELL, D.; KLEIN, R. (Ed.). **Radically speaking: feminism reclaimed**. North Melbourne, Vic: Spinifex, 1997. p. 9-17. Disponível em: <<https://materialfeminista.milharal.org/2013/07/25/traducao-feminismo-radical-historia-politica-acao-parte/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-35552007000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 out. 2016.

SAAVEDRA, L. Psicologia vocacional e feminismo crítico: do passado ao futuro. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 7-17, 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902013000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902013000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 set. 2016.

SILVA, C.; CAMURÇA, S. **Feminismo e movimentos de mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2010. Disponível em: <<http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Feminismo-e-Movimento-de-Mulheres-2013-2a-edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2016.

SILVA, E. R. da. Feminismo radical - pensamento e movimento. **Travessias - Educação, Cultura, Linguagem, Paraná**, v. 2, n. 3, p. 1-14, 2008. Disponível em: <[http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed\\_004/artigos/cultura/pdfs/FEMINISMO\\_RADICAL.pdf](http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_004/artigos/cultura/pdfs/FEMINISMO_RADICAL.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2016.

TIMM, F. B.; PEREIRA, O. P.; GONTIJO, D. C. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 247-259, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2011000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 set. 2016.

TORRES, K. de A.; ADRIÃO, K. G. Feminismo em tempos de tecnocegonha: uma discussão acerca das novas tecnologias reprodutivas. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 56-63, 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2014000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 set. 2016.

## **ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO NO TRABALHO PSICOSSOCIAL DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): FUNÇÕES E TAREFAS**

Guilherme Frederico Grijó de Azevedo Neto<sup>1</sup>; Laura Paste de Almeida<sup>2</sup>.

1. Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

2. Psicóloga, Mestrado em Psicologia Institucional pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Docente do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

### **RESUMO**

Esse artigo buscou compreender as atribuições do profissional de Psicologia, no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na proteção social básica realizada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Para tal, realizou-se pesquisa bibliográfica na base de dados Scielo, com os descritores CRAS e Psicologia, além de pesquisa documental com sete documentos oficiais sobre a temática em questão e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Considerando a recente inserção da Psicologia no campo de atuação na Assistência Social, e ainda o fato de que as formações acadêmicas não forneceram o escopo teórico metodológico necessário para que se adentre nesse espaço institucional de forma satisfatória, é necessário que se diferenciem categorias de funções e tarefas para a atuação desse profissional, elencando quais delas são as mais proeminentes. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo, e as categorias criadas - Coordenação de Grupos, Visita Domiciliar e Atendimento individual/familiar - remetem às atribuições do profissional de Psicologia no acompanhamento familiar realizado nos CRAS mais discutidas nas pesquisas bibliográfica e documental. Conclui-se que, em vista dos aspectos analisados, ainda há dificuldade em definir qual é o papel do Psicólogo no CRAS, suas atribuições e o compromisso social que este profissional deve priorizar em suas ações, sendo necessário maior número de publicações acerca do tema.

**Palavras-chave:** CRAS, SUAS, Psicologia, Proteção Social Básica.

### **ABSTRACT**

This article has the objective understand the assignments of Professional Psychology in the context of the Social Assistance System (SUAS), on basic social protection held in the Social Assistance Reference Centers (CRAS). To this intent, it was made bibliographical research in the Scielo database, with the descriptors CRAS and psychology, in addition to documentary research with seven official documents, on the subject in question, linking them to the National Policy of Social Assistance (PNAS). Considering the recent insertion of Psychology in the field of Social assistance, and the fact that the Academic graduations do not provide the theoretical-methodological scope necessary for enter in this institutional space in a satisfactory way, it is necessary to differentiate categories of functions and tasks for this professional, listing which are the most prominent. Data were analyzed based on the analysis of content and categories created - coordination of groups, and individual Care/home family service, refer to the duties of the Psychology professional, in CRAS, more discussed, in bibliographical and documentary researches. It is concluded that, considering the analyzed aspects, there is a large difficulty to define what is the role of the Psychologist in the CRAS, its assignments and the social commitment that this professional should prioritize in their activities, requiring a greater number of publications about the subject.

**Keywords:** CRAS, SUAS, Psychology, Basic Social protection.

### **1. INTRODUÇÃO**

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a profissão de Psicólogo se ampliou de forma significativa no Brasil, com sua inserção em diversas esferas de atuação profissional no mercado de trabalho, com ênfase nas áreas de Assistência Social, Saúde e Segurança Pública. Tal realidade possibilitou a categoria desses profissionais um maior protagonismo acerca de suas práticas de atuação nesses espaços institucionais, rompendo com a prática

da psicoterapia clínica realizada apenas em consultórios particulares (MACEDO, et.al., 2011).

Especialmente a partir da implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005, por intermédio do atual Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), a Assistência Social, historicamente vinculada à caridade e ao assistencialismo, passa por um novo ordenamento de suas políticas, sendo as suas estratégias e projetos pautados nas diretrizes e emendas da Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 1993). Assim, o SUAS tem por objetivo a gestão das propostas da Assistência Social no campo da Proteção Social brasileira, de forma que, mediante a realidade social, possa atender famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social em seus territórios (BRASIL, 2004).

Para gerir todas as propostas que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) propõe, categoriza-se o coletivo atendido, levando em conta os aspectos das desigualdades socioterritoriais, visando o seu enfrentamento, de forma a garantir os direitos básicos, provendo contingências satisfatórias para que esses possam ser alcançados e lutando constantemente pela universalização dos direitos sociais, quebrando com os paradigmas do assistencialismo (BRASIL, 2004).

A Proteção Social se divide em níveis de complexidade: básica, média e alta complexidade, cada uma dela voltada para um público específico. Na média e alta complexidade, são atendidos indivíduos que tiveram seus direitos básicos violados e estão passando por algum tipo de violência, ou, ainda, perderam ou fragmentaram-se os vínculos sociais, familiares e comunitários. Sendo assim, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), equipamento público responsável por gerir a atuação no âmbito da proteção básica, tem por objetivos a prevenção das situações de vulnerabilidade e risco no qual o sujeito, sua família e o coletivo em que está inserido se encontram, desenvolvendo suas potencialidades, despertando seu protagonismo social frente às demandas do cotidiano e fortalecendo os vínculos basilares e comunitários (BRASIL, 2009).

A partir do ano de 2005, oficializa-se a entrada da profissão de Psicólogo na Assistência Social e no SUAS. De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2007), reconhece-se a necessidade do trabalho interdisciplinar na Assistência Social, e o profissional de Psicologia passa a ser parte fundamental da composição do corpo técnico dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. (BRASIL, 2006) Nesse contexto, o profissional de Psicologia, incorporado na equipe multidisciplinar dos CRAS, é responsável pelo atendimento das famílias no território de inserção, de forma a garantir os direitos e a seguridade social de seus municípios.

Do contexto clínico para o contexto psicossocial, é fundamental que os profissionais que atuam dentro do CRAS, e executam seu trabalho na Proteção Básica, encontrem em suas práticas formas de potencializar suas ações, de modo a garantir a execução desse trabalho. Segundo Macedo e Dimenstein (2009), a prática do psicólogo nesses espaços deve ser pautada nos princípios da intersetorialidade das ações, exercendo uma comunicação com os demais equipamentos de saúde, assistência e educação e do fortalecimento de vínculos com a comunidade, de forma a estimular a participação social, não deixando de contextualizar tais práticas e adequá-las à realidade que o permeia.

O trabalho do psicólogo procura garantir a inclusão e a equidade dos sujeitos e grupos, favorecendo e ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos. Para tanto, executa-se prioritariamente nos CRAS o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Uma das propostas deste serviço é a realização do acompanhamento familiar, com caráter de ações continuadas, que visa fortalecer o núcleo familiar com a contrapartida de todos os seus membros, de modo a fortalecer o potencial de cada indivíduo no seio familiar, promover sua autonomia financeira e pessoal e romper com as normativas sociais que mantêm os ideais de pobreza, exclusão e marginalização de determinada classe social (BRASIL, 2006).

Para Trindade e Teixeira (1998, apud SILVA; CORGOZINHO, 2011, p.13), a inserção do psicólogo na atenção básica, como é o caso dos CRAS, “é um importante ponto de partida para o desenvolvimento das comunidades, pois é através do bem-estar dos sujeitos e dos grupos sociais que se pode construir a autonomia destes, proporcionando sua inserção na sociedade de forma digna”.

Conforme aponta Yamamoto (2007, p. 35), “a atuação do psicólogo no setor público, por si só, não representa um indicador do compromisso social do profissional”. No contexto do SUAS, é de fundamental importância que o profissional de Psicologia esteja atento e saiba qual papel está ocupando e desempenhando dentro da instituição ou equipamento no qual trabalha. Pensamento crítico se faz necessário cotidianamente, de modo a exercer esse papel dentro dos princípios éticos que norteiam a prática psi. Então, é necessário que a prática psicológica não tenha caráter fiscalizatório ou policialesco, de forma a reprimir, julgar e/ou condenar indivíduos e famílias. As intervenções devem ser estratégicas, de forma a possibilitar ao coletivo atendido o aflorar do pensamento crítico sobre a realidade que o rodeia e, desse modo, desenvolver o papel de protagonista de sua própria história (CREPOP, 2013).

A partir de um estágio desenvolvido na área da Psicologia Social Comunitária em um CRAS, no município de Vitória, no Espírito Santo, no período de janeiro de 2016 a outubro do corrente ano, foi possível elencar determinados pontos que foram observados no cotidiano do trabalho do psicólogo. Devido a uma equipe reduzida, com poucos recursos físicos e institucionais e uma série de atribuições, foram observados e experienciados alguns entraves de ordem burocrática que dificultam o trabalho dos profissionais dentro do CRAS.

Percebe-se que as contingências territoriais e de recursos humanos, associadas a uma constante demanda da Gestão Municipal de Assistência Social, desfavorecem o trabalho dos profissionais de Psicologia no CRAS, muitas vezes desmotivando o trabalho da equipe e criando uma egrégora negativa sobre o trabalho socioassistencial, que se estende e se perpetua para os novos profissionais que chegam nessa área e já são “contaminados” com o pesar, a desmotivação e a negatividade dos profissionais já instalados em um sistema falho de gestão.

Diante dessa realidade, é objetivo deste artigo discutir, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, algumas das diversas atribuições do profissional de Psicologia no contexto do acompanhamento familiar da Proteção Básica no SUAS, refletindo sobre a realidade da prática profissional nesses espaços institucionais. Objetiva-se também explicitar a importância de tais atribuições no trabalho psicossocial dentro dos CRAS, de forma a entender qual o viés do trabalho do psicólogo e como tais intervenções contribuem para o despertar de consciência

dos sujeitos acerca dos perfis de vulnerabilidade identificados e como superá-los, além de buscar compreender qual é a práxis norteadora de um trabalho psicossocial, em dissonância com a prática psicoterapêutica, não prevista dentro do contexto CRAS/SUAS.

Esta pesquisa se justifica pela recente conquista de espaço institucional da atuação do psicólogo no SUAS/CRAS, visto que, apesar dessa abertura, segundo Silva e Corgozinho (2011, p.12), a formação em Psicologia não prepara os profissionais “de modo irrestrito para esse trabalho, pois não há referenciais teórico-metodológicos específicos capazes de suprir os afazeres do profissional nesse campo, devido à implantação do SUAS ser muito recente”. Para que tipo de trabalho social a psicologia colabora? Como a prática psi pode ser importante para o trabalho de combate à pobreza e às diversas vulnerabilidades sociais?

## 2. MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Foram coletados artigos nacionais inteiramente em português identificados por meio de buscas efetuadas na base de dados SciELO Brasil, e foram consultados os seguintes documentos oficiais do Sistema Único de Assistência Social: a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), o Guia Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos(as) na Política de Assistência Social (2007), a Consulta Pública - Parâmetros para a Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (CONPAS/CFP 2016), O CRAS que temos, O CRAS que queremos (2010/2011), e as Orientações Técnicas sobre o PAIF - Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - vol. 2 (2012).

Os seguintes descritores foram utilizados na pesquisa bibliográfica: “CRAS” e “Psicologia”. No levantamento, foram pesquisados artigos publicados nos últimos 10 anos, entre 2006 e 2016. A pesquisa foi efetuada em setembro de 2016. Foram excluídos todos os estudos produzidos fora do Brasil que não tinham o português como idioma e nem o texto completo disponível online e de forma gratuita.

Para análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo, que se caracteriza por um conjunto de técnicas que “visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens”. (BARDIN, 2011, p. 48).

Foram encontrados 14 artigos na pesquisa bibliográfica, dos quais apenas nove satisfizeram o delineamento proposto pela pesquisa. Segundo Campos (2004), acerca do processo de categorização na Análise de Conteúdo, o mesmo consiste em analisar o conteúdo em grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou de proximidade, e que possam exprimir significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo.

Dessa forma, os resultados encontrados nas bases de dados foram agrupados em três

categorias, que remetem às atribuições do profissional de Psicologia no acompanhamento familiar realizado nos CRAS mais discutidas nos artigos e com base nos documentos oficiais mencionados anteriormente.

### 3. REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS

Dentre as funções e tarefas executadas por Profissionais de Psicologia nos CRAS a nível nacional, destacam-se as ações que estão inseridas no Acompanhamento Familiar, tarefas no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Conceitualmente, este acompanhamento é definido como o “conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias”. (BRASIL, 2012, p.20).

Tal processo é tecnicamente qualificado, realizado por profissionais de nível superior, embasados em pressupostos técnico teórico-metodológicos, que, inseridos nos territórios, procuram juntamente às famílias atendidas e selecionadas para o acompanhamento nos CRAS, atingir as metas e objetivos elencados nos planos de acompanhamento familiar (BRASIL, 2010-2011).

Em decorrência de todos os aspectos de vulnerabilidade e pobreza produzidos pelo nosso sistema econômico-social e cultural vigente, devem ser priorizadas no acompanhamento do PAIF, segundo Brasil (2012, p. 57-58):

Famílias contrarreferenciadas ao CRAS, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), após ter sido realizado trabalho com as mesmas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos – PAEFI, da Proteção Social Especial, famílias com munícipes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), de até 18 anos, que estejam fora da escola, devido os seguintes complicadores: ausência de acompanhante para levar o beneficiário até a escola; ausência de iniciativa da família para estimular o acesso à escola; ausência de iniciativa da família para estimular a convivência sociofamiliar, assim como ausência de acesso tanto do beneficiário como da família para acessar a rede intersetorial de serviços, famílias cujo descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família – PBF, decorrentes de situações de vulnerabilidade social, famílias do Plano Brasil sem Miséria; e demais famílias, que, de acordo com o estudo social do corpo técnico dos CRAS, necessitam do processo de acompanhamento familiar, de forma a superar as situações de vulnerabilidade vividas, desenvolver suas potencialidades, ter acesso a direitos, conforme a realidade do território.

Sendo assim, o plano de acompanhamento de cada família deve abarcar as demandas e necessidades da família, o potencial que aquele núcleo familiar possui, quais são os recursos que o território dispõe que podem ser utilizados como dispositivos de superação de vulnerabilidades e as estratégias que serão adotadas pelos profissionais e pela família.

Juntamente a isso, se estabelecem os objetivos, metas e planos, com intervenções pontuais e continuadas, todas em comum acordo com a família, que poderá aderir a quantidade e duração de ações e realizar a contrapartida dos objetivos marcados por eles próprios (BRASIL, 2012).

Conforme citado anteriormente, na busca simples pelos descritores “Psicologia” e “CRAS”, nove artigos atenderam aos critérios estabelecidos nessa pesquisa. Ao analisar os documentos e as nove produções acadêmicas sobre o CRAS e o serviço do PAIF advindas da pesquisa bibliográfica, verificou-se que das atribuições do profissional de Psicologia nesse campo, essas são as que se destacam: coordenação de grupos, atendimento individual e familiar e visita domiciliar. Essas são as categorias que serão discutidas a seguir.

### 3.1 - COORDENAÇÃO DE GRUPOS COM FAMÍLIAS / OFICINAS COM FAMÍLIAS

O grupo em si é muito mais do que uma simples reunião de pessoas com um propósito em comum. De acordo com Lane (1984), constitui-se também como uma estrutura social e uma realidade total, que se configura como uma experiência histórica, construída dentro de um determinado espaço e tempo, e, que, em suas manifestações gerais, submergem aspectos gerais da sociedade, com suas características grupais, vivências subjetivas e realidades objetivas.

Os grupos com famílias correspondem a um momento de troca entre as famílias e os técnicos de referência das mesmas. Em tais encontros são trabalhadas temáticas que visam o incentivo de pensamento reflexivo sobre as vulnerabilidades enfrentadas, formas de superá-las, a identificação de seus recursos e de suas potencialidades enquanto indivíduo e comunidades, sendo o grupo com famílias também um espaço para que os profissionais responsáveis possam dar as devolutivas acerca de determinada demanda, instituindo todo um planejamento em rede, juntamente com a comunidade, para a resolução daquela.

Trabalhar com grupos parte da compreensão de que as pessoas estão em contínuo processo de interação com o outro. “Por isso se afirma que o ser humano é relacional, necessita do diálogo, da participação e da comunicação. Nesse sentido, as pessoas passam a concretizar a sua existência produzindo, recriando e realizando-se nas suas relações com o outro” (BRASIL, 2012, p.23).

Desse modo, inicialmente, o objetivo da formação de um grupo de famílias em situação de vulnerabilidade é que elas consigam desenvolver vínculos umas com as outras, e que consigam enxergar-se no outro. Pode-se deixar o grupo a vontade para que seja dado início a um bate-papo, serve-se um lanche, amenizam-se os ânimos de um cotidiano atribulado e, assim, por meio de dinâmicas que favoreçam a socialização e integração dos participantes, espera-se que o ambiente tome uma atmosfera de familiaridade para que possam ser discutidas as temáticas propostas (BRASIL, 2012).

Os grupos com famílias têm um caráter socioeducativo, independente do público ao qual está destinado. Dependendo da temática abordada, tais grupos podem abarcar públicos intergeracionais, e também podem ser feitos grupos de convivência, oficinas motivacionais, palestras informativas, de cunho motivacional, além de encontro com famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) para orientações sobre o sistema de condicionalidades. Segundo Oliveira (2014), o objetivo primordial da realização destes grupos é o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares e a superação das situações impeditivas de um maior protagonismo em suas vidas.

Já as oficinas com famílias são ações próprias do atendimento PAIF, e consistem na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um determinado conjunto de famílias, em prol de poder suscitar disparadores reflexivos sobre um tema de interesse desse público, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, a participação social e o protagonismo social, de forma a alcançar seus direitos, aquisições e favorecer os processos necessários para que ocorram mudanças positivas na vida desses munícipes (BRASIL, 2012).

Os grupos com famílias são ações próprias do Acompanhamento Familiar, no qual o plano de acompanhamento familiar é construído com a participação de todas as famílias que fazem parte do processo de acompanhamento e do técnico de referência. É importante ressaltar que por se tratar de um coletivo, os objetivos elencados a priori podem ser generalizados para a montagem dos planos de acompanhamento familiar, e, posteriormente, são incluídos os objetivos específicos das famílias e dos indivíduos (BRASIL, 2012).

A realização de grupos e oficinas com famílias possibilita que os profissionais também conheçam como as famílias significam e expressam seus saberes acerca daquele território, e percebem todos os aspectos do lugar que chamam de lar. Somente por meio desta identificação é que se pode fazer um movimento de intervenção reflexiva com as famílias sobre a realidade territorial em que vivem, reflexão imprescindível para que sejam feitas, inclusive, as articulações intersetoriais necessárias para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco que possam estar possivelmente presentes naquele espaço (BRASIL, 2012).

Como profissionais de Psicologia que lidam com os processos de subjetividade e significação do indivíduo e do coletivo, é papel do psicólogo também ajudar a romper certos paradigmas, por meio de um posicionamento crítico em conjunto com as famílias nos trabalhos em grupos. Segundo as Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), observa-se uma inércia por conta de algumas famílias muito empobrecidas e com escasso acesso aos seus direitos básicos, famílias que internalizaram que as situações de vulnerabilidade que vivenciam são naturais e que os serviços socioassistenciais são um favor do Estado/Prefeituras e não direitos.

Ao trabalhar com grupos em situação de vulnerabilidade, segundo Silva e Corgozinho (2011), o psicólogo deve estar ciente que lidará com um sujeito concreto, inserido em uma realidade sócio-histórica-cultural, tendo no cotidiano seu espaço de criação de potencialidades, portanto, deve-se optar por um trabalho formulado juntamente com a população atendida.

Colocar-se de forma crítica e de forma autônoma no meio social, fortalece a capacidade de expressão da potencialidade dos indivíduos nos diferentes espaços públicos, favorece a ampliação de consciência sobre os seus direitos básicos, sobre sua identidade e a de sua comunidade.

De acordo com Silva e Corgozinho (2011, p.17), o profissional de Psicologia, como interventor-facilitador de um grupo, é um profissional que “busca provocar transformações nas formas de vida dos grupos em que atua, realizando esta tarefa de acordo com o desejo e as demandas do próprio grupo”. As autoras afirmam ainda que é papel do profissional de Psicologia trabalhar com os grupos para que eles assumam seu papel de “sujeitos de sua história,

conscientes das determinantes sociopolíticas de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas” (CAMPOS, 1998, apud SILVA; CORGOZINHO, 2011, p.18).

De acordo com Sarriera (2015, p.25), a intervenção psicossocial em grupos é “um trabalho de relação direta entre facilitador-interventor com o grupo-alvo, que incide em transformações nas histórias, ou melhor, na vida cotidiana, espaço onde as histórias pessoais, grupais ou coletivas ocorrem”.

Assim, compreende-se que a condução de grupos pelo profissional de Psicologia no âmbito do CRAS é de extrema importância, visto que estes:

(...) favorecem o processo de problematização e reflexão crítica de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas, possibilita o entendimento de que os problemas vivenciados particularmente ou por uma família são problemas que atingem outros indivíduos e outras famílias; contextualiza situações de vulnerabilidade e risco; e assegura a reflexão sobre direitos sociais, possibilitando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, negando-se a condição de passividade, favorecendo processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia e prevenindo a ocorrência de situações de risco social. (BRASIL, 2012, p. 30)

Acredita-se na potencialidade de proporcionar espaços coletivos para as famílias atendidas pelo serviço, a fim de se criarem laços de solidariedade e alianças de cidadania. Pensa-se na vivência em grupo como um dispositivo, no sentido de que é algo que aciona um processo que produz novos acontecimentos nas vidas dos participantes. Assim, segundo Barros (1994, p.150), “o grupo é um dispositivo quando trata de intensificar em cada fala, som, gesto, o que tais componentes acionam das instituições sociais e histórias e de como nelas constroem novas redes singulares de diferenciação”.

### 3.2 – VISITA DOMICILIAR

As visitas domiciliares são caracterizadas como ações particularizadas do PAIF, nas quais os profissionais realizam os atendimentos à comunidade nas unidades domiciliares dos municípios. Ações como essa possibilitam aos técnicos conhecer de um jeito mais abrangente a realidade dos territórios, compreendendo a realidade subjetiva das famílias (suas formas de convivência, arranjos familiares e sócio-comunitários), de forma a potencializar as intervenções de uma maneira coerente e adequada às reais necessidades daquele espaço. Ações como esta também servem para situações específicas, nas quais a família, em especial o RF (responsável familiar) ou qualquer um dos membros familiares, apresenta dificuldades ou impossibilidade de comparecer ao CRAS por determinada vulnerabilidade (dificuldade de locomoção, deficiência física motora, ameaça por terceiros dentro do território, isolamento social, depressão) (BRASIL, 2012).

Segundo Silva e Corgozinho (2011), as visitas domiciliares constituem uma das ações do Acompanhamento Psicossocial, e são realizadas por psicólogos e assistentes sociais de forma a monitorar condicionalidades do Programa Bolsa Família, investigar denúncias e avaliar situações de vulnerabilidade. Contudo, não é papel do profissional de psicologia agir de forma fiscalizatória ou policesca no trato com as famílias atendidas, pois tal postura pode

fragmentar todos os vínculos que foram estabelecidos com o munícipe, além de transpassar limites e posturas éticas deste profissional (SILVA; CORGOZINHO, 2011).

Segundo Oliveira (et.al., 2011), ao entrevistarem profissionais de Psicologia que atuam em CRAS, a visita domiciliar é uma das atividades em que os psicólogos mais se referiram à importância do trabalho em equipe. Os autores apontam que esse fato revela alguma modificação nos modelos tradicionais de trabalho que são assumidos pelos psicólogos em seus diversos espaços de atuação.

A visita domiciliar possibilita aos técnicos conhecer a realidade dos territórios, as dinâmicas de convivência comunitária e os arranjos familiares. Segundo Sarriera (2015), é no espaço do cotidiano que as éticas das relações se praticam e onde as intervenções se colocam de modo a transformar e apreender novas compreensões de mundo.

Além disso, a visita domiciliar permite o aprofundamento de intervenções que nem sempre são possíveis coletivamente, como é o caso de mobilização das redes sociais de apoio à família. A visita domiciliar deve ser realizada com o consentimento da família, rompendo com posturas e ações invasivas sobre a privacidade e a vida particular dos munícipes. Sugere-se, para facilitar o processo de comunicação, o estabelecimento, sempre que possível, de um contato prévio entre os profissionais e a família e o agendamento da visita domiciliar (BRASIL, 2016).

Muitos CRAS ainda trabalham de forma reativa, ou seja, em reação a busca das famílias pelo serviço. As visitas domiciliares são ações que fazem o movimento contrário de não esperar que a comunidade, o munícipe e o coletivo venham até o equipamento, e, sim, a equipe técnica, por meio do estudo social prévio, identifique quem são essas famílias, e, portanto, possa ocupar esse território, utilizando das visitas domiciliares como um instrumento de inclusão da população vulnerável usuária da Assistência Social (BRASIL, 2010-2011). De acordo com Oliveira (et.al., 2011), embora as visitas domiciliares façam parte do Acompanhamento Familiar, os psicólogos muitas vezes as realizam de forma pontual, sem seguimento.

Segundo Oliveira (et.al., 2014), a visita domiciliar é de fundamental importância para o conhecimento da capilaridade do território de abrangência do CRAS, sendo uma das estratégias para efetivar o princípio da territorialidade preconizado pela PNAS. Em sua pesquisa, Oliveira (et.al., 2014) apontam a baixa frequência de visitas domiciliares realizadas pelos profissionais de Psicologia, apesar de eles afirmarem a sua importância. Para os autores, esse dado denuncia a “frágil postura proativa dos profissionais em se apropriar do território” (OLIVEIRA, et.al., 2014, p.108).

### 3.3 – ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL E FAMILIAR

Embora o foco de atuação do profissional de Psicologia seja o trabalho com grupos, priorizando o trabalho coletivo, o psicólogo pode realizar atendimentos ou acompanhamentos individuais e familiares fora de um contexto grupal quando necessário. As ações devem ser integradas com outros profissionais bem como com outros serviços, visando o trabalho em

rede (CFESS, 2007).

Os atendimentos individuais são ações particularizadas previstas no atendimento PAIF. Acontecem por vezes nas quais as famílias por vivenciarem certas vulnerabilidades sentem-se envergonhadas de expor sua situação de modo coletivo, como em uma oficina de famílias, então, demanda-se um atendimento individual. Tais atendimentos não preveem encontros periódicos e continuados, ao contrário do acompanhamento individual e familiar que é realizado no âmbito do PAIF (BRASIL, 2012).

Em suma, os atendimentos realizados pelos psicólogos, tanto de forma pontual quanto os realizados de forma continuada com as famílias acompanhadas, devem sempre ter um viés voltado para as questões psíquicas e o sofrimento trazido, oriundo de questões sociais estabelecidas como “naturais” dentro daquele contexto social onde a família ou o indivíduo está inserido, lançando olhares sobre as questões subjetivas e concretas relacionadas às vulnerabilidades sociais (FLOR; GOTO, 2015). De acordo com Oliveira (et.al., 2014, p.111), “enquanto o viés clínico tradicional define o sujeito em sua individualidade e dinâmicas internas, a atuação na política social exige um reposicionamento social e político sobre os usuários desse serviço”.

O Conselho Federal de Psicologia, em publicação de referências técnicas para o exercício profissional na área da assistência social, reconhece “que a despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão e influenciaram na construção da ideia de que o psicólogo só faz Psicoterapia” (CFP; CFESS, 2007, apud SENRA; GUZZO, 2012, p. 294). Os atendimentos psicoterapêuticos são uma prática tradicionalmente associada a categoria dos profissionais de Psicologia, contudo, tal prática não é prevista dentro dos CRAS, pois o constante fluxo de municípios atendidos e a necessidade de se realizar um trabalho articulado com a rede, realizando os encaminhamentos necessários para tal serviço, impossibilitam que essa prática seja efetuada de forma satisfatória e ética. Porém, de acordo com Oliveira (et.al., 2011), há um considerável número de psicólogos que a realizam, passando pela aplicação de testes, arteterapia e ludoterapia.

Oliveira (et.al., 2014) afirmam que profissionais de Psicologia têm lançado mão de atividade clínica psicoterápica nos CRAS com a justificativa da dificuldade de encaminhamento. Macedo (et. al., 2015) também afirmam que os profissionais de Psicologia realizam atendimento psicoterápico ou aconselhamento nos CRAS. Em pesquisas realizadas pelos referidos autores, os psicólogos pontuaram que esse descumprimento dos marcos legais do SUAS e das diretrizes para atuação dos profissionais de Psicologia se “justificava por haver uma demanda de que tinham que dar conta” diante da dificuldade para encaminhar usuários para outros serviços socioassistenciais ou de saúde (MACEDO, et. al., 2015, p.818).

Como nos lembram Senra e Guzzo (2012, p. 293), citando Martín-Baró (1997):

(...) em um cenário de profundas desigualdades sociais que se revelam de modo contundente no cotidiano do sistema público, o trabalho dos psicólogos, apesar dos esforços, confirma o quanto a psicologia, como ciência e profissão, manteve um distanciamento histórico das questões sociais considerando as individuais como mais centrais.

Segundo Sobral e Lima (2013), há uma dificuldade entre os profissionais de Psicologia em se estabelecer um limite entre atendimento psicossocial e psicoterapia. As atuações fora dos settings mais tradicionais, segundo os autores, convocam os profissionais a lançarem novos olhares sobre suas práticas nos espaços públicos onde estão sendo inseridos.

Macedo (et. al, 2011, p.489) afirmam que os psicólogos precisam pensar a Assistência Social não apenas como:

(...) um novo espaço que proporciona novas territorialidades e mercado de trabalho para a profissão, mas também como um campo que aprofunda desafios tão antigos (e também novos) que acompanham nossa profissão desde quando se pretendeu inserida nas políticas públicas.

É fundamental construir uma prática que rompa com diagnósticos onde se pretende identificar o funcionamento psíquico, sem compreendê-lo enquanto parte de um sujeito que interfere e vivencia interferências do contexto social, sujeitos de capacidades e fragilidades, que são construídas a partir das relações, das condições e valores sociais (MDS, 2012). O trabalho no SUAS exige dos psicólogos a “criação de novos conhecimentos e posturas profissionais para lidar com o contexto de pessoas vivendo em situação de pobreza, carências e desproteção social” (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, apud MACEDO, et. al., 2011, p. 488).

#### **4. CONCLUSÃO**

A partir do discutido, conclui-se que a prática profissional do psicólogo no âmbito da Política Nacional de Assistência Social configura-se como um desafio. É importante frisar, a partir de Senra e Guzzo (2012, p.296), a necessidade de um olhar crítico dos profissionais da Psicologia que atuam na área da Assistência Social e “da articulação necessária entre a prática e a produção de conhecimento acumulada pela Psicologia nos últimos anos”.

A atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. “É preciso estar atento às potencialidades e às vulnerabilidades instaladas nas comunidades, nos territórios, onde as famílias estabelecem seus laços mais significativos” (CREPOP, 2008, p.15).

De acordo com a discussão dos resultados, observou-se que nos atendimentos individuais, grupos ou visitas domiciliares abrem-se possibilidades para encontros genuínos com o outro e com o mundo, sem opressores ou oprimidos, mas pela via do diálogo e do ideal de comunicação entre iguais, como nos lembra Martin-Baró (1996), citado por Pereira e Guareschi (2016).

É nessa lógica relacional entre psicólogos e usuários dos CRAS que pode haver um verdadeiro encontro, no qual os profissionais podem reconhecer os modos de subjetivar construídos a partir de várias relações históricas estabelecidas, valorizando assim suas

experiências para a possibilidade de transformação das pessoas, do meio social onde vivem e também da própria psicologia (PEREIRA; GUARESCHI, 2016).

Macedo (et. al, 2011, p.489) afirmam que:

(...) é importante escrever novas linhas sobre a atuação dos psicólogos nas políticas sociais para além do fatídico fazer psicológico que tanto individualiza, moraliza ou patologiza/terapeutiza a questão social. Estas são ações muito comuns entre os trabalhadores do SUAS, os quais, habituados a seu cotidiano profissional, operam com maestria dispositivos de subjetivação que ora culpabilizam os indivíduos ora tentam recuperar a capacidade (potencialidade) desses mesmos indivíduos e suas famílias, como se com seu esforço individual pudessem libertar-se dos seus problemas e da condição de pobreza que tanto os assola.

É tempo de mudanças na prática da categoria dos profissionais de Psicologia. É necessário, como lembra Bock (1999), que os profissionais de Psicologia continuem a repensar e refletir a relação do seu trabalho e do fenômeno psicológico com a realidade social. Reflexões como esta direcionam o profissional para questões como: se a psicologia atua em prol da vida, como os profissionais têm utilizado seus dispositivos de saber para que isso ocorra?

Conforme Bock (1999), nós, brasileiros, vivemos uma situação dramática: são milhões de adultos analfabetos e crianças fora da escola ou sem condições de usufruir dos serviços educacionais, que por si só, são deficitários, entre outras situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelo povo brasileiro. Tais situações, muitas vezes, são encaradas com naturalidade, visto o bombardeio midiático pelo qual a sociedade passa. Não se pode esquecer que, em situações de vulnerabilidade social, também existe sofrimento psíquico.

De pouco adianta serem feitos movimentos em prol da construção de uma nova Psicologia, de uma clínica ampliada, se os espaços das academias ainda seguirem o antigo padrão de formação, produzindo profissionais liberais alheios à realidade social que os rodeia. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de uma maior produção acadêmica sobre a prática dos profissionais da Psicologia na Assistência Social.

Pontua-se ainda que, talvez, os ideais de compromisso social da categoria sejam despertados por uma determinada parcela de psicólogos e psicólogas atuantes, que buscam adentrar novos espaços, novas formas de fazer psicologia, e o mais importante, desconstruir ideias cristalizadas sobre a identidade profissional, que muitas vezes contribuem para a manutenção do abismo social.

As fronteiras construídas pela Psicologia, dentro das quais “caberia ao psicólogo apenas o que seria da ordem do sofrimento e da subjetividade” (OLIVEIRA, et.al., 2011, p.140) devem ser rompidas, conduzindo a prática do profissional psi em direção a um compartilhamento de saberes, que, em muitos campos de atuação institucional, ainda estão por se construir.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, R. D. B. Grupo e Produção. *Saúde Loucura*. São Paulo: Hucitec, v.4, p.145-154, 1994.

BOCK, A. M. B.. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, Dec. 1999. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X1999000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 Oct. 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *NOB/RH/SUAS*. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O CRAS que temos e o CRAS que queremos - orientações técnicas, metas de desenvolvimento dos CRAS - período 2010/2011*. Vol. 01. Brasília: MDS, 2010-2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: PNAS, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. *Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (Cras)*. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei Orgânica da Assistência Social*, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. *Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde*. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, Oct. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 01 Out. 2016.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). *Referências técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2008.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). *Referências técnicas para a prática de psicólogas (as) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social* / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CFESS, 2007.

FLOR, T. C.; GOTO, T. A. *Atuação do psicólogo no CRAS: uma análise fenomenológico-empírica*. Rev. abordagem gestalt., Goiânia , v. 21, n. 1, p. 22-34, jun. 2015 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672015000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672015000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 01 out. 2016.

LANE, S. T. M. O processo grupal. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.). *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp. 78-98). São Paulo: Brasiliense, 1984.

MACEDO, J. P. et al . *O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?*. Psicol. estud., Maringá , v. 16, n. 3, p. 479-489, 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722011000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 4 de setembro de 2016.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicol. Soc.*, Florianópolis , v. 21, n. 3, p. 293-300, 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822009000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 24 de setembro de 2016.

MACEDO, O. J. V. et al . *Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social*. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 35, n. 3, p. 809-823, Sept. 2015 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-989320150003000809&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-989320150003000809&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 Out. 2016.

OLIVEIRA, I. F. de et al . *A prática psicológica na proteção social básica do SUAS*. *Psicol. Soc.*, Florianópolis , v. 23, n. spe, p. 140-149, 2011 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000400017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 9 Out. 2016.

OLIVEIRA, I. F. de et al . *Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN*. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 26, n. spe2, p. 103-112, 2014 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000600011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 Set. 2016.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. O CRAS em relação: profissionais e usuários(as) em movimento. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro , v. 28, n. 1, p. 102-110, Apr. 2016 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922016000100102&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000100102&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 Set. 2016.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, Ra. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 24, n. 2, p. 293-299, Aug. 2012 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 7 Out. 2016.

SARRIERA, J. C. *Psicologia comunitária: estudos atuais*. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SILVA, J. V. da; CORGOZINHO, J. P. *Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações*. *Psicol. Soc.*, Florianópolis , v. 23, n. spe, p. 12-21, 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 2 Out. 2016.

SOBRAL, M. F. C; LIMA, M. E. O. Representando as práticas e praticando as representações nos CRAS de Sergipe. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 33, n. 3, p. 630-645,

2013 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932013000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 2 Out. 2016.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre , v. 19, n. 1, p. 30-37, Apr. 2007 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 29 Set. 2016.

## **O OLHAR DA GESTALT-TERAPIA SOBRE A FAMÍLIA DE ORIGEM, O RELACIONAMENTO CONJUGAL E A CONFIGURAÇÃO FAMILIAR DE SEUS MEMBROS**

Núbia Karla Rocha de Jesus<sup>1</sup>; Priscila da Silva Alves dos Santos<sup>1</sup>; Tatiana Alves da Silva Miranda<sup>1</sup>; Andrea Loss Nunes<sup>2</sup>

1. Graduação em Psicologia pela Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

2. Doutoranda em Psicologia pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Docente do Departamento de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo analisar a relação entre a família de origem, o relacionamento conjugal e a configuração familiar de seus membros. As transformações mais importantes para a construção do “eu”, a relação estabelecida com a família de origem e onde ocorrem essas transformações são de suma importância para a formação do indivíduo, bem como o que ocorre nesta relação. O contato, compreendido como uma troca de experiências, de sentimentos e/ou de relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo, é fundamental para a percepção do ser humano como existente e suas relações sociais estabelecidas. O método proposto para o desenvolvimento do estudo seguiu o percurso da pesquisa exploratória. Foram selecionados 15 artigos publicados entre 2005 e 2015 para o estudo. Os resultados apontam aspectos como a forma de contato e o ambiente social como mediadores das relações estabelecidas.

**Palavras-chave:** família de origem, relacionamento conjugal, configuração familiar, Gestalt-terapia.

### **INTRODUÇÃO**

A família é o lugar que dá origem à história de cada pessoa, é um espaço onde se constroem vínculos importantes. Ainda que se possa acreditar que é possível deixar de pertencer a uma família, romper os laços de origem e seguir na constituição de outra, lembranças e memórias de um convívio familiar ficarão como marcas em histórias pessoais, fonte de acesso para qualquer momento. A família pode funcionar como uma importante base ou alicerce para futuras relações interpessoais e para a existência do indivíduo, pois os primeiros contatos estabelecidos com o outro são realizados nesse grupo (MELO, 2012).

O contato familiar favorece a constituição da personalidade que é influenciada pelo processo perceptivo do indivíduo. A Gestalt-terapia define contato como troca de experiências, de sentimentos e/ou de relação, não apenas com o outro, mas consigo mesmo e com o mundo, pois é pelo contato que o indivíduo se percebe como existente (MELO, 2012).

As organizações familiares também refletem o funcionamento da sociedade, ao mesmo tempo em que atuam na formação do indivíduo. As mudanças sócio-político-culturais colaboram para a reflexão sobre os padrões adotados pela família, ajudando a compreender o ciclo familiar. A família é um sistema que integra uma sociedade e não interage sozinha. É um sistema movendo-se através do tempo, promovendo o desenvolvimento de relações humanas, seja ela conjugal ou familiar (MELO, 2012).

A Gestalt-terapia elabora discussões sobre o tema “família”, por meio da análise das relações intra e interpessoais e a forma de estabelecer o contato nessas relações. A família é vista como base ou alicerce das relações interpessoais e da construção do indivíduo, pois os primeiros contatos interpessoais com o outro são realizados nesse grupo social. É preciso se relacionar para se constituir, crescer e se tornar pessoa. A troca dinâmica que acontece na relação com o outro promove crescimento. O indivíduo, à medida que se relaciona com as outras pessoas e com o meio, os afeta e é afetado, assim como, em contato com o meio em que vive, promove transformações em si e também transformações em seu meio (MELO, 2012).

A transmissão pela família de um conjunto de normas, valores, crenças e costumes pode ser assimilada e estar presente na vida do indivíduo em qualquer relacionamento estabelecido e na construção de uma nova família. A relação estabelecida com a família de origem contribui para que ocorram modificações na vida do indivíduo, interferindo em sua formação (CARMO, 2007).

O grupo familiar precisa oferecer um ambiente seguro, favorecendo vivências e experiências de todo tipo, dolorosas ou não, negativas ou não, oferecendo subsídio para o indivíduo aprender a viver em equilíbrio. Desde cedo o homem tem a necessidade de estar agrupado, em companhia, ter contato. A família é o primeiro grupo onde essa necessidade pode ser preenchida, já que é extremamente importante para a construção dos vínculos. Cabe a ela a função de auxiliar na organização dessas vivências em grupo e em sociedade (QUERINO, 2006).

A família é entendida pela Gestalt-terapia como um sistema que integra uma sociedade e não interage sozinha, faz parte de um todo. Como um organismo composto de órgãos, esse todo influencia e é influenciado pelo meio no qual os membros fazem parte. A família representa uma instituição responsável por auxiliar seus membros em suas relações interpessoais, pois o nosso primeiro contato com o mundo se dá com ela e por meio dela (LINO, 2009).

No entanto, o contexto familiar pode auxiliar ou até mesmo prejudicar esse contato com o meio. Isso vai depender de como as relações são estabelecidas e aprendidas, como a família enxerga as relações, como a construção da forma de estabelecer contato consigo e com os outros acontece nesse meio. O meio em que está inserida influencia a forma como cada membro a percebe, intervindo e auxiliando o processo de socialização de cada um deles (LINO, 2009).

Independente de como a família se organiza e se mantém, ela é parte significativa para a construção de novas relações. O que adquirimos nesse grupo, dá-nos base para construção de outras relações interpessoais, inclusive a relação amorosa e conjugal. Estar em família, viver em família, representa para a maioria das pessoas uma base, um refúgio, um alicerce para auxiliar na forma de interagir com o mundo. Não há como falar de família sem resgatar as relações entre indivíduos e sociedade, pois ela faz parte da configuração social em que vivemos (LINO, 2009).

No seio da família ocorrem as transformações mais importantes para a construção de um “eu”. Nessa relação, o contato entre seus membros, a forma como se encontram e se

correspondem, fazem parte de uma dinâmica de aprendizado contínuo na vida dessas pessoas. O contato é a ferramenta mais importante desse encontro, pois estar em contato não é apenas interagir, é muito mais que estar atento, é, na verdade, estar consciente de si e do outro. O contato favorece o convívio e é por meio dele e de trocas perceptivas que as pessoas se conhecem, se identificam e se encontram. Pelo contato a pessoa tem a percepção de sua existência e do meio geográfico, ou seja, o seu meio físico em que está inserido (MELO 2012).

Existem quatro fases para o estabelecimento do contato, segundo a Gestalt-terapia. São elas: O Pré-contato, entendida como uma fase de sensações, na qual a percepção ou excitação do corpo, percebida por meio de um estímulo do meio, torna-se a figura que solicita a atenção da pessoa; a Tomada de contato, fase ativa, onde o organismo assimila o meio; o Contato final ou Contato pleno, momento essencial de confluência saudável entre o organismo e o meio, entre o eu e o tu, momento de rompimento da fronteira onde tudo se encontra no aqui agora; e o Pós-contato, fase de assimilação que favorece o crescimento. Contato é a emoção experienciada no processo vivencial da existência, onde cada pessoa a compreende e percebe de forma única e verdadeira, onde ocorrem as trocas e transformações (MELO, 2012).

O contato com o outro e com o meio deve ser o de busca pelo contato pleno, pois este representa uma troca saudável, produzindo crescimento e transformação, favorecendo a integração da personalidade. A Gestalt-terapia entende que o indivíduo percebe o meio e o outro, mediado por uma fronteira do eu ou fronteira de contato. A forma como ele percebe esse meio e a si mesmo refere-se à sua fronteira ou limite. A fronteira de contato é o ajustamento, a busca pelo equilíbrio entre o organismo e o meio, é a adequação da pessoa a uma determinada situação vivenciada, que pode interferir no contato e é construída por meio dessa interação. Essas fronteiras, por vezes, quando não são bem estabelecidas, podem alterar a percepção, acarretando em afastamento e alguns sentimentos negativos (MELO, 2012).

Fronteiras do ser humano - as fronteiras do eu - são determinadas pelas experiências de vida e pela capacidade interna para assimilação de experiência nova, capacidade que o indivíduo tem de criar a sua própria vida, que inclui reconhecer e adequar-se ao seu meio ambiente. O contato nunca pode ser inteiramente independente da escolha de ambientes ou da criação de novos ambientes. Fritz Perls organizou cinco conceitos para descrever a fronteira de contato. São eles: fronteira do corpo, de valor, de familiaridade, expressiva e de exposição (POLSTER; POLSTER, 2001).

Fronteiras do corpo referem-se aos limites de contato das pessoas em relação ao seu próprio corpo. A consciência da sensação de algumas partes ou funções pode estar restringida ou limitada e permanece fora do conhecimento que elas têm de si. Essas pessoas podem evitar o contato com partes importantes delas (POLSTER; POLSTER, 2001).

Fronteiras de valor, no geral, são rigidamente estabelecidas, provavelmente por causa das pressões que as pessoas vivenciam ao longo da vida. Sofrem quando há necessidade de abandonar os próprios padrões. Dessa maneira, deve-se aprender a expandir as fronteiras de valor para abrir caminhos para resoluções de problemas de forma criativa (POLSTER; POLSTER, 2001).

Fronteira de familiaridade às vezes é influenciada pelo medo do desconhecido. As oportunidades permitem experienciar somente uma pequena porção das possibilidades que se apresentam na vida das pessoas, e limites de tempo restringem o contato com o novo ou pouco familiar. Essas fronteiras são inevitáveis e parcialmente removidas com base no contato, no encontro com situações e pessoas novas. No entanto, essa fronteira é estabelecida pelas próprias pessoas e quando há a recusa de contatar-se em virtude de um limite imposto (POLSTER; POLSTER, 2001).

Fronteiras expressivas são organizadas sob a influência de tabus. Os tabus contra o comportamento expressivo começam cedo, quando a criança ouve dos adultos: “não toque”, “não se mexa”, “não chore”, “não se masturbe”, “não urine” e, assim, as fronteiras são delineadas. Aquilo que começa na infância continua conforme crescemos, mas de um modo mais sutil do que os “não faça” original (POLSTER; POLSTER, 2001).

A fronteira de exposição também compartilha um terreno comum com todas as outras fronteiras, contudo, a relutância específica se manifesta em relação à pessoa ser observada ou reconhecida. Um indivíduo pode saber o que ele valoriza, pode expressar e, até mesmo, agir de maneira apropriada para tal, mas insiste em fazê-lo de maneira privada ou anônima. Pode criticar anonimamente, ser generoso anonimamente, porém sem disposição para aceitar as observações dos outros além de seus próprios limites. Outras pessoas podem não querer ser identificadas como cruéis, sedutoras, críticas, manipuladores, exigentes, ingênuas, inexperientes e assim por diante. A exposição é perigosa, seja ela exposição aos elementos, ao desprezo ou à exigência dos outros (POLSTER; POLSTER, 2001).

As formas de contato mais comuns fazem parte do nosso dia a dia, e estão presentes na maioria das nossas relações, viabilizadas pelo toque, olhar, escutar, falar, sentir, etc. Quando as necessidades do indivíduo são identificadas e atendidas, gestaltens são fechadas, as necessidades são satisfeitas e os conflitos são amenizados e, até mesmo, resolvidos de forma saudável. Quando o indivíduo não mobiliza energia para a ação, pode refletir em contatos não espontâneos e não criativos, acarretando na insatisfação do mesmo. As formas de relações estabelecidas e suas individualidades podem manifestar produções de neurose, que para a Gestalt-terapia é a evitação de contato. A Gestalt-terapia nomeia esse estado como “resistência” (HANSEN, 2016; QUERINO, 2006).

No contato com o outro e com o meio, pode-se desenvolver formas resistentes, ou seja, formas de se evitar contato com o meio externo ou seu mundo interior, afetando a si mesmo e suas relações interpessoais. Perls (1988) elaborou cinco conceitos para descrever as resistências, as nomeando como: Introjeção, Projeção, Deflexão, Retroflexão e Confluência. São mecanismos neuróticos presentes nas relações, que podem ocasionar alteração em sua percepção e mudar a forma de interação com o mundo e com o outro. Essas barreiras ou formas de resistência estão presentes no indivíduo de forma dinâmica, porém, quando não compreendidas e resolvidas, podem acarretar conflitos consigo mesmo e com o outro/meio.

A introjeção acontece quando não se compreende que se possui uma capacidade de discriminação, “engolindo tudo sem mastigar”, sem ter consciência sobre o que está deixando fazer parte de si. O que é assimilado do meio passa a ser da pessoa, podendo reter ou devolver ao meio de forma transformada. A introjeção pode ser normas, atitudes, modos de agir e pensar que não são assimilados. A projeção é uma evitação de contato em que o

indivíduo percebe como sendo do outro/meio aquilo que diz respeito a si, à sua personalidade. Já a confluência acontece quando o indivíduo não consegue compreender a separação entre si e o outro/meio, as partes e o todo são indistinguíveis, e não consegue discriminar entre o que ele é e o que os outros são. A retroflexão significa “voltar-se contra”, ou seja, a pessoa retroflexiva faz consigo o que gostaria de fazer com o outro/meio, ela redireciona atividade para si (PERLS 1988).

Nas relações amorosas, quando há o uso dos mecanismos neuróticos, se pode, geralmente, perceber que não está havendo a capacidade dos dois ou de um deles de encontrar o equilíbrio saudável entre o casal e a individualidade de cada um. E qualquer confusão entre a fronteira de contato da relação com a fronteira de suas individualidades pode sugerir a produção da neurose e/ou a evidência de um dos mecanismos de defesa, pois, muitas vezes, para serem funcionais, os limites destas fronteiras devem ser fluidas e flexíveis (HANSEN, 2010, p. 85).

Quando as evitações de contato se tornam autoconscientes e compreendidas, o indivíduo tende a ter uma relação saudável consigo mesmo, com a família, com as pessoas à sua volta e com o meio ao qual está inserido. Não cria afastamento, conflitos e outras resistências em suas relações. Busca-se contato pleno, para manter-se saudável com suas necessidades satisfeitas e podendo contribuir para a transformação do meio à sua volta, de forma criativa. Entende-se que quando a família estabelece com seus membros um contato genuíno, contribui de forma saudável para a formação do indivíduo e as relações que este estabelece fora e dentro do ambiente familiar (HANSEN, 2010).

Novas possibilidades se formam a partir do ajustamento criativo, no momento em que indivíduos se encontram e se permitem envolver-se com o diferente, com o novo, e o ajustamento ao meio se torna saudável. O ajustamento criativo é um processo de autorregulação estabelecido por meio do contato, possibilitando desenvolvimento e crescimento estabelecidos a partir da interação com o meio. No relacionamento há o envolvimento, interação e desenvolvimento dos indivíduos a partir das experiências adquiridas na fronteira de contato. Compreendemos, então, que há uma ação de indivíduo para o meio e do meio para indivíduo (BERNARDO, 2014).

O ajustamento criativo pode ser compreendido como fator de saúde e mudança, favorecendo a solução de conflitos e criando possibilidades para situações novas. No relacionamento conjugal, o ajustamento criativo ocorre na fronteira de conjugalidade, porém, pode haver obstáculos advindos de situações inacabadas, não resolvidas. Dessa forma, o casal precisa buscar flexibilidade, pôr em evidência as formas de resistência e os bloqueios para que possam, por meio do contato, resolver os conflitos que surgem na relação (SILVEIRA, 2007).

## RELACIONAMENTO CONJUGAL

É por meio do relacionamento afetivo que os indivíduos buscam encontrar um parceiro que possa dividir sentimentos, intimidade, proximidade e experiências por meio do contato. De acordo com Ribeiro (2007), contato vai além de estar atento ou consciente de si e do outro, é torna-se associado com e da totalidade do outro. O contato é um dos elementos fundamentais para que haja o vínculo dentro de uma relação afetiva. É por meio dele que há possibilidade de trocas de experiências e conhecimento um do outro. Ribeiro (2007) define contato como sinônimo de encontro pleno de mudança de vida. É um jeito de ser, um jeito de se expressar, fazendo o indivíduo tornar-se visível aos outros.

Observa-se que a relação conjugal na contemporaneidade se estabelece como uma relação de desejo que satisfaça necessidades individuais e coletivas, ou seja, o relacionamento visa a satisfação de ambos envolvidos e não somente de um dos membros. Uma relação em que haja uma completude troca de experiências e de sentimentos com o outro, que estabeleça contato.

[...] pode-se afirmar que uma relação conjugal se trata de um fenômeno. Desta maneira, esta relação é vista pela Gestalt-Terapia como um todo, sendo este um fenômeno integrado e organizado, permitindo que qualquer coisa que ocorra com uma parte destes indivíduos afetará o todo (MELO, 2012, p. 7).

São nessas novas relações que histórias diferentes se encontram e se misturam por meio dos cônjuges, formando um novo sistema familiar. É esperado que dessa relação manifestem-se novas alianças, formando a base de uma nova configuração familiar, compondo assim a fronteira da conjugalidade. O vínculo conjugal sustenta-se tanto pelo desejo dos indivíduos quanto pela comunidade que os reconhece como tal. Essa experiência dada e vivida pelo casal possibilita estabelecer uma identidade e funcionamento próprio, mesmo quando a base do laço conjugal se origine das heranças sócio-históricas vividas pelo grupo em que o indivíduo foi inserido e com o legado familiar recebido. O que foi herdado pode não ser um elemento essencial para o casal, mas estarão presentes (SILVEIRA, 2007).

O casamento é a principal área de autorrealização social, porém, na contemporaneidade, os indivíduos se divorciam, porque a importância da relação conjugal é tão grande que acabam não suportando quando suas demandas e expectativas não são correspondidas ou satisfeitas. Alguns dos fatores que interferem no casamento podem ser o dilema da conjugalidade e a individualidade. O mundo moderno enaltece a liberdade, o individualismo, logo, tais fatores vão de encontro à construção de um ideal comum entre o casal (CARMO, 2007).

O relacionamento vem sofrendo as influências da sociedade moderna, que prega a competitividade e o individualismo, dificultando essa relação de troca entre o casal (MELO, 2008). O contato é considerado de grande relevância para o casal, já que precisam se ouvir, se tocar, sentir o outro, falar com o outro. Quando o casal não consegue manter essa dinâmica, podem surgir dificuldades em resgatar as questões em aberto ou inacabado do relacionamento (POLSTER; POLSTER, 2001).

A agitação que a vida moderna reservou para os indivíduos, a falta de tempo, tecnologia e redes sociais são fatores que contribuem para o afastamento das pessoas, principalmente em suas famílias, priorizando o contato com o meio externo e inviabilizando um contato pleno com os membros de sua família. A sociedade atual tem se importado mais com as questões afetivo-emocionais que fazem parte da relação, porém, conserva entre si hábitos e comportamentos construídos e organizados a partir do contato com a sociedade. (QUERINO, 2006).

## FAMILIA E SOCIEDADE

Observamos que o mundo moderno possibilita que um novo olhar se estabeleça e cada indivíduo possa representar para si mesmo o modelo de família idealizado, um modelo construído a partir de elementos que compõem a sua própria realidade. Os casamentos na

atualidade se tornam mais transitórios, visto que não estão submetidos a regras constituídas há décadas. Mudanças cooperaram para as modificações do casamento e dos papéis masculinos e femininos, visto que a mulher passou a lutar por um lugar no meio profissional, político e num ambiente fora do lar. Podem-se citar alguns avanços significativos desses processos, como a pílula anticoncepcional, liberdade sexual, dentre outros fatores. Apesar das mudanças ocorridas no cenário familiar na atualidade, a figura masculina ainda ocupa um lugar de autoridade dentro da família, sendo considerado em muitas culturas como o provedor principal do lar (PINTO, 2013).

Essas mudanças sociais vêm acontecendo em diversos contextos desde as últimas décadas, influenciados pela globalização e suas dimensões socioeconômicas, culturais e tecnológicas. Essas modificações que ocorreram ao longo do tempo possibilitaram o desencadeamento de relacionamentos mais frágeis e superficiais. Os tempos mudaram, a mulher vem conquistando seu espaço no mundo do trabalho e familiar, obrigando o homem rever seu papel no âmbito social e familiar. Com o avanço das novas tecnologias e a globalização, vive-se em uma época em que as pessoas mantêm um distanciamento físico. No entanto, isso geralmente não é visto como empecilho para uma nova aproximação (LINO, 2009).

Trata-se de uma relação complexa, em que a totalidade dos fatos sociais tem relevância. Na formação da família, os vários campos, como o social, o político, o econômico e o cultural, requerem de cada indivíduo uma reorganização interna e externa. Essa reorganização se dá ao longo do tempo, onde uma reconfiguração do espaço relacional acontece de forma dinâmica por meio dos membros da família. Cada membro da família vai se constituindo, redesenhando-se, na medida em que as pessoas entram em contato com os diversos contextos na qual a família se insere (CARMO, 2007).

A instituição família é uma instituição social histórica, sujeita a mudanças que podem ocorrer de acordo com as relações construídas e estabelecidas. É uma instância de extrema importância para esse processo de socialização, assim como para o desenvolvimento da subjetividade autônoma, ensinando as crianças o que deverá dizer, fazer e pensar. Isso não quer dizer que cada indivíduo não tenha liberdade para agir ou reagir de acordo com as influências que o cerca. A educação dada pela família tem um peso no desenvolvimento do indivíduo, mas ele pode agir e ir contra os valores recebidos (LINO, 2009).

O papel da família é entendido como o de formar sujeitos, cidadãos conscientes da sociedade em que vivem cidadãos com seus valores éticos, morais e com uma perspectiva de vida melhor. No entanto, a sociedade vem passando por transformações no estilo de vida e as relações que estabelecem com seus semelhantes vêm mudando (QUERINO, 2006). A família não é o único canal em que se pode promover a socialização, mas é um grupo social responsável pela tarefa de socializar, por constituir uma mediação entre o homem e a sociedade. Interioriza aspectos ideológicos dominantes da sociedade, projetam nos demais grupos os modelos de relação que foram criados dentro do próprio grupo, dos valores éticos, da moralidade, como também dos padrões de comportamento (CARMO, 2007).

Novas configurações familiares estão presentes nas sociedades e também nas comunidades religiosas. Nessas comunidades, as famílias estão se fazendo, desfazendo e refazendo. As configurações familiares vão ao longo de sua construção sócio-histórica se recriando em

vários contextos, como comunidade religiosa, política, acadêmica, do trabalho e tantos outros contextos sociais. Esse movimento faz com que novas configurações familiares surjam (SOUZA, 2009).

As pessoas vêm buscando sua realização e felicidade pessoal e passam a ser mais corajosas em assumir suas escolhas de relacionamentos que trazem mais prazer e realização. Como a infidelidade familiar não escolhe as pessoas de acordo com sua classe social ou por sua opção religiosa, observa-se que nas comunidades religiosas vêm crescendo as novas e diversas configurações familiares, a partir de recasamentos (DANTAS, 2011).

A religião, ao longo de sua história e na contemporaneidade, continua exercendo uma grande influência nas configurações familiares, principalmente no papel da mulher. As características da mulher cristã é ser uma boa esposa, boa mãe, boa dona de casa e com a tarefa de edificar a casa. Nesse contexto, a religião não acompanha algumas mudanças familiares da contemporaneidade, contudo, a organização familiar vem se desfazendo e refazendo também no contexto religioso. As mudanças que ocorrem no contexto familiar se dão nessa redefinição dos papéis de gênero e do surgimento de novos arranjos familiares no contexto social (SOUZA, 2009).

Toda mudança gera incertezas e resistências, por isso, as novas regras começam com o rompimento ou não de velhos paradigmas. É diante das novas configurações da família contemporânea que a religião não pode adotar princípios para exclusividade, muito menos intolerância. Contudo, é necessário diante das novas mudanças, que se elaborem novos conceitos para as novas configurações e indagações que as famílias contemporâneas exigem (RIBEIRO, 2007).

O papel dos indivíduos nas novas organizações familiares tem sido constantemente avaliado e reavaliado, em busca de uma satisfação para todos que compõe esse grupo. A modernidade não só trouxe problemas de relacionamento para a família, mas também aproximou o pai dos filhos de maneira afetiva, pois a figura paterna, que antes era temida por sua autoridade, está se modificando. Pais e filhos passaram a se relacionar de maneira mais próxima e afetiva (SOUZA, 2009).

Tais mudanças possibilitaram novas recomposições, impedindo que as diversidades de situações cotidianas formassem um padrão dominante de família e casamento. Dificuldades financeiras propiciaram às famílias resgatar vínculos de parentesco que haviam se perdido no decorrer da modernidade, buscando e se movimentando de maneira criativa para melhores condições, e para assegurar a sobrevivência, proteção e inclusão social (SOUZA, 2009).

A vida é esse processo dinâmico e em movimento. O cotidiano, possivelmente dita as mudanças, as novas regras, as novas configurações. É um momento transformador por meio do contato, pois sem isso nada se cria. As novas experiências são por meio do contato, pois este é feito de interações que vêm das relações, sejam conjugais ou não. É uma maneira de expressar, é o encontro entre duas ou mais pessoas, que se dá nas mais diversas formas e de maneiras diferentes (RIBEIRO, 2007).

Problematizações foram elaboradas a partir das leituras expostas no corpo do texto e proporcionaram a proposta desse estudo. Dessa forma, o problema elaborado foi: existe relação entre a família de origem, o relacionamento conjugal e a nova configuração familiar de seus membros? O objetivo geral desse estudo foi analisar a relação entre a família de origem, o relacionamento conjugal e a nova configuração familiar de seus membros. Os objetivos específicos traçados foram: identificar aspectos da família de origem e da nova configuração familiar e avaliar possíveis interferências sobre as configurações familiares.

## **MÉTODO**

Pesquisa exploratória que visa o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, sendo desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de artigos científicos e livros (GIL, 2002).

Foram selecionados artigos publicados entre 2005 e 2015, de revistas como: IGT na rede, Nufen – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas, Psicologia Clínica PUC-RJ, Comunidade Gestáltica, Revista Psicologia Reflexão e Crítica e Pensando famílias. A pesquisa buscou artigos com os descritores: família e relacionamento conjugal, na perspectiva da Gestalt-terapia. Foram encontrados 40 artigos. Entre os 40 artigos, foram selecionados 10 para o estudo, pois apresentaram foco no tema investigado. A revista IGT na rede proporcionou uma quantidade maior de artigos relacionados ao tema. Foram cinco artigos da Revista IGT na rede e um artigo da Revista Nufen. Na Revista Comunidade Gestáltica utilizamos um artigo, um artigo da Revista Psicologado na categoria Humanismo, um artigo da Revista Psicologia Reflexão e Crítica, um artigo da Revista PPOL, Psicopedagogia Online.

Realizaram-se leituras sistemáticas de todo material encontrado para identificar e selecionar os textos de relevância para a pesquisa. Classificou-se e registraram-se as informações em campos como: autores, ano de publicação, objetivos, conteúdo, resultados encontrados. Fez-se leitura analítica, ordenação e resumo das informações coletadas nas fontes de pesquisa, para facilitar a obtenção de respostas às questões levantadas pelo estudo.

As informações extraídas e consideradas relevantes para a pesquisa foram analisadas de forma qualitativa, com base no referencial teórico. Define-se esse processo de análise qualitativo como uma sequência de atividades que envolvem a extração das ideias principais, visando a compreensão dos dados, a categorização dos dados, sua interpretação e a redação do relatório (GIL, 2002).

Os dados coletados para análise e elaboração estão apresentados no Quadro 01. Os respectivos artigos foram de suma importância para a construção desse estudo e podem servir para novas pesquisas, por se tratar de um assunto pertinente às famílias e à construção dos relacionamentos entre os indivíduos.

QUADRO 01: Dados coletados conforme título, autor, ano de publicação e revista.

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano publicação</b>	<b>Revista</b>
Um olhar gestáltico acerca da auto-regulação familiar	BERNARDO, J. G	2014	PPOL Psicopedagogia Online
Configurações familiares: um novo paradigma	CARMO, M	2007	Rev. Comunidade Gestáltica
A Gestalt-Terapia diante do amor nas relações afetivas heterossexuais	DANTAS, M. F	2011	Revista IGT na Rede
As relações amorosas à luz dos mecanismos neuróticos	HANSEN, I. D	2010	Revista IGT na Rede
A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares	LINO, M. V	2009	Revista IGT na Rede
Gestalt-Terapia: A definição de contato e a relação conjugal	MELO, G.P et. al.	2012	Psicologado
O ciúme nas relações amorosas contemporâneas: um olhar gestáltico	PINTO, B. C. V	2013	Revista IGT na Rede
A família de origem como influência nas manifestações de contato dos filhos dentro de suas relações conjugais	QUERINO, D	2006	Revista Psicologia Reflexão e Crítica
O papel da criatividade nas relações conjugais: os limites do “eu” e os limites do “nós”.	SILVEIRA, T. M	2007	Revista IGT na Rede
Perspectiva social e projetiva das representações gráficas da família em crianças paraenses	SOUZA, A. M. D. R	2009	Rev. NUFEN

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conteúdo analisado aponta a relação entre a família de origem, o relacionamento conjugal e a nova configuração familiar mediado por aspectos como: formas de contato e o ambiente social.

### FORMAS DE CONTATO

Existem formas de estabelecer contato na família de origem, na relação conjugal e na nova configuração familiar que ocorrem na fronteira do eu, na interação entre o organismo e o ambiente. É nesse processo contínuo de estabelecimento de contato que as relações humanas e com o mundo se transformam. O contato acontece no lidar com o outro, no

reconhecimento do outro, na fronteira do “eu” e “não eu”. Todo contato é dinâmico e criativo. Esta experiência de vida, que compõe toda a história do indivíduo, irá possibilitar flexibilidade ou não na fronteira, e toda experiência que se dá em novas relações.

O contato que temos desde o nosso nascimento até o fim da vida é parte importante para a construção do “eu”, provocando transformações e mudanças não apenas no indivíduo, mas em todo o meio que o cerca. O indivíduo precisa estar em contato para que se reconheça como ser, sendo o contato de suma importância para um bom relacionamento. Essas fronteiras do ser humano são constituídas por meio das experiências de vida e pela capacidade interna de assimilar as novas experiências, podendo assim definir as ideias, ações, valores, imagens, memórias, etc. com as quais a pessoa está disposta a se envolver de forma plena (DANTAS, 2011; MELO, 2012).

O contato com a família influencia a forma de transmissão de valores e crenças que vão marcar a vida do indivíduo, e são baseadas nesse aprendizado em família e em sociedade. No processo de aprendizagem e de obtenção de um maior nível de consciência de sua existência, o indivíduo vai vivenciando, se relacionando e se construindo. O indivíduo absorve do meio em que está experiências vivenciadas por ele e contribui para que seja positiva ou negativa, dependendo de sua consciência desse momento. Nas relações familiares, isso ocorre a todo o tempo, pois a família é parte desse todo. A forma como se percebe o mundo e o outro é basicamente construído a partir de como tudo a sua volta é percebido. A percepção se dá pelo estabelecimento de contato entre os membros familiares.

Sobre a percepção é possível compreender sua singularidade, já que cada pessoa percebe o meio a sua volta de forma diferente umas das outras. Cada indivíduo vai integrar as informações decorrentes nas suas relações, de forma única e particular, agindo e reagindo conforme percebe o seu entorno e toma consciência do que percebeu. A partir de sua percepção, o organismo se prepara para atender as necessidades, mas podem ocorrer conflitos e sua interpretação ser desviada ou mal compreendida, reagindo conforme interpretou (SILVEIRA, 2007).

Os mecanismos de defesa, ou seja, as resistências, podem levar não apenas o casal, mas todo ser em relação a agir e reagir de forma a evitar o contato pleno. Quando ocorre uma interrupção no contato, o indivíduo tende a rejeitar ou fugir. Dessa forma, as mudanças não ocorrem e o meio não pode ser alterado sem que o indivíduo faça parte dessa transformação, sem que esteja consciente disso. Quando os mecanismos de defesa se tornam dominantes na relação, os conflitos podem ocorrer. Na busca para resolvê-los, o indivíduo tende a se afastar, se excluir e até mesmo romper a relação. Assim, a maneira como percebem e compreendem tais mecanismos de defesa afeta a forma de contato deste indivíduo com o meio e com o outro.

No entanto, independente de como a família se organiza e se mantém, entende-se que ela é a principal responsável pela formação da personalidade e da construção do eu. O contato é a ferramenta principal, a mais importante deste encontro, pois em uma relação, a forma como estabelecem o contato influenciará novas percepções e novos comportamentos que poderão estar presentes na nova configuração familiar.

Neste sentido, a forma como a família interage com seus membros reflete em toda maneira como o indivíduo vai se comportar em sociedade e em grupos de pares, principalmente na relação conjugal. Os casais tendem a repetir comportamentos vivenciados pelos pais, irmãos e cuidadores mais próximos, promovendo, por vezes, a transmissão dos hábitos da família de origem (QUERINO, 2006).

Em algumas relações, nesse momento pode haver conflitos, pois cada um dos cônjuges traz consigo traços da relação com a família de origem e características diferentes de personalidade. Quando estão casados, precisam ser flexíveis ao lidar com o outro, o que nem sempre acontece. Alguns casais utilizam dos mecanismos internos de criatividade e conseguem lidar com as situações adversas, outros, no entanto, aprendem com as experiências que vivenciam na relação a dois (BERNARDO, 2014).

O casal, em busca pelo contato pleno, pode se ajustar criativamente, trazendo saúde para a relação. O diálogo aberto e sincero, a comunicação de forma clara, o apoio mútuo, o conforto nas dificuldades, o humor, as opiniões de cada um, os acordos, os momentos de carinho, as críticas construtivas, a experiência da vivência das ambivalências, dos conflitos, são sinais de maturidade e resultado de uma vida a dois, proporcionados pelo estabelecimento de contato.

## AMBIENTE SOCIAL

A configuração familiar, a relação conjugal e as novas configurações familiares estão sendo redesenhadas e reorganizadas à medida que se relacionam com os diversos ambientes sociais, no qual se constitui e é constituída. Compreende-se que as relações familiares são de extrema importância para a formação do indivíduo.

Aprende-se com a família e transmite-se o aprendizado por meio da construção de uma nova família, por meio das percepções organizadas e influenciadas pelo meio social. Os aspectos histórico-sociais são fatores significativos não apenas nas relações familiares, advindas da dinâmica conjugal, e são geralmente perpassados pela constituição do vínculo. No mundo contemporâneo, as relações familiares e suas mudanças se dão a partir do ambiente de sociabilidade das famílias. A base do laço conjugal advém das heranças sócio-históricas vividas pelo grupo em que o indivíduo está inserido, com o legado familiar recebido, sejam quais forem as configurações familiares.

Muitas mudanças nas relações familiares ocorreram no mundo moderno. O relacionamento conjugal também se modificou juntamente com a modernidade. As relações conjugais se veem em conflito, visto que o mundo preza a felicidade no relacionamento. Porém, as pessoas estão cada vez mais em busca de relações que as satisfaçam individualmente. Quando essa satisfação não ocorre, o rompimento da relação, nesse caso o divórcio, é um passo encontrado para o alcance desse objetivo, uma nova relação e feliz. Os papéis dentro do relacionamento mudam à medida que novas configurações se formam e a influência dessa dinâmica é interferida pelo meio social em que o casal está inserido.

A introjeção na Gestalt-terapia se dá quando os indivíduos assumem padrões do meio sem uma crítica, ou seja, não há uma troca de experiência, apenas tomam para si características do meio. Esses padrões podem ser modos de agir, de pensar, modos de falar, andar, vestir,

se relacionar, de sofrer, de sorrir. Observa-se que o mecanismo de introjeção pode estar presente nos relacionamentos, e, por vezes, não é percebido pelos indivíduos. Eles acreditam que as interferências vêm do meio, ou até mesmo do outro, do (a) parceiro (a) (HANSEN, 2010).

Constata-se desde a antiguidade a forte influência cultural presente no casamento, o que permite dizer que as mudanças do meio modificam as relações de contato, visto que o mundo moderno traz peculiaridades que não eram vivenciadas em tempos remotos. Para os casais, atualmente, há a escolha de ter filhos ou não, ou para os que não desejam assim assumir um relacionamento, é possível a presença de um filho sem todos os compromissos e obrigações envolvidas no matrimônio. Essas são mudanças decorrentes da contemporaneidade que permite aos indivíduos vivenciar novas constituições, novos olhares diante da família.

Tais mudanças podem trazer aspectos positivos e também negativos para o relacionamento, pois se aumenta a possibilidade de escolha e, a partir disso, pode-se aumentar o índice de separações e sofrimento emocional, assim como as mudanças podem contribuir para unir os indivíduos.

A Gestalt-terapia entende que a família é a base ou alicerce das relações interpessoais e da construção do indivíduo, pois os primeiros contatos interpessoais com o outro são realizados nesse grupo social. Entende que precisamos nos relacionar para nos constituirmos, para crescermos e nos tornarmos pessoas. O meio no qual o indivíduo está inserido se apresenta como aspecto importante para as suas escolhas. A família, nesse caso, carrega consigo os valores e crenças que julgam importantes para eles e, de certa forma, transmite aos seus membros. A cultura, que foi adquirido no processo de vida das pessoas dessa família, serve de base para seus membros e influenciará a escolha do cônjuge, a forma como se comporta no relacionamento conjugal e a forma como vai criar seus filhos.

Embora conceitos e papéis no contexto familiar e conjugal tenham sido modificados, compreende-se que a família vem se redescobrando e se transformando frente à contemporaneidade. O espaço social e a família estão a todos os momentos entrelaçados e o meio e o indivíduo são parceiros dentro de uma relação de transformação (CARMO, 2007).

A relação conjugal aparece ainda como idealizada, sonhada, esperada, embora se observe que isso não seja mais o foco principal na vida do indivíduo. A atualidade possibilitou a realização do sexo separado do compromisso de um casamento, de responsabilidades maiores e de padrões e de papéis tradicionais, que se entrelaçam com as mudanças de valores e comportamentos da atualidade. O uso da tecnologia, que ao invés de aproximar as pessoas parece estar afastando, tem contribuído para relações frias e distantes, outra influência do contexto social moderno. O relacionamento hoje se constrói com a presença da individualidade fortemente internalizada e a privacidade valorizada. No entanto, não desapareceu a procura por um parceiro, visto que independente da cultura e tempo os indivíduos estão sempre à procura de contato.

Em algumas relações é possível observar alguns comportamentos adquiridos na família de origem, considerados pelo companheiro (a), não adequados à relação do casal. Porém,

quando em contato, os casais buscam minimizar os efeitos negativos na relação, evitando, assim, um rompimento.

Ao perceber dificuldades, as famílias tendem a buscar resolvê-las muitas vezes de forma superficial, sem levar em conta as necessidades individuais e percepção de cada membro da família. Porém, tratando-se de relações, o indivíduo afeta o todo e é afetado por ele. Ou seja, qualquer comportamento de um indivíduo afetará não apenas ele, mas todos envolvidos na relação, proporcionando dificuldades ou não em resolver os conflitos instalados.

Os efeitos da modernidade na relação podem influenciar a forma como os conflitos são percebidos e, por vezes, é possível observar que os indivíduos buscam se ocupar em outras tarefas cotidianas para evitar o contato com as questões não resolvidas. Isso tem o objetivo de fugir ou se abster de sua responsabilidade, já que faz parte e tem influência na relação. O contato ocorre de forma superficial e prejudicada, não transformando nem mesmo favorecendo mudanças na percepção dos membros desta família (CARMO, 2007; LINO, 2009).

O ser humano não vive um contato íntimo com sua sociedade sem que seja tragado por ela. Falar sobre famílias é antes de tudo falar sobre pessoas, indivíduos, mas que fazem parte de um todo, que influenciam e são influenciados por esse todo. Não se pode separar o indivíduo do meio, das relações estabelecidas por ele, para compreender os aspectos que o envolvem. Entender os fatores que contribuem para sua formação, suas escolhas, seus conflitos e sua percepção ajuda a produzir relações favoráveis ao crescimento humano. Compreende-se que por se tratar de um ser em constante movimento, as relações e até mesmo sua percepção podem mudar, afetando o todo que está inserido, bem como suas relações.

A família é uma instituição importante para a formação do indivíduo e do mundo, podendo estar presente na nova configuração familiar por meio da transmissão de conhecimentos organizados na família de origem de seus membros. Compreende-se que o relacionamento conjugal se transforma à medida que há interação, contato com o ambiente, com o meio ao qual a família está inserida e em relação a forma de estabelecimento de contato de seus membros (CARMO, 2007; SOUZA, 2009).

O contato do indivíduo com o meio e com a família contribui para a sua formação como ser integrante de uma relação. Por meio do contato, as transformações necessárias para o seu crescimento e do grupo acontecem. As relações que se estabelecem não apenas no seio familiar, mas em todo o contexto que se vive, contribuem para as escolhas, as vivências e experiências, seja qual for a idade, crença, grupo ou lugar que se esteja. A família tem sido a fonte de contato do indivíduo com todo o meio no qual se relaciona, contribuindo para a construção de outras relações e influenciando suas perspectivas a respeito do outro e do meio.

## **CONCLUSÃO**

A relação entre a configuração familiar, relacionamento conjugal e a nova configuração familiar estabelecida pelos membros da família de origem é mediada pela forma de contato estabelecida e ambiente social. Os primeiros contatos interpessoais com o outro são

realizados no grupo familiar, pois é preciso se relacionar para se constituir e crescermos. As mudanças advindas da cultura e da sociedade têm proporcionado transformações na organização e no convívio entre os seres humanos, fontes de interferências nas relações estabelecidas.

Compreendemos a importância da interação e contato para a construção de vínculo dentro das relações sociais e afetivas, destacando que indivíduos trabalham em parceria com o meio, cada um vivenciado de forma singular, afetando e sendo afetados pelo modo de falar, de sentir, de ouvir a partir das experiências presentes e percebidas.

O ser humano busca o equilíbrio constantemente, embora às vezes não perceba, ou tenha consciência, mas é um processo natural. Isso também ocorre nas relações familiares, busque o equilíbrio tanto individual quanto relacional, e o contato é a ferramenta que proporciona a tomada de consciência de cada indivíduo em particular para que o equilíbrio seja alcançado e as necessidades atendidas, sejam elas fisiológicas ou psicológicas.

Portanto, compreendemos que a família e o relacionamento conjugal são relações afetadas e transformadas pelo meio em que fazem parte, logo as transformações do meio e a forma que os indivíduos percebem esse meio, ou seja, interagem com ele e estabelecem contato, possibilitam oportunidades de mudanças na configuração e estruturação da família. Na atualidade, as mudanças ocorrem de modo rápido e a cada informação transmitida pela mídia, percebe-se sua influência sobre os indivíduos e sociedade.

Esse trabalho delineou alguns aspectos observados na formação de relacionamentos familiares, mas são necessárias mais pesquisas para ampliar a compreensão dos diversos fenômenos que envolvem a existência humana e suas faces. Visto que o ser humano vive em constante transformação e desenvolvimento.

## REFERENCIAS

BERNARDO, J. G. **Um olhar gestáltico acerca da auto-regulação familiar**, Revista PPOL, Psicopedagogia Online, 2014. Disponível em: [http://www.psicopedagogia.com.br/new1\\_artigo.asp?entrID=1751#.WBfDQ9IrLIU](http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1751#.WBfDQ9IrLIU). Acesso em: 01 nov. 2016.

CARMO, M. **Configurações familiares: um novo paradigma**. Rev. Abordagem Gestalt., v. 13, n. 2, p. 260-262, 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672007000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000200011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 11 mar. 2016.

DANTAS, M. F. **A Gestalt-Terapia diante do amor nas relações afetivas heterossexuais**. Revista IGT na Rede, v. 8, n. 14, 2011. Disponível em: <HTTP://www.igt.psc.br/ojs/>. Acesso em: 12 abril, 2016.

GIL, A. C., **Como elaborar Projeto de Pesquisa**, 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002 S.P.

HANSEN, I. D., **As relações amorosas à luz dos mecanismos neuróticos**. Revista IGT, v. 7, n. 12, 2010, pp. 81-116. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs>. Acesso em: 13 set. 2016.

LINO, M. V., **A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares**. IGT na Rede, 6(10) 2009. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=240&layout=html>, acesso em 23 agost. 2016.

MELO, G.P. et al. Gestalt-Terapia: **A definição de contato e a relação conjugal**. Psicologado, 2012. Disponível em: <https://psicologado.com/abordagens/humanismo/gestalt-terapia-a-definicao-de-contato-e-a-relacao-conjugal>. Acesso em: 17 mar. 2016.

PERLS, F. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

PINTO, B. C. V. **O ciúme nas relações amorosas contemporâneas: um olhar gestáltico**. Revista IGT na Rede, v. 10, n. 19, 2013, 239-249. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs>. Acesso em: 17 mar. 2016.

POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt-terapia Integrada**. São Paulo: Summus, 2001.

QUERINO, D. **A família de origem como influência nas manifestações de contato dos filhos dentro de suas relações conjugais**. Monografia (Especialista em Gestalt-terapia) - Instituto Gestalten. Tubarão, 2006. Disponível em: <http://www.comunidadegestaltica.com.br/monografias/familia-de-origem-como-influencia-nas-manifestacoes-de-contato-dos-filhos-dentro-de-suas>. Acesso em: 17 mar. 2016.

RIBEIRO, J. P. **O ciclo do contato: temas básicos na abordagem gestáltica**. 4ª edição. São Paulo: Summus, 2007.

SILVEIRA, T. M. **O papel da criatividade nas relações conjugais: os limites do “eu” e os limites do “nós”**. Revista IGT na Rede, v. 4, n. 7, 2007, pp.199-207. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs/include/getdoc.php?id=1021&article=165&mode=pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

SOUZA, A. M. D. R. **Perspectiva social e projetiva das representações gráficas da família em crianças paraenses**. Rev. NUFEN, v. 1, n. 1, pp. 120-139, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912009000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912009000100009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 set. 2016.

## TRÍPLICE MAQUÍNICA: UMA PERSPECTIVA GUATTARIANA SOBRE A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NA PÓS-MODERNIDADE NO GÊNERO DE FICÇÃO CIENTÍFICA DO CINEMA HOLLYWOODIANO

Jean Michel de Sousa<sup>1</sup>, Patricia Guidoni<sup>1</sup>, Tatyana Léllis<sup>2</sup>

1. Acadêmico de Psicologia na Faculdade Brasileira – Multivix – Vitória.

2. Advogada e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo.

### RESUMO

Partindo da concepção de subjetividade na obra de Felix Guattari, onde o sujeito é atravessado por uma variedade de forças que modelizam sua relação com o mundo, este artigo pretende destacar a construção dos modos de existir em nosso contexto histórico, um período caracterizado como pós-modernidade, que Jean-François Lyotard relaciona com a queda das grandes narrativas legitimadoras, permitindo a novas forças constituir a relação do homem com o meio, grande parte por conta da sociedade de consumo que passa a vigorar como grande produtora de subjetividade. Neste âmbito, o cinema hollywoodiano é compreendido enquanto uma ferramenta de perpetuação de modos de ser que vigoram na lógica do capital em larga escala. Para tanto, foram selecionadas três obras hollywoodianas, o gênero escolhido foi a ficção científica, precisamente pelos questionamentos que o tema oferece quanto a constituição de “humano” em oposição à modernidade, a saber: *Blade Runner: O Caçador de Andróides* (1982), *Matrix* (1999), *Ex Machina: Instinto Artificial* (2015). Com isto, tenciona-se contextualiza-las à luz da pós-modernidade, a partir dos autores Jean-François Lyotard e Zygmunt Bauman, e, por conseguinte, abarcar as possibilidades de novos modos de existir no seio de uma produção de subjetividade tida como homogeneizante, utilizando o conceito de uma tríplice máquina para elucidar os processos de subjetivação, consequenciando possíveis novos processos de singularização.

**Palavras-chave:** Subjetividade; Pós-modernidade; Cinema; Máquina.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende abordar o conceito de subjetividade a partir da definição de Félix Guattari (1930 - 1992), atravessando autores brasileiros como Peter Pál Pelbart, Suely Rolnik e Leila Machado no cenário da pós-modernidade, respaldada em uma série de movimentos sócio-político-culturais, que promoveram uma discussão a respeito da legitimidade das metanarrativas, alicerçada na acepção de Jean-François Lyotard (1924 – 1998) abordada durante seu livro “O pós-moderno” e as problemáticas inseridas sob esta leitura. Essas concepções foram vinculadas ao material de campo presente em três obras cinematográficas hollywoodianas do gênero de ficção científica: *Blade Runner: O Caçador de Andróides* (1982), *Matrix* (1999), *Ex Machina: Instinto Artificial* (2015), embasando novos questionamentos acerca da produção de subjetividade por meio do cinema de massa.

Abrem-se os discursos a respeito do conceito de subjetividade, destacando seu caráter plural e aberto a forças que lhe atribuem sentido, que perpassam o sujeito e vem a definir e modular sua relação com o mundo de forma processual. Na concepção de Guattari (1992), a subjetividade não decorreria de um produto essencialista e intrínseco ao âmbito psíquico, mas da interação do indivíduo com o ambiente e da variedade de intensidade com que essas relações se fazem presente, ou seja, para Guattari a subjetividade é uma produção heterogenética e polifônica, entendida, portanto, enquanto processo e produção (SOUZA, 2014). Emergiria do “fora” para dar sentido o que se constitui dentro, produzindo novas

maneiras de existir. O ambiente mencionado são os sistemas vigentes em cada época, no caso o sistema capitalista seria o detentor dessa produção externa, dando sentido ao que se chama de subjetividade capitalística.

Ao se compreender a lógica da subjetividade capitalística, termo cunhado por Guattari (2005), para se referir aos agenciamentos<sup>6</sup> de poder presentes na contemporaneidade, nos referimos ao período da pós-modernidade, termo referenciado por Lyotard, para dar vazão a um período vivenciado a partir da década de 1960 de movimentos sócio-históricos-culturais, resultante da falta descrença nos meta-relatos (LYOTARD, 1989). Esses outrora norteadores dos modos de existir do homem, o surgimento desse período, fornece precedentes para um remodelamento dentro dos métodos de produção de subjetividade por meio das tecnologias de informação, instrumento representante do novo critério legítimo de saber: o de “operatividade”.<sup>7</sup> Levando em conta a amplitude que o cinema hollywoodiano possui, observa-se o cinema enquanto capaz de viabilizar o processo de outros modos de ser, de sensibilidades e percepções, de produtor de subjetividades, mas, indo para além, ele é capaz de viabilizar processos de singularização, tanto da própria arte como dos indivíduos (CARVALHO, 2014).

A fim de contemplar o tema proposto, realizou-se uma ampla busca de materiais, dentre eles livros, artigos e teses acadêmicas. Após cuidadosa análise do material prévio, afinou-se o escopo, optando-se por aqueles que melhor dialogam com os descritores apontados como palavras-chave, a saber: Subjetividade, Pós-modernidade, Cinema e Máquina. Para tanto, foram utilizados 27 (vinte e sete) materiais, sendo desses, 10 (dez) livros, 14 (quatorze) artigos e para tese foram utilizadas 03 (três). Para o campo, foram selecionadas 03 (três) obras cinematográficas, as quais foram recolhidos dados que, utilizados conjuntamente com a revisão dos materiais descritos, promoveram a discussão deste presente artigo.

A análise do campo se baseia na metodologia difundida por Marc Ferro (1924), onde se compreende uma análise qualitativa por meio dos filmes propostos. Ferro compreende, como menciona Navarrete (2008), “por trás da construção de um filme existe 'uma zona de realidade não-visível'; que por trás do conteúdo aparente existe um conteúdo latente, o qual pode revelar algo sobre uma dada realidade”. Explicita ainda que por meio das “interferências entre cinema e história, como, a confluência entre a história que se faz e a história compreendida como relação de nosso tempo, como explicação do devir das sociedades [...]” (FERRO, 1992). Atravessando a lógica de Ferro em explorar o cinema enquanto fonte de pesquisa, as obras aqui apresentadas garantem referência necessária à construção teórica do tema proposto.

Os filmes utilizados como campo atravessam um período de 33 anos e são permeados por uma intertextualidade, característica do gênero de ficção científica (SOUTO, 2014), que reaproveita conceitos e acabam se estabelecendo no imaginário cultural, permitindo reflexões quanto ao contexto atravessado em todas as obras, estas por sua vez: *Blade Runner: O Caçador de Androides* (1982), *Matrix* (1999) e *Ex Machina: Instinto Artificial* (2015).

<sup>6</sup> Agenciamento refere à “noção mais ampla do que as de estrutura, sistema, forma, processo, montagem etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto da ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária.”. (GUATTARI, ROLNIK, 2005, p. 381)

<sup>7</sup> O critério de operatividade para Lyotard “é tecnológico, ele não é pertinente para se julgar o verdadeiro e o justo” (LYOTARD, 2000, p. xvii).

*Blade Runner*: O Caçador de Andróides é uma obra fílmica de 1982, escrita pelo diretor Ridley Scott adaptado de um livro de Philip K. Dick, nomeado *Do Andróides Dream of Electric Sheep?* de 1968. A trama acompanha o policial Rick Deckard (Harrison Ford) em uma Los Angeles distópica, enquanto se depara numa perseguição a humanoides artificiais, que por sua vez estão em sua própria jornada reformulando o sentido de sua existência. A trama perpassa por temas como a influência das grandes corporações, impacto ambiental e utilização da tecnologia, mas principalmente no que cerne a definição de humanidade e sua função em existir, influenciando grande parte das obras de ficção científica que a sucederam.

A obra *Matrix* surge em 1999 com a aproximação da virada do milênio e a massificação da mídia da informática, sob direção das irmãs Lily e Lana Wachowski, abordando questões filosóficas e existenciais, vinculadas a um ambiente virtual. O enredo acompanha Neo (Keanu Reeves), programador/hacker em busca da realidade sob o ambiente vivenciado, revelando a existência de um plano de proporções globais para manter humanos inertes a uma simulação virtual, enquanto são utilizados como energia. A multiplicidade de filosofias e religiões abarcadas pela obra demonstra o caráter pós-moderno em sua própria concepção, sendo que até mesmo o filósofo Jean Baudrillard é referenciado com seu “Simulacro e Simulação” durante o filme, prenunciando o tema ligado ao questionamento da realidade, tema central da obra literária.

A produção fílmica mais recente é *Ex Machina*: Instinto Artificial de 2015, do diretor estreante Alex Garland, se aprofundando na força que a mídias sociais e os aparatos tecnológicos possuem no contexto atual. Na trama, Caleb (Domhall Gleeson), um jovem programador convidado para acompanhar uma tecnologia em fase de teste pelo fundador de sua empresa (Oscar Isaac). O teste acaba por se revelar uma validação quanto a um protótipo de andróide possuir inteligência artificial ou não, porém, acaba ruminando em um jogo de influência psicológica entre todos os envolvidos. Reavivando o questionamento quanto à caracterização de humano, *Ex Machina* impõe a realidade de um mundo mediado por tecnologia, regulamentando atividades e o quanto se utiliza a mesma no papel de dominantes.

Tais obras visam elucidar a presença de discursos inerentes à pós-modernidade, mencionada por Bauman (2001) como “modernidade líquida”. Seu conceito de fluidez e desvinculo social enquanto advindos da queda das grandes narrativas de modernidade ao qual Lyotard (1989) se refere, atrela o surgimento desse movimento à transição da sociedade capitalista de produção para a sociedade capitalista de consumo. Neste contexto, onde as mídias, como o cinema, se tornam ferramentas agenciadoras de larga escala, aponta-se justamente pela presença de discursos nessas obras que vão de encontro à lógica homogeneizante do capital, porém, expandindo seu caráter de múltiplas intensidades e afetações, permitindo, então, espaço para novas formas de existir, menos sujeitadas e mais autônomas. A fim de destrincharmos este cenário, propomos a concepção de uma tríplice maquínica e suas possibilidades de engendrar este conjunto de forças de resistência.

## **A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE**

Dissertar sobre subjetividade entrava um desafio, implica sobretudo em deparar-se com um conceito sem forma específica, sem contornos, por tratar de uma matéria-prima tão impalpável quanto incontornável. Derivado da noção de sujeito, o termo subjetividade inclui pluralidade

dado seu caráter constitutivo, estando aberto às forças que lhe forem dando sentido, capazes inclusive de subverter sua definição de origem. Tais forças são produtoras do que atravessa e institui o sujeito: desejos, vontades e emoções, exprimindo a forma de ser e de sentir o mundo através das percepções e pensamentos. Trata-se da relação do homem com o mundo e consigo mesmo (PELBART, 2000).

Essa relação do homem consigo e com o mundo coloca-se permeada por sua interação com o mesmo, e o ambiente o qual está inserido. A partir dos estudos de Félix Guattari (1930-1992), é possível dizer que “os aspectos etológicos da subjetividade humana referem-se à acomodação desta ao meio ambiente” (SOUZA, 2008). Tal “acomodação diz respeito às múltiplas e heterogenéticas influências da produção de subjetividade”, como as mídias, as máquinas tecnológicas, o meio ambiente natural, a economia e a política capitalísticas<sup>8</sup>, a relação com o outro, o meio social, os Universos incorporais – que são da ordem estética e das artes, dentre outros (SOUZA, 2008).

Sobre a teoria de Guattari e as nuances que contribuem para o conceito de subjetividade, há dois aspectos especialmente enriquecedores,

1) um mais geral, que seria a ênfase da participação ambiental e social mesmo nos primeiros meses de vida, que vem a reforçar a ideia de que a subjetividade é sempre produzida a partir do contato com o ambiente, ou seja, não há uma noção de interioridade psíquica, ou estruturas psíquicas interiores; 2) um mais específico, que se refere a substituição da ideia de fases hierárquicas do processo de subjetivação, por níveis que se manterão ativos por toda a vida, fato este que reforça o caráter de constante produção polifônica da subjetividade (SOUZA, 2008).

Guattari amplia essa noção em acordo com uma postura aberta às modificações da sociedade no capitalismo pós-industrial e baseado numa fundamentação não idealista ou essencialista da subjetividade, ou seja, não reduzindo a subjetividade ao âmbito psíquico subjetivo (SOUZA, 2008),

Ao que concerne as condições de produção evocadas nesse esboço de redefinição [do conceito de subjetividade] implicam, então conjuntamente, instâncias humanas intersubjetivas manifestadas pela linguagem e instâncias sugestivas ou identificatórias concernentes à etologia, interações institucionais de diferentes naturezas, dispositivos maquínicos, tais como aqueles que recorrem ao trabalho do computador, Universos de referenciais incorporais, tais como aqueles relativos à música e às artes plásticas... Essa parte não humana pré-pessoal da subjetividade é essencial, já que é a partir dela que pode se desenvolver sua heterogênesse. Deleuze e Foucault foram condenados pelo fato de enfatizarem uma parte não-humana da subjetividade, como se assumissem posições anti-humanistas! A questão não é essa, mas a da apreensão da existência de máquinas de subjetivação que não trabalhem apenas no seio de 'faculdades da alma', de relações interpessoais ou nos complexos intrafamiliares. A subjetividade não é fabricada apenas através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos 'matemas do inconsciente', mas também nas grandes máquinas sociais, mass-mediáticas, linguísticas, que não podem ser qualificadas de humanas (GUATTARI, 1992b, p.20).

<sup>8</sup> “Guattari acrescenta o sufixo ‘ístico’ e ‘capitalista’ por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do assim chamado ‘Terceiro Mundo’ ou do capitalismo ‘periférico’, assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guattari, funcionariam com uma mesma política do desejo no campo social, em outras palavras, com um mesmo modo de produção da subjetividade e da relação com o outro...” (GUATTARI E ROLNIK, 2005, p.413).

É possível compreender, portanto, que as subjetividades emergem fora do indivíduo, mas são revestidas pelo mesmo, constituindo modos de vida, e então reproduzidas em instâncias individualizadas. Seriam as “Dobras do Fora”, termo cunhado por Gilles Deleuze (1925-1995), que vê “a subjetividade como uma ondulação do campo, como um encurvamento desacelerado, como uma dobra de forças do “Fora”, invaginação através da qual se cria um interior” (PELBART, 2000, p.16).

O “Fora” se constituiria por um campo onde brotam as forças na sua velocidade infinita, marcando nele movimentos incessantes e constituindo-se em forças de instrumentos, de expressão diversas, de forma a criar e recriar modos de existir. O “Fora” produz sentido para o que se chama de desejo, ele tece o “dentro”, tece contornos variados, constituindo uma multiplicidade de formas de existir e relacionar-se com o mundo. Tal lógica é marcada por cada época histórica a que está inserida. São expressões desses momentos históricos em que se vive do sistema capitalista, por exemplo, pela cultura, pela economia, que produzem e sustentam essa lógica (PELBART, 2000).

De acordo com Guattari e Rolnik (2005), o ininterrupto processo social que veicula componentes de subjetivação são apropriados de modo individual, compreendendo-se, portanto, que as subjetividades nascem fora do indivíduo, mas por serem incorporadas e constituírem modos de vida, continuam sendo reproduzidas em instâncias individualizadas, garantindo um caráter transversal ao qual emerge a subjetividade (CARVALHO, 2014).

Mesmo existindo a pretensão de afirmar uma individualidade, as produções do humano são possíveis dentro de uma multiplicidade que o habita (CARVALHO, 2014). A partir dessa ideia, Guattari e Rolnik expõem esse modo de produção do indivíduo em que há sempre a pretensão do ego se afirmar numa continuidade e num poder. Por outro lado, a produção da fala, das imagens, da sensibilidade, a produção do desejo não se cola absolutamente a essa representação do indivíduo. Essa produção é adjacente a uma multiplicidade de agenciamentos sociais, a uma multiplicidade de processos de produção maquínica, a mutações de universos de valor e de universos de história (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 40).

A própria necessidade de acreditarmos que temos coisas que nos são particulares e que nos diferenciam do resto do mundo é uma produção própria do momento em que vivemos hoje. Nós somos atravessados por toda uma complexa teia de aspectos desejantes, políticos, econômicos, científicos, tecnológicos, familiares, culturais, afetivos, televisivos... (MACHADO, 1999).

Essa teia de aspectos desejantes, como coloca Machado (1999), emerge do mundo ocidental, capitalístico em que vivemos, tecida por mecanismos agenciadores de poder, por essa multiplicidade de produções maquínicas. Por produções maquínicas, Guattari (2005) explicita, “[...] toda essa revolução informática, telemática, dos robôs, etc.”, ou seja, tanto as máquinas tecnológicas, mas como máquinas invisíveis que são as relações sociais, os sistemas de modelização da subjetividade, produções estéticas, políticas, psicológicas, etc. (CARVALHO, 2014).

Nesse meio “o indivíduo, [...], está na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.43). A multiplicidade de formas e entrelaçamentos que constituem a subjetividade contemporânea e que são chaves para a crítica a ser produzida neste trabalho, englobam conceitos da queda dos grandes relatos da

modernidade, os chamados metarrelatos ou metanarrativas. Para elucidar o que tem se falado dessa sociedade contemporânea,

Na sociedade e na cultura contemporânea, sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna, a questão da legitimação do saber coloca-se em outros termos. O grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato da emancipação, pois eles sofrem um processo de deslegitimação (LYOTARD, 1993, p. 69).

Esse processo de deslegitimação, como citado por Jean-François Lyotard (1924-1998), trata-se dos resultantes desencantos do progresso da era moderna. Conforme afirmado pelo autor, a pós-modernidade é caracterizada pela perda de legitimidade nos metarrelatos, que podem ser definidos enquanto narrativas utilizadas para modular o mundo em verdades absolutas. Se, na modernidade, a ciência bastava para definir os ideais da verdade, na pós-modernidade, a linguagem é o saber, legitimando-se na tentativa de lidar com as novas exigências e variáveis sociais, o jogo de linguagens é alterado a fim de tentar comensurar o todo. A luz dos critérios científicos que possam validar a lógica do melhor desempenho emerge o critério da operatividade, ocorrendo por meio do desenvolvimento de mercadorias e tecnologias de informação (LYOTARD, 1993).

Ao ressaltar o saber da pós-modernidade, como atravessado por tecnologias de informação, que por meio de forças massivas produzem no homem um modo de ser, os dispositivos de poder penetram todas as esferas da existência e as detém inteiramente, pondo-as para trabalhar, o poder “tomou de assalto a vida”. Tudo que perpassa a existência humana, desde aspectos biológicos, sociais e psíquicos, como coloca Pelbart (2008) os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade, foi violado, invadido, colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes, quer se evoque as ciências, o capital, o Estado, a mídia. Estamos falando de perspectivas dominantes, de cultura de massa, de comunicação de massa (PELBART, 2008).

A cultura de massa, como aborda Guattari (2013), é uma cultura mercadoria; são todos os bens: todos os equipamentos e os produtores. Produz então uma subjetividade de natureza industrial, maquinica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida. A máquina de produção de subjetividade no sistema capitalístico é industrial, massiva, e se dá em escala internacional. Por meio dessa perspectiva dominante, injetam-se representações como parte do processo de produção subjetiva. Nesse contexto, onde as multiplicidades de mecanismos passam a constituir a sociedade contemporânea, questionam-se os processos instituidores que tomam de assalto este cenário.

Guattari (2005) compreende esses processos de produção de subjetividade como uma linha de montagem intencional da lógica do próprio sistema. Ou seja, o capitalismo pós-industrial caracteriza-se por uma atenção especial dada ao domínio do campo do desejo, e não mais apenas uma preocupação com a produção de mercadorias e o domínio macro político-econômica.

O capitalismo pós-industrial que de minha parte, prefiro qualificar como *Capitalismo Mundial Integrado* (CMI) tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade e as sondagens etc. (GUATTARI, 2006, p 30-31).

Isso implica dizer que a produção de subjetividade se apresenta “como uma linha de montagem”. Há uma atitude inerente a esse novo modelo de capitalismo, a tentativa de controle e participação ativa na produção de subjetividades, para que estas respondam aos seus interesses. O capitalismo pós-industrial se caracteriza por uma intensa fragmentação no campo político, social, econômico, identitário, psíquico, dentre outros. É uma fase “esquizo” do capitalismo, onde tudo está fendido, espalhado, descentralizado. Até a mercadoria, que nos é lançada ferozmente por meio da mercadologia, está longe de sua materialidade concreta, já que “a mercadoria se transformou em marca, grife, em desejo ou sonho, se sutilizou... e não é mais a demanda pelo corpo, pela necessidade pragmática, mas por uma economia estético-volitiva” (CARVALHO, 2014).

Nesse contexto, compreende-se o cinema enquanto máquina, produtora de múltiplos significados e intensidade como nos diz Carvalho através de Guattari:

Ainda na década de 1970, porém saindo do viés psicanalítico, Félix Guattari nos fala sobre um cinema que pretende e produz um imaginário social, como um meio de subjetivação, onde uma multiplicidade de intensidades, movimentações se apresentam na tela, mas que tendem a escapar de um esquadramento de significantes para se conectarem só em um segundo momento, cristalizando um enredo, personagens e estereótipos comportamentais. Nessa lógica, onde inúmeras imagens, mas não só imagens são captadas pelos espectadores, não se poderia dizer que o entretenimento se finda por si só, mas que no cinema as intensidades são produzidas e incorporadas na subjetividade por aqueles que assistem ao filme (CARVALHO, 2014).

Atualmente, o cinema é umas das grandes máquinas produtoras capaz de contribuir para os modos de percepção sobre o mundo. Ele produz um imaginário social como um meio de subjetivação, onde uma multiplicidade de intensidades e movimentações se apresentam em seu ambiente. O cinema não se trata somente da imagem automática, é um correlato da imagem automática e da imagem do pensamento, ou seja, é a correlação da imagem automática e do autômato espiritual que lhe corresponde, sendo facilitador do processo de singularização tanto da arte cinematográfica como dos indivíduos (CARVALHO, 2014).

## **BREVE HISTÓRICO SOBRE O CINEMA HOLLYWOODIANO**

Como já mencionado, Felix Guattari aponta o cinema como uma máquina capaz de proporcionar a seu espectador uma multiplicidade de intensidades e significados, promovendo assim uma heterogeneidade de ideias, pensamentos, percepções de variadas questões acerca do mundo em que se vive mais afundo, da forma como se vive e se percebe o mundo e produzindo, portanto, subjetividades.

Desde o seu surgimento ao final do século XIX, o conteúdo cinematográfico tem sido debatido em meios aos historiadores quanto a validade do conteúdo como material de pesquisa histórico. Talvez o nome mais proeminente no seio dessa discussão seja o do francês Marc Ferro, indicado como um dos responsáveis pela elevação do material cinematográfico a um “objeto de pesquisa”. Para Ferro, os documentos provindos do cinema são únicos para a compreensão de um contexto histórico ao qual ele está inserido. Isso se torna possível, justamente, pois o filme escapa de qualquer forma de controle imposta sobre ele.

[o cinema] destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo se tinha

constituído diante da sociedade. A câmara revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira as máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seus "lapsus". É mais do que preciso para que, após a hora do desprezo venha a da desconfiança, a do temor [...]. A ideia de que um gesto poderia ser uma frase, esse olhar, um longo discurso é totalmente insuportável: significaria que a imagem, as imagens [...] constituem a matéria de uma outra história que não a História, uma contra-análise da sociedade (Ferro, 1992, p.202-203).

Compreender a autonomia presente nas obras cinematográficas em relação aos poderes imprimidos na sociedade o caracterizaria, segundo o autor, como um "contrapoder", sendo seu maior trunfo a possibilidade de exprimir novas ideologias, mesmo em regimes considerados autoritários. Seguindo o raciocínio de Nildo Viana (2013), não há instituição que permita total controle de cada nuance presente numa produção cinematográfica. O escopo abre espaço para leituras distintas de um mesmo objeto, não de forma danosa para a pesquisa, mas como um conflito complementar, que expõe uma nova lente resultada de tais comparações.

Dentro do campo cinematográfico, Hollywood desponta como maior produtor do mundo, reunindo um vasto arquivo documental desde seu surgimento no início do século XX. Esse material, em larga escala, pode ser de grande valor para os historiadores interessados em compreender o contexto atravessado pela sociedade ocidental e as estruturas das relações presentes nela. Além do valor documental, Hollywood também agrega valor à sua posição de maior produtor mundial de cinema. Esse valor, compreendido também como capital, o torna uma das produções de mídia de massa mais lucrativas, por meio da produção de subjetividade capitalística.

Para compreender o espaço angariado por Hollywood como égide do cinema global, é necessário observar mais de um século de reformulações ocorridas dentro desse polo industrial, afim de manter sua hegemonia. Após a primeira década de sua lendária aparição sob o nome dos irmãos Lumière na França, em 1895, o cinema expandia suas fronteiras iniciais. Se a princípio era encarado de forma rígida como um registro, a partir do momento que a narrativa ficcional é atrelada a ele, inicia-se um mercado para ser explorado (COSTA, 2006).

Na costa leste dos Estados Unidos, Thomas Edinson, notório empresário, financiador e dono das patentes de diversos equipamentos utilizados pela indústria cinematográfica da época, gerenciava de forma restrita a utilização dos recursos de filmagem. Portanto, qualquer um que ousasse se aventurar no mundo cinematográfico deveria se associar "Motion Picture Patent Company" (COSTA, 2006).

As demandas exigidas para inserção no mercado se provaram muito rígidas, e como última instância os concorrentes da "MPPC" resolveram se deslocar para Califórnia, onde a distância das leis de Edinson, a climatologia local que favorecia a filmagem aberta durante todo o ano (há de se lembrar que as câmeras iniciais não possuíam lentes de qualidade para ambientes fechados) e uma enorme porção de terras vendidas a valores irrisórios demonstrou-se uma mistura eficaz para vigorar o início de Hollywood.

A Primeira Grande Guerra trouxe consigo um forte brinde ao polo recém-iniciado na Califórnia. O principal rival no âmbito das produções, o polo cinematográfico europeu, sofreu um atraso

devido ao déficit com recursos estruturais advindos do pós-guerra, liberando um amplo espaço para Hollywood se erguer e ganhar distância como central do fluxo de produções.

Nas décadas subsequentes, o público se expandiu de forma assombrosa, tornando necessária a reformulação das salas de exibição. Nas cidades de maior destaque, eram encontrados até mesmo construções de luxo com o fim de abrigar milhares de pessoas durante a sessão, muito por conta da evolução na narrativa das histórias. Chaplin advém dessa era, levando milhares de americanos ao cinema, muitas vezes para observar uma paródia firmada nos alicerces da sociedade capitalista. O cinema passa adquirir então um caráter de catarse nos espectadores, chegando a anestésiar a sociedade mesmo enquanto momentos históricos complicados eram atravessados e reformulando-se frente a essas adversidades, como o caráter populista adotado nas produções que sucederam a “A Grande Depressão de 1929” (BOLLER; DAVIS, 1987). A indústria cinematográfica passa entender a força existente nesse ato. Ainda nesse período a cerimônia do Oscar é criada, a fim de premiar os destaques do próprio cinema americano.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o cinema americano se tornou oficialmente o produtor cinematográfico do ocidente. Os filmes visavam atingir não só o público americano, mas o globo por inteiro. Narrativas cada vez mais complexas expandiram o “American Way of Life” no mundo inteiro (GONÇALVES, 2008).

O surgimento da televisão trouxe um empecilho para Hollywood. Competir com esse novo mercado estava se mostrando difícil frente a oferta do acesso a imagens no conforto da própria casa e com um custo razoável. Foram necessárias reformulações nas estratégias de venda e alianças entre grandes meios de comunicação (incluindo canais de TV Aberta), essas últimas, possibilitadas pela expansão da globalização no pós-guerra, além de reestruturar a experiência de “ir ao cinema”, tornando o ato impossível de ser replicado, seja pela tecnologia que seria encontrada nas salas de cinema ou pela grande cartela de filmes disponibilizados simultaneamente dentro do mesmo estabelecimento (CÁDIMA, 1999).

As fusões e associações ocorridas em macroescala se tornaram fundamental para o trunfo final de Hollywood. O foco principal agora era a lotação da maior quantidade de salas no final de semana do lançamento do filme, portanto, as estratégias de marketing foram de base para a implementação desse sistema. Com grandes grupos corporativos que gerenciavam diversos setores da indústria midiática, se tornou fácil popularizar os novos lançamentos (MASCARELLO, 2006).

Fica clara a potência representada pelo cinema norte-americano, equivalente a própria influência política do país no mundo (porque não dizer também responsável pela divulgação e ampliação deste papel). A escolha desse mercado para utilização de amostras tem como motivo sua popularidade global, e em como as informações adquiridas desses documentos podem nos ajudar a compreender um conjunto de relações vivenciadas na contemporaneidade (FERRO, 1992).

A escolha de abordar o cinema por meio da ficção científica é pautada nas possibilidades que o tema pode evidenciar quanto a definição de ser humano, estando atreladas ao contexto histórico. De acordo com Souto (2014), tais significantes são mutáveis e tendem a apontar questões importantes a serem debatidas no nosso contemporâneo: “somos mesmo

humanos?"; "o que é ser humano?"; e "qual o limite do homem?". Essas inquietações elucidam os modos de produção de subjetividade que nos atravessam, trazendo um homem cada vez mais dependente de uma relação com a máquina e quais as implicações desse novo modo de ser.

Por fim, aponta-se a possibilidade de dissertar sobre o cenário da máquina compreendida no contexto guattariano e as construções que a ficção científica permite, explorando a relação homem-máquina para além do termo *sui generis* e levando a aplicação de um conceito que ultrapasse níveis distintos de conceituação, porém, interpelados em sua ação.

## ÍCONES DA RELAÇÃO HOMEM-MÁQUINA NA FICÇÃO CIENTÍFICA NO CINEMA CONTEMPORÂNEO

O alicerce da força produtora de subjetividade ao qual se encontra o cinema, o gênero de ficção científica contribui à concepção da relação homem-máquina, nuance importante a este estudo, uma vez que o gênero proposto traz de forma evidente e exuberante tal relação e suas implicações e relevâncias ao modo de se ver e de se viver na contemporaneidade, que se dá por essa relação tão tênue entre homem e máquina.

Considerando o ramo da ficção científica como campo de pesquisa, foram escolhidas três importantes obras filmicas Hollywoodianas. A diferença cronológica entre as obras propicia um maior escopo de observação das representações que a sociedade e suas problemáticas contextuais perpassam ao longo de 33 anos. De acordo com Souto (2014), as influências da intertextualidade nas obras do gênero permitem fazer uso de conceitos específicos, que perpetuam no imaginário cultural, fornecendo subsídios para que reflexões intrínsecas ao contexto sejam realizadas. Portanto, seguem as obras selecionadas em questão: *Blade Runner: O Caçador de Androides* (1982), *Matrix* (1999) e *Ex Machina: Instinto Artificial* (2015).

O clássico da ficção científica *Blade Runner - O Caçador de Androides* é um filme norte-americano, dirigido por Ridley Scott, em 1982. O roteiro da produção é uma adaptação do romance de ficção científica *Do Androides Dream of Electric Sheep?* (Sonham os Androides com carneiros elétricos?), de autoria do escritor estadunidense Philip K. Dick, em 1962. Vale ressaltar que o autor é um dos mais importantes escritores de ficção científica pelo caráter filosófico e questionador de seus contos e romances (DINUCCI, 2013). Em ambas as adaptações, o eixo chave trata-se do androide que ganha destaque por questionar a fronteira "homem-máquina", reconhecida principalmente pela adaptação fílmica quando a criatura se mostra "mais humano que o humano", lema da *Tyrell Corporation* (SOUTO, 2014).

Retratando os temores do período atravessado, a produção apresenta fenômenos que se encontravam em plena expansão nas décadas de 1960 a 1980, após duas guerras mundiais, em especial a esfera de terror que a Guerra Fria propiciava, campo fértil para questionamentos acerca do caráter destrutivo que a tecnologia poderia oferecer, concomitantemente, as grandes corporações ampliavam o alcance de seus mercados para o mundo. A globalização alcançava novos patamares, difundindo a padronização de costumes e valores a reflexo da

lógica de consumo presente no chamado Capitalismo Tardio<sup>9</sup>. A subjugação da natureza pelo homem, a fim de dar conta dessa nova escala de demandas, começa a apresentar sinais nítidos de impacto, enunciando um perigoso caminho bem marcado pela cenografia do filme.

O resultado surge por meio de uma Los Angeles futurística, extremamente desenvolvida, porém, imbuída de problemas urbanísticos e sociais. A atmosfera sombria e esfumaçada prenunciava os estragos amplificados da poluição, recortada por habitações verticais e uma sociedade permeada por culturas distintas, que habitam a sombra de grandes corporações, controladoras dos rumos tomados nesse cenário por meio do domínio capital injetado nas tecnologias que se apresentam em todas as instâncias sociais.

De acordo com a narrativa do próprio filme.

No início do século XXI a Tyrell Corporation criou os robôs da série Nexus virtualmente idênticos aos seres humanos. Eram chamados de replicantes. Os replicantes Nexus 6 eram mais ágeis e fortes e no mínimo tão inteligentes quanto os Engenheiros genéticos que os criaram. Eles eram usados fora da Terra como escravos em tarefas perigosas da colonização planetária. Após motim sangrento de um grupo de Nexus 6, os replicantes foram declarados ilegais sob pena de morte. Policiais especiais, os blade runners, tinham ordens de atirar para matar qualquer replicante. Isto não era chamado execução, mas sim 'aposentadoria'.

Introdução de **Blade Runner** (1982)

Na trama, o agente Rick Deckard (Harrison Ford) é incumbido, contra sua vontade, da responsabilidade de “aposentar” replicantes que se encontram na Terra. Sua investigação o leva para a *Tyrell Corporation*, a corporação responsável pela criação dos últimos, onde encontra Rachael (Sean Young), um modelo de replicante que possui memórias implantadas e acredita ser humana. Ao passo que Deckard segue os passos dos replicantes liderados por Roy Batty (Rutger Hauer), ele passa a se aproximar da perspectiva dos fugitivos, e, aliado ao relacionamento afetivo que passa existir com Rachael, acabam o levando ao questionamento sobre a definição de humanidade e a constituição de um indivíduo.

A relação homem-máquina possui um caráter de exclusão do criador para com a criatura: os humanos enxergam os replicantes como um perigo eminente, dado a superioridade que eles possuem em quesitos físicos e mentais; já os replicantes apresentados recorrem aos humanos justamente por se sentirem inferior a eles, temendo a aproximação de sua morte - pois os replicantes possuem um prazo de expiração de quatro anos (forma utilizada para controlá-los) e buscam alguma forma de seus criadores reverterem o processo.

Fica nítido o quanto a apropriação de papéis normalmente exercidos pelos humanos acabam passando para a esfera das máquinas, seja na sensibilidade nos discursos apresentados como no monólogo de Roy sobre as experiências no espaço, seja pelo romance vivenciado

<sup>9</sup> Termo usado pela primeira vez por Werner Sombart na sua obra de 1902 (*Der Moderne Kapitalismus*), na qual distinguia três fases do capitalismo: o capitalismo primitivo, o auge do capitalismo e o capitalismo tardio. O conceito se consolidou, após os desenvolvimentos feitos por Ernest Mandel, em sua tese de PhD, na Universidade de Berlim, em 1972, depois traduzida como *O Capitalismo Tardio*. Representaria a terceira fase do Capitalismo e teria como elementos distintivos a expansão das grandes corporações multinacionais, a globalização dos mercados e do trabalho, o consumo de massa e a intensificação dos fluxos internacionais do capital. Seria mais propriamente uma crise de reprodução do capital do que um estágio de desenvolvimento, uma vez que o crescimento do consumo e da produção tornar-se-ia insustentável pela exaustão dos recursos naturais. Contudo, o termo recebe críticas principalmente de autores pós-modernos como Jameson e Derrida. (Nota dos autores).

entre eles ou no medo da morte, e, ainda, na raiva frente ao criador que injustamente lhes deu tanto numa vida tão curta. Do outro lado, os seres humanos são mais ponderados quanto as suas emoções, não expressando em intensidade e com uma aparente distância e frieza no contato com outros.

Durante o filme é utilizado um teste denominado *Voight-Kampff* – ao qual se fará referência mais à frente - que consiste em uma série de perguntas realizada por um investigador a um examinando. Para averiguar se o último é um replicante ou não, o examinador utiliza um o aparelho para mensurar as reações oculares dos examinandos durante as respostas, servindo de questionamento quanto a validade de um sistema de avaliação pautado em reações quantificadas para avaliar a humanidade.

A abordagem da criatura artificial apresentada em *Blade Runner* definiu um marco na ficção científica. O paralelo com os humanos, por meio da questão finita que os replicantes buscam lidar durante toda a longa, nos aproxima com a condição humana e viabilizam novos afetações e questionamentos quanto a nossa própria existência.

A aproximação com a virada do milênio expandiu a relação do homem com um novo espaço, o cibernético. O acesso à tecnologia computacional e a rede mundial de computadores se expandiu progressivamente. Em múltiplos aspectos sociais, a integração da informática se faz presente, e, por meio desta, a linguagem programacional ganha espaço nas relações existentes dentro da sociedade. A rede mundial de computadores dá ao ser humano a possibilidade de transitar entre o ambiente que o cerca e o ambiente virtual, integrando-se com um universo de informações digitais compartilhadas e fornecendo uma extensão do indivíduo.

A rápida escala em que a relação do homem com a tecnologia se estreita, aliada a própria evolução dos efeitos especiais, fruto dos avanços da relação anterior, fornecem para a ficção científica o terreno correto para o surgimento de novas obras. Em 1999 é estreado *Matrix*, dirigido pelas irmãs Lilly e Lana Wachowski. O longa é a síntese de símbolos religiosos e da filosofia clássica e moderna, vinculados ao contexto cyberpunk (subgênero da ficção científica, muito difundido por meio de *Blade Runner*, para referenciar uma realidade onde o alto nível de tecnologia desconstrói radicalmente a estrutura social). Há de se incluir a influência marcante da obra “Simulacro e Simulação” (1981), de Jean Baudrillard (1929-2007), livro que chega a aparecer no filme. A união de variados temas desponta na característica pós-moderna de descentralização dos relatos e a apropriação de símbolos e signos de outras culturas, indo de acordo com a definição de Lyotard (1989) sobre a mesma.

O protagonista, Thomas Anderson (Keanu Reeves), é perseguido por um constante incômodo sobre o mundo que o cerca. Ao dia ele é programador de software em uma renomada empresa, mas compensa seu incômodo à noite, surfando na internet com o pseudônimo “Neo”. Durante seus longos acessos, ele acaba entrando em contato com um grupo de “hackers”, liderados por um terrorista procurado, conhecido como “Morpheus” (Lawrence Fishburne).

Após um breve encontro com “Trinity” (Carrie Ann-Moss), uma enviada de Morpheus, Neo é investigado pelas autoridades acerca do contato com o criminoso. Apesar disso, sua curiosidade acaba o levando frente a frente com Morpheus, e, por conseguinte, a verdadeira

causa de seu incômodo com a realidade. O protagonista é colocado frente a uma terrível verdade. A existência como ele conhece é uma ilusão, precisamente calculada e programada para manter a humanidade inerte enquanto é utilizada como fonte de energia por uma raça de máquinas portadoras de Inteligência Artificial, fruto do próprio homem e vitoriosa em uma guerra de proporções apocalípticas.

No decorrer do filme, Neo terá que aprender a lidar com a nova realidade, em conjunto com a possibilidade de acessar a Matrix, agora, compreendendo os mecanismos que a regem para possibilitar a libertação de outros humanos do sistema computacional, além de embarcar no caminho de uma profecia centenária que norteia os humanos livres.

Temos presente novamente uma relação de conflito entre homem e tecnologia, dessa vez invertendo a posição de dominador. O homem mantém-se sob o julgo da máquina, seu corpo é deturpado e sua funcionalidade resumida a um caráter maquínico; fornecimento de bioeletricidade para a raça de máquinas, em paralelo, sua mente habita em outro plano, um ambiente cuidadosamente simulado, moldado com a finalidade de ocultar a condição real que se vivencia. A apresentação do corpo humano em Matrix se aproxima da concepção de ciborgue, dada à mescla de elementos artificiais que passam a pertencê-lo. Essas modificações, por sua vez, permitem a conexão com ambientes virtuais.

A *Matrix*, então, uma realidade simulada, possui a mente da humanidade conectada, funcionando como programas computacionais e dialogando mais uma vez com a condição pós-moderna de Lyotard (1988), onde o conhecimento necessita ser traduzido para uma linguagem que a máquina compreenda, portanto, passível de ser quantificada. Dentro da simulação, as máquinas controlam estritamente o fluxo de informações, possuindo maneiras de ajustar a realidade de acordo com sua necessidade, além de buscar qualquer indício de resistência, onde a intervenção é imediata.

O comportamento das máquinas é extremamente cooperativo e setorial, visto que cada uma parece responsável por uma tarefa, mas com o objetivo final voltado para sobrevivência da espécie. O foco estrito na eficiência dos atos por parte da máquina pode ser observado até na composição corporal dela. Fora da simulação, elas possuem características animais que refletem a função exercida. Curiosamente, dentro da *Matrix*, as máquinas responsáveis pela intervenção possuem aparência humana, refletindo as representações do conceito de autoridade para a sociedade em questão. A finalidade disso seria a necessidade de estar em contato com os humanos e a facilidade de operar dentro dos mecanismos de controle que os próprios homens estabelecem na simulação.

A relação homem-máquina permeia no campo da dependência, a ironia é a inversão quanto ao papel dos integrantes. Os protagonistas “verdadeiramente humanos” são capazes de se portar como sistemas computacionais, passíveis de se atualizarem, culminando na menção de que os humanos estão sendo cultivados em fazendas artificiais, portanto, sendo produzidos como vegetais ou até mesmo ferramentas/engrenagens - partes de uma máquina.

As máquinas, por sua vez, apesar de coesas, apresentam vontades particulares e até mesmo emoções, como demonstrado pelo personagem Agente Smith (Hugo Weaving), que diz sentir desprezo pela humanidade, menciona prazer na possibilidade de matar o protagonista e, por fim, é motivado a exercer sua função por um objetivo pessoal que vai além da sobrevivência.

Sua atitude, inclusive, é cautelosa ao demonstrar essas facetas, mostrando que pode estar indo em desacordo com consenso das outras máquinas.

Compilando uma gama de relatos, ideologias e símbolos populares da cultura, Matrix se estabelece como espelho da ilusão com o progresso modernista, trazendo a dificuldade de se situar no deserto do real (SPOHR, 2000). O filme reflete um esvaziamento comum à sociedade de sua época, uma nova forma de se relacionar a partir do ambiente virtual, e enfatiza o então advento da era da informação por meio da possibilidade de se quantificar a realidade e seus modos de existir.

Avançando mais de uma década de expansão do acesso à rede global de computadores, a informação se tornou acessível em larga escala, e as grandes instituições se veem obrigadas a atualizar seus processos gerenciadores (Guattari e Rolnik, 2005). Ferramentas de busca são difundidas e utilizadas massivamente, responsáveis pelo mapeamento dos indivíduos, as redes sociais e os aplicativos de mensagem instantânea incorporam o papel de mediadores dessas relações, passando a se comportar como portas de acesso ao ambiente virtual, fornecendo até mesmo uma identidade digital.

Por fim, em 2015, o roteirista e romancista Alex Garland se aventurou em sua primeira obra cinematográfica como diretor. Seu interesse com a ficção científica é apontado pelo seu histórico como escritor, onde ao menos duas obras, a refilmagem de “*Dredd*”, realizada em 2012, e “*Sunshine: Alerta Solar*”, de 2007, são assinadas por ele. A culminação desse envolvimento com a tecnologia desponta em “*Ex Machina: Instinto Artificial*”, sendo a peça central do enredo justamente a relação do homem com a tecnologia.

Na trama, acompanhamos Caleb (Domhall Gleeson), um jovem programador vinculado a uma empresa multinacional que fornece uma ferramenta de busca na internet aos moldes do Google. Ele é sorteado para desfrutar de uma semana com o criador da empresa e acompanhá-lo nos procedimentos referente a uma nova tecnologia ainda não disponibilizada no mercado. Sua estadia no inóspito local é intermediada pelo excêntrico anfitrião Nathan (Oscar Isaac), entendido como intelecto a frente do seu tempo, porém, que apresenta habilidades sociais extravagantes e pouco acolhedoras.

Após o contato inicial, Caleb passa a ter ciência que a tecnologia a ser avaliada em questão é um modelo de androide, onde a sua interação com um ser humano, além do criador, seria possível definir a existência de Inteligência Artificial. A androide é Ava (Alice Vikander), modelada na imagem e semelhança de uma jovem, porém, com o corpo apresentando componentes cibernéticos aparentes. A atração de ambos é imediata, e conforme a sequência se desenrola, essa aproximação leva Caleb ao questionamento quanto a validade de sua posição como examinador, e até mesmo de sua existência, conduzindo a relação entre homem, criatura e criador a rumos que não estavam programados.

Se nas outras obras observadas os papéis apresentados na relação homem-máquina foram invertidos, amplificados e mesclados, em “*Ex Machina: Instinto Artificial*” essa relação encara o questionamento da fronteira homem-máquina, deixando bem evidente a linha tênue entre ambos, culminando no questionamento sobre a existência dessa barreira divisória entre o ser humano e o artificial. O roteiro impulsiona tal dúvida ao delinear o teste de Turing como trama central do enredo.

O teste de Turing foi idealizado na década de 1950 pelo matemático e cientista da computação Alan Turing, com a finalidade de averiguar se a capacidade de uma máquina em demonstrar inteligência equivale a um ser humano. Sua verificação se dá, não por resposta correta às perguntas, mas por aproximação da resposta humana. Se não houver distinção nas respostas, conclui-se que o computador passou no teste (ZILIO, 2009).

No decorrer do longa-metragem, o papel de examinador e examinando se amalgamam conforme a máquina passa a fazer questionamentos ao narrador, demonstrando carregar um mundo pessoal além do observado pelo personagem. Ava sabe quais reações causar e como lidar com os sentimentos evocados, evidenciados, principalmente, na construção de uma personalidade feminina ideal para a interação com Caleb.

Seguindo o caminho inverso, a constante interação com máquinas que apresentam capacidades e propriedades que até então pertenciam ao espectro “humano”, leva Caleb a questionar a própria existência. Sua posição é desafiada pela perfeição com a qual a inteligência artificial se apropria da humanidade, sendo necessário um ato de automutilação para o personagem retomar o controle desta última.

Fica evidenciado que o ser humano encara uma problemática de sua própria fragilidade. No filme, os personagens humanos compreendem a potência superior da máquina em relação a eles mesmos. Cria-se um espelho de si, porém, mais eficaz e inteligente. A máquina possui características humanas mais exuberantes do que as reais. Distinguindo-se das primeiras produções discorridas, não se apresenta uma relação de superioridade de humanos para máquinas ou uma opressão da máquina para seres humanos. Nessa terceira produção, apresenta-se uma similaridade de características físicas e principalmente de características cognitivas e afetivas. Ava é uma simulação que compila uma habilidade marcante no que cerne as nuances relacionais humanas.

Apesar do domínio apresentado nas interações sociais, Ava é uma produção de um ambiente extremamente aversivo, e mesmo com todas as potencialidades cognitivas e intelectuais desde sua concepção, ela é tida como objeto por seu criador, este, seu único contato humano até a chegada de Caleb. Dada a forma como a sequência se desenrola, com a revelação de que o avaliando do teste não passava de avaliado, que o teste possuía outra função e o sucesso de Ava na manipulação dos sentimentos presentes, aliado a uma aparente falta de empatia da personagem com os humanos durante a resolução, abre-se a partir do enredo o questionamento se o ambiente haveria influenciado na proporção tomada pelas ações da personagem ou se realmente a empatia é um fator exclusivamente humano, não sendo possível ser replicado na máquina de forma verdadeira.

Em uma referência a *Blade Runner - O Caçador de Androides*, o teste de Voight-Kampff, outrora mencionado, aparece na produção. Porém, aqui ele é utilizado de forma oposta ao seu contexto original, pois é Ava a máquina que aplica o teste para avaliar respostas verdadeiras ou falsas, por meio de micro expressões faciais de Caleb. A utilização também é ressignificada, pois não se trata de averiguar a humanidade de Caleb numa condição empírica ou natural, mas apropriação do que é de mais humano - emoções e desejo - em benefício próprio da Inteligência Artificial, talvez um reflexo das formas de manipulação que atravessam a sociedade capitalista.

Evidenciando características da pós-modernidade, a produção *Ex Machina*: Instinto Artificial, aponta importantes questionamentos acerca desse contexto, conforme apontado por Lyotard (1988) “o cenário pós-moderno como sua vocação informática, informacional, “investe” sobre esta concepção do saber científico”. O mundo contemporâneo pós-moderno diz muito da forma como o homem vive e existe, uma vez que, como já afirmado anteriormente, a subjetividade produzida é atrelada ao seu contexto histórico. Pode-se compreender, portanto, um homem que afunila cada vez mais sua relação com a máquina, consumindo e comprando modos de existir dependentes da mesma.

Ava, a Inteligência Artificial da produção em questão, trata-se de um avanço ímpar do mundo da tecnologia. Segundo Lyotard (1988), em meio a esses avanços “incrementam-se também os estudos sobre a ‘inteligência artificial’ e o esforço sistemático no sentido de conhecer a estrutura e o funcionamento do cérebro bem como o mecanismo da vida”. A inteligência artificial aqui tratada refere-se a uma máquina que pode “imitar aquilo que a mente pode fazer, deixando de lado os processos através dos quais tais tarefas são realizadas” (TEIXEIRA E GONZALES, 1983), ou seja, trata-se de uma máquina que simula processos mentais.

Em decorrência da forma desmedida ao qual produzimos e consumimos o poder por poder se insere no contexto pós-moderno. A exemplo de tal reflexão faz-se menção ao trecho da obra em que Nathan, criador de Ava, responde a Caleb o porquê de ele ter criado uma Inteligência Artificial: “criei porque posso”. Dissertar sobre a necessidade e o porquê de uma Inteligência Artificial trata-se de um desafio, visto que o próprio campo tecnológico ainda discute sobre tal questão. Aqui se limita apenas a analisar aonde os avanços tecnológicos que são produzidos para uma vida humana “menos trabalhosa” podem chegar.

### TRÍPLICE MAQUÍNICA E SINGULARIDADE

Até aqui foram compilados conceitos e amostras que ilustram o homem contemporâneo e as relações que o atravessam, tendo como campo três produções cinematográficas clássicas dentro da ficção científica, vez que o trabalho visa discutir a produção da subjetividade na sociedade contemporânea, entendida nesse contexto como pós-moderna a partir da relação homem-máquina, para se valer da perspectiva crítica de Felix Guattari, cuja perspectiva nos ajuda a compreender esse complexo fenômeno diante dos questionamentos e críticas que circundam a característica “camaleônica”<sup>10</sup> da era pós-moderna.

Considera-se esta contemporaneidade pós-moderna no sentido que Barbosa apresenta no prefácio de Tempos Modernos, da obra de Jean François Lyotard (1988):

Desde o momento em que se invalidou o enquadramento metafísico da ciência pós-modernas, vêm ocorrendo não apenas a crise de conceitos caros ao pensamento moderno, tais como “razão”, “sujeito”, “totalidade”, “verdade”, “progresso”. Constatamos que ao lado dessa crise opera-se, sobretudo a busca de novos enquadramentos teóricos (“aumento de potência, eficácia, otimização das performances do sistema”) legitimadores da produção científico-tecnológica, numa era que se quer pós-industrial. O pós-moderno enquanto condição da cultura nessa era caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-

<sup>10</sup> O neologismo utilizado refere-se às habilidades que alguns membros pertencentes à família **Chamaeleonidae**, possuem de se camuflar no ambiente. A semelhança apresenta-se devido a variedade de significados empregados ao termo em questão, na bibliografia recente.

metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes (BARBOSA, 1988, p, viii).

A pós-modernidade na concepção de Lyotard encara a problemática da legitimação, pois o critério operativo é tecnológico. Ele não pode julgar o verdadeiro e o justo, somente a eficiência, esta eficiência sob a ótica Guattariana, seria precisamente a capacidade agenciadora das grandes instituições, por meio da difusão das tecnologias de comunicação e informação. De acordo com Souza:

Guattari compreende esses processos de produção de subjetividade como uma linha de montagem intencional da lógica do próprio sistema. Ou seja, o capitalismo pós-industrial caracteriza-se por uma atenção especial dada ao domínio do campo do desejo, e não mais apenas uma preocupação com a produção de mercadorias e o domínio macro político-econômica (SOUZA, 2008).

Os autores convergem ao definir a importância que a heterogeneidade (no caso de Guattari quanto aos processos de subjetivação, já a Lyotard sobre o estatuto do saber) que relatos possuem nesta era, eludindo a característica pós-moderna que foge ao absoluto do metarrelato e sua visão homogeneizante, considerando esta última incapaz de lidar com as pluralidades presentes neste novo panorama.

Para Bauman (2001), as consequências da modernidade tardia caracterizam-se pela hibridez, a leveza e a ausência de vínculos estáveis resultantes do vazio, deixando pela destituição dos princípios “sólidos” que guiaram a sociedade moderna, perde-se a noção de coletividade em prol da individualidade, e aponta-se para o consumo como alternativa abraçada em um mundo onde se pode tudo e não se carrega certeza a não ser a da possibilidade em si.

Como consequentes obras atreladas deste contexto, os três filmes utilizados apresentam atributos que transitam os fundamentos apontados, a exemplo, é perceptível a decadência presente nas representações das sociedades futuristas, refletindo a frustração quanto ao “progresso” prometido pelo modernismo, enquanto se deparam com a presença obrigatória da tecnologia em amplos aspectos da vida. A própria presença da inteligência artificial surge como hipérbole do pensamento de exteriorização do saber de Lyotard, onde a possibilidade de saber se encontraria fora do homem, no caso na máquina, percorrendo todos esses cenários para a impossibilidade anteriormente citada de se retornar ao estado das grandes narrativas norteadoras.

Em cena são observadas realidades de tons neutros e escuros, sombras em demasia e a devastação ecológica a nível irremediável. Na Los Angeles, situada em 2019 de *Blade Runner: O Caçador de Andróides*, a poluição é indicada em diversos aspectos, a infraestrutura precária, e ao mesmo tempo altamente tecnológica, dá indícios de uma sociedade onde as grandes corporações, detentoras do saber tecnológico, ditam os rumos da população frente a um Estado inativo. Os próprios habitantes parecem inertes a essa realidade, demonstrando conformismo, ao mesmo tempo em que há uma incessante busca em se diferenciar dos outros, visto a variedade de representações manifestadas no âmbito estético.

*Matrix*, por sua vez, apresenta uma dicotomia no que cerne aos aspectos ambientais. O filme abusaria de tonalidades verdes, usadas para referenciar os códigos de programação ilustrados. A finalidade das cenas em que surgem está na indicação de que elas ocorreriam na própria Matrix, portanto, na realidade simulada computacionalmente. Nela estaria inserido

todas as cenas da humanidade num panorama próximo ao nosso (final da década de 1990).

Entretanto, ao passarmos para a realidade, novamente observamos a preponderância de tons de cinzas e saturados. A devastação do ambiente, causada pelo próprio homem em guerra com sua criatura, retorna a desesperança de se alcançar a emancipação que possibilitaria a reformulação da realidade.

Em comparação com as outras obras, *Ex Machina*: Instinto Artificial é o que se aproxima com relativa precisão da nossa realidade temporal, com isso, as representações observadas são passíveis de serem localizadas em nosso contexto em maior semelhança de aplicação. Logo nas primeiras cenas do filme identificamos uma especificidade dos personagens comum em nossa contemporaneidade. A diminuição das habilidades sociais, que se fazem inúteis frente à perda de coletividade, quando Caleb recebe o aviso que foi sorteado, seus colegas o ovacionam, porém, isso não gera reação aparente no protagonista. Nathan também possui dificuldades de socialização, o isolamento ao qual se encontrava fornece tal perspectiva de suas maneiras. Ambos os personagens substituem o contato dos outros com a máquina, Caleb a princípio com aparelhos eletrônicos; Nathan com a inteligência artificial.

Novamente temos uma grande corporação vinculada à indústria da tecnologia com acesso ilimitado na esfera privada dos indivíduos. Ava é originada por meio disso, por exemplo, e Caleb supõe que ela foi formulada com base no seu acervo de busca em sites pornográficos, portanto, em última instância, um produto da compilação de agenciamentos e da predominância do saber operativo.

Na perspectiva de Lyotard (1988), sem a crença nas grandes narrativas, existe uma diversidade de enunciações linguísticas, onde os que têm poder de decisão determinam que a vida só tenha por objetivo o aumento da eficácia. Nessa ótica, o papel da justiça social e da verdade científica é o de aperfeiçoar as performances e a eficiência do sistema. O critério da eficiência generaliza-se por meio da necessidade de uma linguagem em que a potência operacional seja correspondida - daí a difusão cibernética-informática, e sua lógica quantificadora do saber (MARINHO, 2008).

Nesta “era da informação”, as mídias eletrônicas tornaram-se cada vez mais dominantes (ZERZAN, 2012). A tecnologia, enquanto um *mass media*, oferece um lugar de destaque à subjetividade, evidenciando sua importância enquanto difusora dos múltiplos relatos. Simultaneamente, o capital procura participar ativamente desse processo de produção, a fim de que ele responda a seus interesses. Portanto, Deleuze e Guattari enxergam no capital um processo generalizado, inédito em escala, intensidade e de abertura da história sobre a diferença, rechaçada previamente pelos ideais totalizantes (LAUREANO, 2011).

A partir da proposta de Guattari, de conceber maior autonomia para subjetividade e os processos de singularização, busca-se uma superação dos modelos de agenciamento utilizados pelo sistema capitalista pós-industrial. Apesar de seu caráter massivo enquanto produtor de subjetividade, o cinema é mencionado por CARVALHO, por meio de GUATTARI E ROLNIK:

E essa capacidade que o cinema possui em produzir subjetividades, com seu enredo e personagens, mas principalmente com suas intensidades [...] é o que viabiliza o processo de singularização tanto da arte cinematográfica como dos indivíduos.

Singularizar-se é abrir espaços para outras combinações do desejo, para outros modos de ser, outras sensibilidades, outras percepções, num movimento contra a subjetividade capitalística que conquista e controla quase que integralmente os modos de viver no mundo (GUATTARI; ROLNIK, 2005 *apud* CARVALHO 2014).

O cinema, nesta perspectiva, expande a possibilidade de resistência, mesmo quando essa abertura não se torna aparente em primeira instância, seja por configuração do enredo ou pela estética apresentada. Porém, conforme observado, a possibilidade de transcender a “pré-programação” a que estão sujeitos fornece subsídio para tratar em primeira instância das obras percorridas e em última da própria constituição do sujeito.

O enredo das três produções cinematográficas percorre o surgimento de uma inteligência artificial complexa, no entanto, em sua instância enquanto máquinas, são criadas com objetivos específicos de sujeição ao propósito de seus criadores. *Blade Runner: O Caçador de Andróides* traz os Replicantes, com funcionalidades atreladas à serventia sexuais e laborais, porém, eles passam a questionar suas características limitadoras. O mesmo é observado em *Matrix*, ao qual, apesar de não serem esclarecidas as funções originais, a raça de máquinas ultrapassa suas delimitações e passam a exercer domínio por excelência. Por fim, Ava, em *Ex Machina: Instinto Artificial*, supera as expectativas de seu criador, emergindo vitoriosa em um jogo de intriga e complexas relações de manipulação.

Torna-se cristalizado como a máquina, nessas produções fílmicas, é “pré-programada” a determinadas funções, porém, expandem-se para além do padrão esperado, equivalendo-se ao cinema dentro das possibilidades de singularização do sujeito e possibilidade de resistência. Por sua vez, ambos espelham de maneira similar a forma ao qual somos perpassados pela subjetividade capitalística, nossa possibilidade de resistência de produção autônoma.

Por fim, elucida-se a presença de uma polissemia quanto a palavra máquina, abrindo espaço para questionamentos. Compreende-se, portanto, máquina em seu “sentido lato (isto é, não só as máquinas técnicas, mas também as máquinas teóricas, sociais, estéticas etc.), nunca funcionam isoladamente, mas por agregação ou agenciamento” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.385). Abre-se, desse modo, precedente para reflexão na possibilidade de se observar por meio dos filmes a relação homem-máquina (enquanto ferramenta tecnológica), a partir do cinema hollywoodiano (compreendido como produtor de subjetividade em escala massiva), e, com isso, possibilitar produção de subjetividade maquínica, portanto, um processo da singularização, rompendo com a lógica do capital. Carvalho (2014) nos orienta o conceito de maquínico em Guattari onde,

:

O conceito de maquínico nos abre possibilidade de centrar a análise, tanto da psique quanto do social, não mais em termos de uma interpretação, mas de funcionalismo direcionado para a práxis. A máquina tem propósitos práticos, é produtora de novas possibilidades concretas. É neste contexto que podemos falar em uma subjetividade maquínica, quando essa subjetividade está engajada no que há de autoprodução, de produção autônoma da subjetividade, de autopoiese. (CARVALHO 2014).

Para compreender este panorama, propõe-se aqui a concepção de uma “tríplice maquínica”. Essa elaboração constitui-se em três perspectivas. A primeira é composta pela perspectiva de *máquinas* enquanto forças processuais, que se forjam umas nas outras, selecionando,

eliminando e constituindo as forças em ação, corroborando a característica de produção. Como forma de sublinhar esse conceito-perspectiva, o cinema é constituído de uma multiplicidade de forças que está em interação com uma máquina social, de formação, comercial, dentre outras (GUATTARI E ROLNIK, 2005).

A segunda perspectiva é etológica, interacionista, referindo-se aos processos de acomodação da subjetividade humana ao ambiente em que está inserida. Para tanto, é evidenciada a pós-modernidade e a sociedade de consumo, enquanto o ambiente em questão, neste cenário, a produção de subjetividade estaria a serviço da lógica do capital por meio dos grandes agenciadores de poder a elucidar o cinema hollywoodiano enquanto *mass media*.

A terceira perspectiva visa superar a subjetividade capitalística, subvertendo a modelização de subjetividade e a redução da multiplicidade. O cinema disponibiliza essas forças por meio de suas múltiplas intensidades e interpretações, representando por meio dos personagens cibernéticos principais de cada obra estudada, por exemplo, a força criativa, de autoprodução. Tal potência, então, é compreendida enquanto vários dispositivos a serviço do homem, que abrem a possibilidade de superação da própria programação, aqui associada à forma de viver que lhes foi imposta, escoando por meio da sua vontade de vida, de força produtora de uma capacidade de singularização, assim como o próprio cinema proporciona a seus telespectadores.

Se a pós-modernidade permite apontamentos quanto a sua falta de referência, a reformulação de valores e a um conformismo frente aos desencantos deixados pelo vazio dos “absolutos” modernos, por outro lado, propicia, justamente pela sua fluidez, o espaço para a diferença, como noutra época não fora possibilitada, dada as grandes narrativas preestabelecidas. Cabe aos sujeitos contemporâneos, portanto, a participação enquanto integrantes desse movimento histórico questionar as forças homogeneizantes atreladas à lógica do capital, a exemplo, subvertendo a lógica do cinema enquanto agenciador de subjetividade capitalística, e promovendo, além de espaço, representatividade das diferenças possíveis por meio da luta de resistência.

[...] é inegável o quanto a arte cinematográfica ela mesma desterritorializou o olho humano e a percepção deslocando seu centro de gravidade, violentando-a, estilhaçando-a, arrastando-a para outras sensações, para uma outra lógica, para um outro cogito, para uma outra subjetividade, um eu poliformo, instável, dispersivo, descontínuo, plástico, quase amorfo, um tanto quântico como sugeriu Epsten ao referir-se ao cinema como um instrumento de representação transcartesiano, como essa máquina de fabricar sonhos, mesmo inumanos” (PELBART, 2000, p 19).

O cinema, enquanto força produtora, ou seja, máquina, propicia um mundo para além, onde concerne em cada sujeito não somente forças introjetadas pelo capitalismo, mas promove também a força criativa, mais ampla e autônoma, e a capacidade de se superar ao programado.

## CONCLUSÃO

Considerando a explanação dos capítulos anteriores, observa-se que os conceitos propostos são atravessados, o que possibilita uma leitura acerca do objeto de estudo. Compreende-se a subjetividade contemporânea produzida, advinda da pós-modernidade, que abre preceito a uma heterogeneidade do conceito de subjetividade. O capitalismo pós-industrial apropria-se

desse caráter plural da subjetividade, transformando-o a todo o momento de acordo com suas necessidades. Percebe-se, porém, que essa característica heterogênea não só agrega subsídios ao capital, mas propõe uma forma outra de pensar, de autoprodução e autonomia.

É proposta uma polissemia do conceito de máquina, denominada “tríplice maquina”, a fim de aliá-la ao conteúdo do campo e dos conceitos aqui trabalhados, construindo então a discussão ao qual este artigo se propõe. Compreende-se que Guattari deriva sua concepção de máquina a partir da inspiração no elevado grau de sofisticação das máquinas tecnológicas advindas do capitalismo pós-industrial. Partindo, portanto, das máquinas e suas tantas características, visualiza-se o cinema enquanto uma potência múltipla capaz tanto de forjar significados estereotipados quanto ser um meio de saída por meio das multiplicidades que agrega a uma captura além de suas nuances supérfluas, motivando uma sensibilidade as suas formas outras de impactar o público, produzindo grande variância de significados, promovendo assim para uma forma mais autônoma e criativa de ser, pensar e de superar ao que foi proposto.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BLADE Runner: O Caçador de Andróides (Blade Runner), Direção: Ridley Scott. Produção: Michael Deeley. Intérpretes: Harrison Ford; Rutger Hauer; Sean Young; Edward Ward; James Olmos e outros. Roteiro: Hampton Fancher e David Peoples. Música: Vangelis. Los Angeles: Warner Brothers, 1982. 1 DVD (117MIN), Color. Produzido por Warner Vídeo Home.

BOLLER, P. F. DAVIS, R. L. **Hollywood Anecdotes**. Nova Iorque: Ballantine Books, 1987.

CÁDIMA, F. R. **Desafios dos Novos Media**, Editorial Notícias, Lisboa, 1999.

CARVALHO, P. R. Mídia Cinematográfica e subjetividade Contemporânea. **UEL**, Paraná, 2014. Disponível em:

<[http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS\\_SEPECH/pedrompassini.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/pedrompassini.pdf) >  
Acesso em: 19 de outubro de 2016. p. 17-54.

COSTA, F.C. Primeiro Cinema. In.: MASCARELLO, F. (org.) **História do Cinema Mundial**. São Paulo: Papyrus, 2006.

DINUCCI, A. Blade Runner, pós-modernidade e totalitarismo. **Viso - Cadernos de estética aplicada Revista eletrônica de estética**, Universidade Federal de Sergipe (UFS) ISSN 1981-4062, Nº 13, 2013. Disponível em:

<[http://www.revistavisos.com.br/pdf/Viso\\_13\\_AldoDinucci.pdf](http://www.revistavisos.com.br/pdf/Viso_13_AldoDinucci.pdf)> Acesso em: 16 de Outubro de 2016.

EX MACHINA, Instinto Artificial (Ex Machina), Direção e roteiro: Alexander Garland. Produção: Andrew Macdonald e Allon Reich. Intérpretes: Domhall Gleeson; Alice Vikaander; Oscar Isaac; Sonoya Mizuno e outros. Distribuição: Universal Pictures. UK, 2015. 1 DVD (108MIN), Color. Produzido por Universal Pictures

FERRO, M. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONÇALVES, M. R. O American way of life no cinema de Hollywood, na imprensa e na sociedade brasileiras dos anos trinta. **BRASA**, São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_IX/Mauricio-Goncalves.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Mauricio-Goncalves.pdf)> Acesso em: 18 de Outubro de 2016.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 12.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

LAUREANO, P, S. **Capitalismo e Produção de subjetividade no mundo contemporâneo**: Uma leitura Crítica. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Departamento de Psicologia. Pontífica Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2011.

LYOTARD, J, F. **O pós-moderno**. 1.ed. Rio de janeiro: José Olympio, 1988.

LYOTARD, J, F. **A condição pós-moderna**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MACHADO, L. D. Subjetividades Contemporâneas. **Psicologia**: questões contemporâneas, Vitória: EDUFES, 1999.

MARINHO, M. C. Lyotard e a pós-modernidade. **Revista Labor**, Fortaleza, v1. 1, 2008. Disponível em: <[http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume1/CRISTIANE\\_MARINHO.pdf](http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume1/CRISTIANE_MARINHO.pdf)> Acesso em: 18 de Outubro de 2016.

MASCARELLO, F. (org.) **História do Cinema Mundial**. São Paulo: Papyrus, 2006.

MATRIX (The Matrix), Direção e roteiro: Lilly Wachowski e Lana Wachowski. Produção Joel Silver. Intérpretes: Keanu Reeves; Lawrence Fishburne; Hugo Weaving; Carrie-Ann Moss; Joe Pantoliano e outros. Warner Brothers. EUA, 1999. 1 DVD (135MIN), Color. Produzido por Warner Home Video.

OLIVEIRA, Amael. Identidade de Zygmunt Bauman. **Linguasagem**, São Paulo, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao19/resenhas/>> Acesso em: 20 de Outubro de 2016.

PELBART, P, P. **A vertigem por um fio**: políticas da subjetividade contemporâneas. São Paulo: Iluminuras Ltda, 2000.

SILVA, P. L. Metanarrativas e Jogos de Linguagem: Lyotard e a Crítica à Modernidade. **Caderno de resumos & Anais do 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas**. Ouro Preto: EdUFOP, (ISBN: 978-85-288-0286-3) 2012. Disponível em: <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/paper/viewFile/1083/731>>

SOUTO, G, B. **Blade Runner e o Caçador De Androides**: As Narrativas Da (Pós) Humanidade No Gênero Da Ficção Científica. Dissertação (Mestrado em literatura e interculturalidade) - Departamento de Letras e artes. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

SOUZA, D, B. **Subjetividade Maquínica em Guattari**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de humanidades, Departamento de Psicologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SPOHR, Eduardo. Ensaio para o novo milênio. **Jornalistas da Web**, Rio de Janeiro, dez.2000. Disponível em:

<<http://www.jornalistasdawe.com.br/abatalhadoapocalipse/arquivos/Matrix-Ensaio-para-o-novo-milenio.pdf>> Acessado em: 19 de Outubro de 2016.

TEIXEIRA, J, F. GONZALES, M, E, W. Inteligência artificial e teoria de resolução de problemas. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 6: 45-52, 1983. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/trans/v6/v6a06.pdf>> Acesso em: 18 de Outubro de 2016.

VIANA, N. Capitalismo e Cinema. **Revista Alceu ALCEU**, Rio de Janeiro, v.14, n.27, p. 66 a 76, 2013. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/5alceu27.pdf>> Acesso em: 18 de Outubro de 2016.

ZERZAN, J. A Catástrofe do pós-modernismo. **Revista de Ciências Sociais**, n. 36 – pp.117-14. D, 2012. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/12866/7421>> Acessado em: 16 de Outubro de 2016.

ZILIO, D. Inteligência Artificial e pensamento. **Ciência & Cognição revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1 (2009) ISSN 1806-582. Disponível em:

<<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/33/38>> Acessado em: 16 de Outubro de 2016.

## **ENSINO HÍBRIDO E METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Jonathas Rosa Monfradini<sup>1</sup>, Denise Simões Dupont Bernini<sup>2</sup>

1. Especialista em Docência do Ensino Superior – Multivix - Vitória.

2. Doutora em Engenharia de Produção – Docente Multivix - Vitória

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo identificar o perfil dos alunos que utilizam tecnologias de informação e comunicação em sala de aula, o conhecimento que os mesmos possuem dessas tecnologias e o impacto no processo de ensino e aprendizagem. Foi realizado um estudo sobre ensino híbrido e aplicação de metodologias ativas em sala de aula e diferentes recursos tecnológicos que contribuem. Observou-se através de pesquisa exploratória que a maioria dos alunos possuem e utilizam equipamentos tecnológicos em sala de aula, tais como: *smartphone* e *notebook*, e que a maioria afirmara se sentir motivado quanto à utilização dessas ferramentas em sala de aula. Através de fundamentação teórica, foi possível demonstrar que o ensino híbrido e metodologias ativas podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que os alunos são envolvidos diretamente nos estudos e podem administrar melhor o tempo de estudo. Com base nessas informações, foi possível traçar o perfil dos alunos, tais como: faixa etária, conhecimento de NTICs, motivação de uso de recursos tecnológicos em sala de aula, ferramentas mais utilizadas, entre outros.

### **Palavras-Chave:**

Ensino Híbrido. Metodologias Ativas. Ensino e Aprendizagem.

### **INTRODUÇÃO**

É recorrente entre os docentes na atualidade, a ideia de que possuir apenas o conhecimento teórico do que está lecionando não é suficiente para que os alunos consigam assimilar e ter participação ativa nas aulas, uma vez que, observa-se que com as inovações tecnológicas os alunos demonstram cada vez menos interesse em aprender através do método tradicional, em que o aluno precisa estar toda semana na instituição de ensino apenas como um receptor de informação pelo professor.

O desafio dos professores e instituições de ensino é identificar os principais pontos que podem levar os alunos a terem postura ativa nas aulas, de maneira a contribuir da melhor maneira no processo de ensino e aprendizagem, dessa forma, o ensino híbrido e aplicação de metodologias ativas em sala de aula mostra-se como importantes iniciativas para alcançar esses resultados. Veiga (2004), destaca que a flexibilidade do currículo e da organização pedagógica confere maior autonomia e responsabilidade aos professores, contribuindo para

maior interação e envolvimento no processo de ensino entre professor e aluno.

Paula Pogré e Graciela Lombradi (2006) destacam que os alunos não são meros expectadores, mas são capazes de evoluir muito mais com a utilização de metodologias ativas de interação do que com o processo de ensino tradicional, pois a interação com outros alunos através dessas tecnologias e de modo presencial contribui para o melhor aprendizado de ambos envolvidos nesse processo de aprendizagem.

Conforme contexto apresentado, o problema da pesquisa é: como o ensino híbrido e a aplicação de metodologias ativas podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem dos alunos?. Dessa forma, o objetivo desse artigo é identificar as principais tecnologias de informação e comunicação utilizada pelos alunos em sala de aula, gerando informações úteis para tomada de decisões para o aperfeiçoamento do processo de ensino.

Dessa forma, este estudo proporciona a instituição alvo desta pesquisa um conhecimento mais amplo da dimensão da utilização das NTICs pelos alunos em sala de aula, contribuindo para que sejam realizadas iniciativas com o intuito de aperfeiçoar o processo de ensino, utilizando metodologias ativas e novas tecnologias de informação e comunicação nas salas de aulas, além de proporcionar ao aluno a possibilidade de ter o ensino híbrido, que contribui diretamente à aprendizagem e gerenciamento do tempo, uma vez que o aluno irá realizar parte do estudo online e parte in loco.

## **ENSINO HÍBRIDO**

O ensino híbrido tem se tornado uma importante metodologia de ensino na educação, uma vez que essa metodologia intercala aulas presenciais e online, surgindo como uma opção diferente ao modelo convencional que muitas vezes se mostra ineficaz ou insuficiente no processo de ensino e aprendizagem, dessa forma, Christensen corrobora dizendo:

O ensino híbrido é um programa de educação formal no qual um aluno aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino online, com algum elemento de controle do estudante sobre o tempo, lugar, modo e/ou ritmo do estudo, e pelo menos em parte em uma localidade física supervisionada, fora de sua residência. (CHRISTENSEN, HORN & STAKER, 2013, p.7).

Diante do ensino híbrido a atuação dos professores continuará sendo fundamental no processo de ensino e aprendizagem, a principal diferença é a atuação do próprio aluno, que terá mais controle no ritmo de aprendizagem, intercalando aulas individualmente e em sala de aula.

## **USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO**

O uso de recursos tecnológicos em sala de aula tem se tornado mais frequentes com o passar do tempo, em especial podemos destacar os smartphones, pois com esse recurso tecnológico é possível ter várias informações em curto espaço de tempo à disposição, tanto que, Lucena e Oliveira (2014) afirma que, segundo dados da Anatel, em 2008, havia cerca de 150 milhões de usuários de Serviço Móvel Pessoal saltando para 271,1 milhões após cinco anos.

O aumento do uso desses recursos tecnológicos na educação também pode ser explicado pelo fato de contribuir para que diversas pessoas consigam realizar determinadas tarefas sem estarem no mesmo lugar, tanto que, Santaella (2010) afirma que o trinômio, lugar, espaço e mobilidade já não deve ser pensado separadamente.

Embora destacado a importância do uso de tecnologia na educação, é sabido que muitas instituições de ensino e até mesmo professores tem proibido a utilização dessas ferramentas tecnológicas em sala de aula, citando como exemplo o uso da ferramenta para fins não educacionais, porém Phebo (2010) afirma que os educadores precisam ter um olhar diferenciado para transformar ferramentas como o celular de “vilão” em “mocinho”, Imbernón (2000) afirma que a escola deve deixar de ser apenas um lugar em que se aprende o básico, mas ser capaz de ensinar o mundo e todas as suas manifestações.

Contudo, embora ainda exista resistência para o uso de recursos tecnológicos em sala de aula, Côrtes (2009) destaca que não se pode mais adiar o encontro com as tecnologias, pois os alunos estão cada vez mais envolvidos nestes recursos, dessa forma podemos afirmar que atualmente a tecnologia se tornou um importante e indispensável recurso didático para uso do professor, sendo que, Antonio (2010) destaca algumas sugestões que podem ser utilizadas pelo professor em sala de aula através do aparelho celular, tais como: realização de cálculos através da calculadora do celular, lembretes de agenda, entrega de trabalhos, leitura de publicação de notícias, entre outros.

## **METODOLOGIAS ATIVAS**

Com o constante avanço da tecnologia e mudança do perfil de comportamento dos alunos, não é raro o consentimento entre os professores que a prática docente não se baseia mais apenas em dominar o conteúdo, mas em ter novos métodos que possam auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, tanto que, Morin (2001) destaca a necessidade de pensar nos desafios do século XXI mediante a presença das novas tecnologias utilizadas em sala de aula, pois os recursos tradicionais de ensino já não desperta interesse nessa nova geração, como afirma Gadotti (2000).

Ainda trabalha-se muito com recursos tradicionais que não têm apelo para as crianças e jovens. Os que defendem a informatização da educação sustentam que é preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao cérebro humano o que lhe é peculiar, a capacidade de pensar, em vez de desenvolver a memória. Para ele, a função da escola será, cada vez mais, a de ensinar a pensar criticamente. Para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive a linguagem eletrônica (GADOTTI, 2000, p.11).

Diante das novas possibilidades e facilidades em conseguir informações proporcionadas pela tecnologia, os métodos tradicionais de ensino tem afastado o interesse dos alunos no aprendizado, não descartando a importância do saber oral, mas o uso de metodologias ativas em sala de aula tem se tornado quase imprescindível para que o processo de ensino e aprendizagem seja eficaz, dessa forma, Lévy (2010), destaca que o saber oral e o

conhecimento tradicional não deixaram de ser importantes, mas que o desenvolvimento das NTICs devem ser utilizadas como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que essas novas tecnologias estão cada vez mais presente na rotina dos alunos.

Metodologias ativas tem como principal objetivo incluir o aluno no processo de ensino e aprendizagem, de maneira que participem diretamente na resolução de problemas e situações que proporcionem aprender através da participação efetivas, Gadotti (2001) reforça dizendo que, a experiência concreta da vida se apresentava sempre diante de problemas, e que a educação pode contribuir diretamente para que o aluno consiga resolver tais problemas.

Dessa forma, metodologias ativas proporcionam aos alunos a oportunidade de participarem diretamente na solução de problemas e situações, colaborando diretamente para adquirir conhecimento praticando, deixando de ser apenas um espectador passivo, pois segundo Freire (2006), a metodologia ativa estimula o processo de ação-reflexão-ação do aluno.

Entretanto, para que a aplicação das metodologias ativas tenham a eficácia desejada na evolução dos alunos, a preparação dos docentes para a utilização dessas novas ferramentas em sala de aula torna-se indispensável na atualidade, pois alguns não tiveram a preparação necessária durante sua formação, Masetto (2003) constata que, somente recentemente os professores começaram a se conscientizar da responsabilidade que terão que assumir em relação à educação, uma vez que, atualmente apenas ter um diploma não significa que o professor está apto à proporcionar um ensino de qualidade, pois além de títulos é necessário que os docentes se preocupem em obter competência pedagógica para conseguir alcançar os objetivos estabelecidos, contribuindo da melhor forma possível no processo de aprendizagem dos alunos.

## **METODOLOGIAS ATIVAS**

### **Estudo de caso**

O estudo de caso é uma das metodologias ativas mais utilizadas nas instituições de ensino, nela o aluno é levado à analisar os problemas e identificar soluções para tomada de decisões. Abreu e Masetto (1985, p.69) destaca que, os estudos de caso podem ser real, fictício ou adaptado da realidade, dessa forma o professor tem um leque de opções que pode colocar em prática de acordo com a necessidade dos alunos. Essa metodologia possibilita aos alunos analisarem casos e problemas, de maneira a encontrarem soluções de determinadas situações que podem ser encontradas no exercício da profissão.

### **Método de projetos**

A metodologia de projetos tem por finalidade abordar problemas reais presenciados diariamente pelos alunos. Bordenave e Pereira (1982, p.233) afirma que, esse método tem como principal objetivo lutar contra a artificialidade da escola e aproximá-la o mais rápido possível da realidade da vida,

As principais contribuições na utilização dessa metodologia segundo Bordenave (1982) são: seguir o princípio da ação organizada em torno de objetivos; possibilitar a aprendizagem real, ativa e interessante; concentrar na aprendizagem do aprendiz, além de promover a autonomia

do aluno.

### **Sala de aula invertida**

Também conhecido como *flipped classroom*, a metodologia de sala de aula invertida tem como um dos principais objetivos é que o aluno tenha acesso prévio ao material do curso de modo a discutir o tema da aula com os demais alunos e o professor, dessa forma o aluno estuda antes da aula, proporcionando que o ensino em sala de aula se torne um lugar de aprendizagem ativa, uma vez que os alunos terão o material à ser estudado antes do dia da aula. Valente (2014) ratifica dizendo que o conteúdo é estudado online antes do aluno frequentar a sala de aula, que passa ser o local para trabalhar os conteúdos já estudados. Os principais benefícios da aplicação dessa metodologia é que permite aos alunos estudar o tema que será abordado antes de ser debatido ou estudado em sala de aula, além do aluno já ter um primeiro contato sobre o tema e ter a oportunidade de realizar pesquisas que não seja apenas através do conteúdo disponibilizado pelo professor.

### **METODOLOGIA**

Para realização do artigo, foi utilizada revisão bibliográfica sobre metodologias ativas e ensino híbrido. De acordo com Gil (1991) a pesquisa bibliográfica é o tipo de pesquisa desenvolvido a partir de algum material já elaborado, tendo principalmente como base artigos científicos e livros.

O presente estudo utilizou também a pesquisa exploratória, tendo como objetivo entender as razões e motivações para determinados comportamentos e atitudes das pessoas, Santos (1991) testifica que a pesquisa exploratória é o contato inicial com o tema a ser analisado e com os sujeitos a serem investigados utilizando as fontes disponíveis.

### **CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**

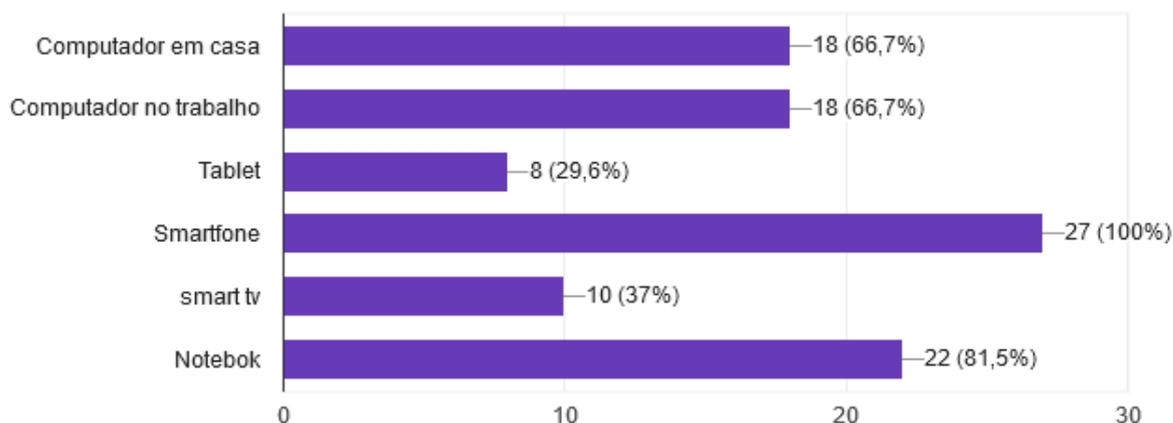
O estudo teve o propósito de mapear o nível de conhecimento e uso das novas tecnologias em sala de aula dos alunos de ensino superior de uma faculdade localizada na grande Vitória com 18 anos de atuação no mercado capixaba com mais de 25 mil alunos matriculados em diversos cursos de formação superior presencial e a distância, bem como identificar as principais tecnologias utilizadas, os momentos e os motivos que levam os alunos a usarem essas ferramentas para outros fins que não sejam pedagógicos.

Os alunos participaram por 8 aulas de diferentes atividades com o uso de recursos das TICs, como ferramenta de acesso à textos, pesquisa em sites, formulários eletrônicos, entre outros. Não foi adotada uma metodologia ativa específica, com alternância entre momentos de aula expositiva dialogada e momentos de prática de atividades com tais recursos.

### **RESULTADOS**

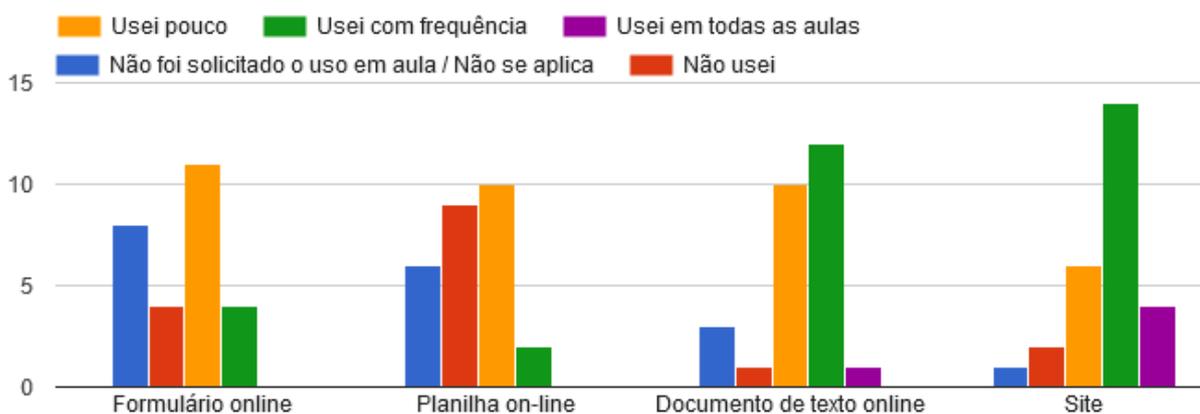
Foi proposto um questionário com perguntas fechadas em uma turma de alunos do curso de engenharia, sendo que, 28 alunos concordaram em participar.

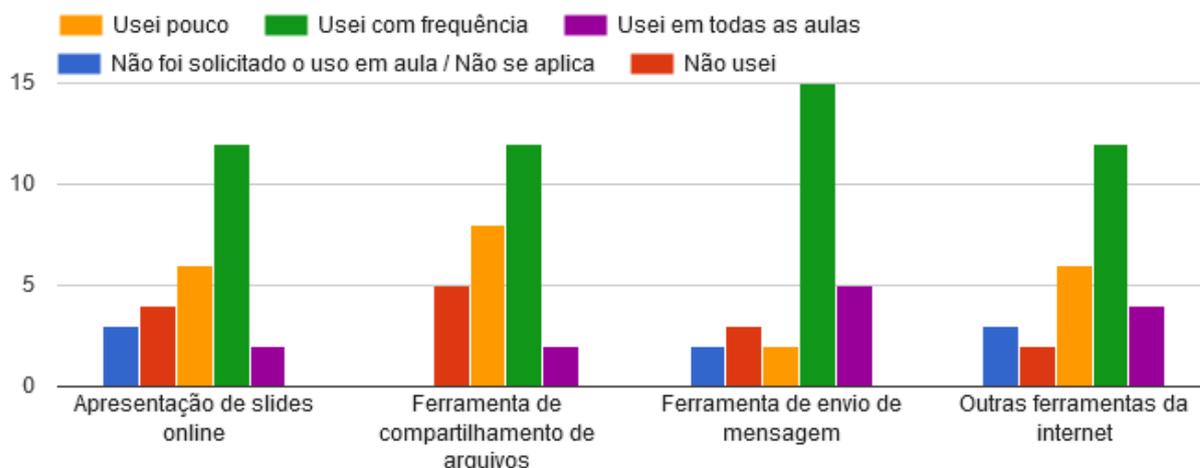
Identificou-se que 66,7% dos alunos entrevistados tem a faixa etária de 18 a 25 anos, seguido por 18,5% com a idade de 26 a 35 anos e 14,8% na faixa etária de 36 a 45 anos, evidenciando o perfil jovem dos alunos no curso de graduação. QUADRO 1: Equipamentos que os respondentes possuem



Do total de alunos entrevistados, 100% afirmaram possuir smartphome, 81,5% notebook e 66,7% ter computador em casa e no trabalho, indicando assim que as atividades em sala de aula, com o uso do smartphome torna-se viável.

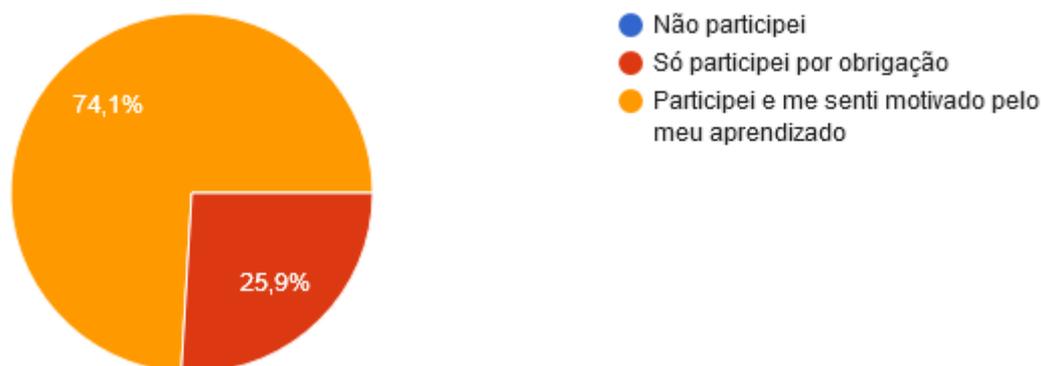
QUADRO 2: uso das ferramentas





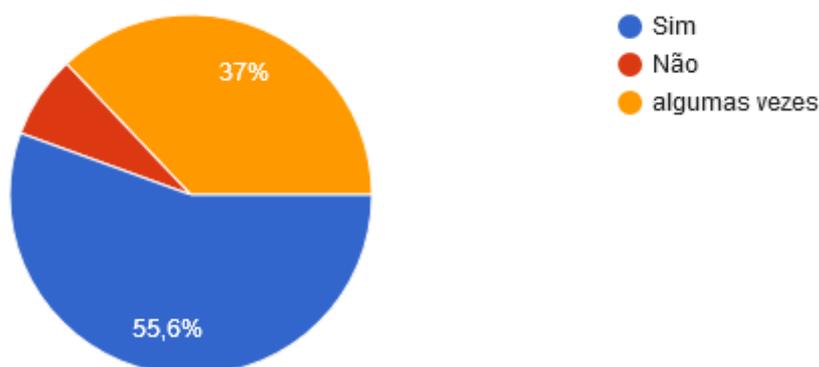
As ferramentas tecnológicas que os alunos usam com mais frequência são: ferramentas de envio de mensagens, sites, compartilhamento de arquivos e documentos online, sendo que, a maioria alega ter facilidade no uso dessas ferramentas, tendo como destaque os sites, que é a ferramenta sinalizada como a mais conhecida. Com relação a aprendizagem, os sites, apresentações e documentos de texto online foram os mais citados como contribuição para a aprendizagem dos alunos.

#### QUADRO 3: Motivação



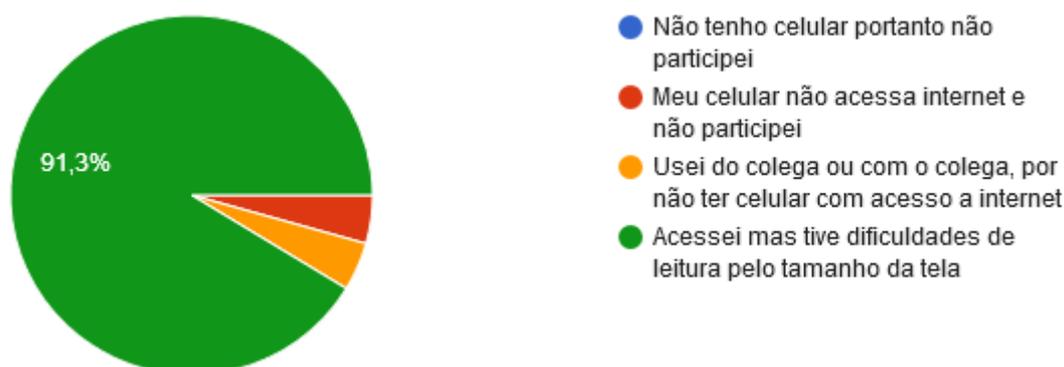
Quanto à utilização de recursos tecnológicos em sala de aula, 74,1% informaram que se sentiram motivados, enquanto 25,9% alegaram que utilizaram apenas por obrigação, dessa forma ficou evidenciado que a maioria considerável dos alunos se sentem motivados em utilizar recursos tecnológicos em sala de aula.

#### QUADRO 4: Postura ativa no processo



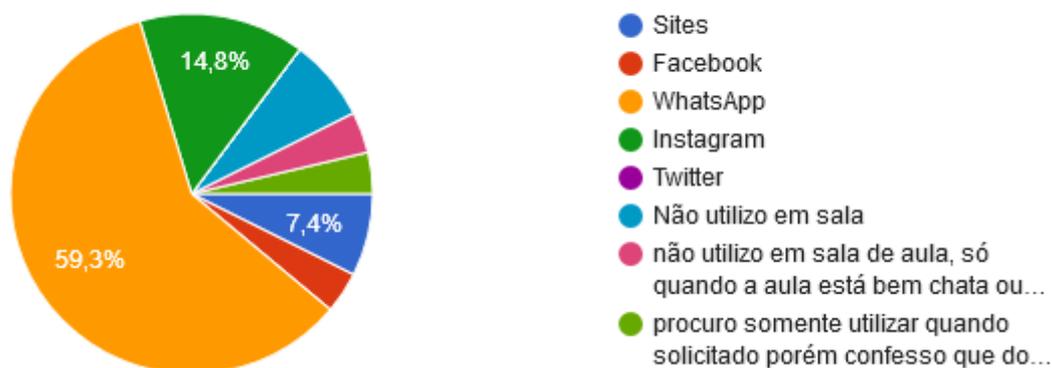
Quando questionado a respeito de ter uma postura ativa no processo de aprendizagem, 55,6% afirmaram que aprovam, enquanto 37% disseram que gostam dessa postura apenas algumas vezes e outros 7,4% afirmam não gostar de adotar postura ativa em sala de aula. Este resultado é um indicador que em variadas atividades propostas, a uso de metodologias em que aluno alterna sua postura, entre ativa no processo e passiva, é conveniente, tendo em vista que pela faixa etária dos respondentes, muitos são ainda oriundos do ensino com transmissão do conhecimento.

QUADRO 5: participação em atividades



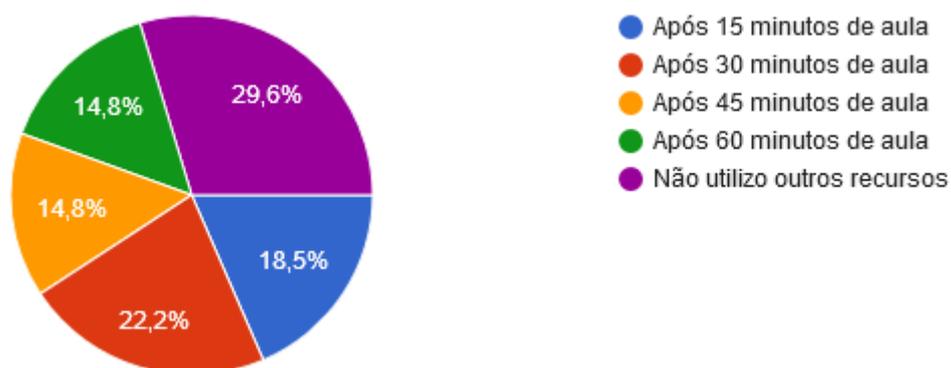
Já o uso do celular para leitura de textos ou outros arquivos online solicitado pelo professor, 91,3% afirmaram que conseguiram acessar mas tiveram dificuldade de leitura em virtude do tamanho da tela, 4,3% afirmou que utilizou com o colega, enquanto outros 4,03% disse que o celular não acessava a internet. Quanto ao acesso à internet, 70,4% afirmaram possuir pacote de dados, 85,2% disseram ter internet em casa, enquanto 7,4% afirmam acessar a internet apenas quando tem wifi disponível. Assim, é indispensável que esteja disponível a rede na instituição, para facilitar a utilização destes recursos.

QUADRO 6: utilização das redes sociais



Em relação ao uso de redes sociais em sala de aula, 59,3% afirmam utilizar o aplicativo WhatsApp, seguido por Instagram e sites com 14,8% e 7,4% respectivamente, este resultado demonstra a forte concorrência que as redes sociais apresentam com a atenção no que acontece na sala de aula.

QUADRO 6: tempo em aula que acessa a rede social



Ao ser questionado em que momento os alunos utilizam recursos que não foram solicitados pelo professor em uma aula com duração de duas horas, 29,6% disseram que utilizam recursos tecnológicos apenas quando são solicitados, seguido por 22,2% que afirmam utilizar após 30 minutos de aula, 18,5% após 15 minutos de aula, 14,8% após 45 minutos de aula e outros 14,8% após 60 minutos de aula, sendo que, os principais motivos sinalizados pelos alunos para a utilização desses recursos são: metodologia de ensino, cansaço, motivos profissionais e falta de interesse no assunto lecionado pelo professor. Assim, quase 70% faz acesso em algum momento após os primeiros 15 minutos da aula, demonstra que sua atenção começa a desviar neste momento.

Diante destes resultados, fica claro que uma pequena parcela dos alunos, prende a atenção na aula, durante todo o tempo. A utilização do celular com ferramenta de acesso à informação necessária para o desenvolvimento de atividades na sala de aula contribui, com a mediação de ensino com metodologias que propõe atividade do aluno, saindo da postura passiva e

tornando-se precursor da sua aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo estudou o perfil dos alunos de curso de graduação, com o objetivo de mapear o perfil dos mesmos, bem como a utilização de ferramentas das novas tecnologias de informação e comunicação, e a aplicação de metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem.

O objetivo foi atingido ao identificar o perfil dos alunos, podendo destacar que a maioria são jovens, com facilidade no uso de ferramentas tecnológicas e que se sentem motivados quanto à utilização desses recursos no processo de ensino. Fica evidenciado ao professor a importância na ministração dos primeiros 30 minutos de aula, uma vez que é nesse período que é possível identificar o momento de maior atenção dos alunos, pois após esse tempo fica evidenciado um maior número de dispersão dos alunos para a utilização de ferramentas não utilizadas pelo professor, como redes sociais e pesquisa em sites de assuntos não relacionados à aula que está sendo lecionada, sendo que, os principais motivos sinalizados pelos alunos para a utilização dessas ferramentas, são respectivamente: metodologia de ensino, cansaço, falta de interesse no assunto e motivos profissionais.

Tais informações mostram-se úteis na preparação das aulas pelos professores, uma vez que fica evidenciado aonde deve ser investido mais tempo e aplicação de recurso para maximizar o processo de aprendizagem dos alunos. Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de um estudo com o desempenho dos alunos antes e depois da utilização das informações utilizadas nesse artigo, destacando as principais vantagens adquiridas.

## REFERÊNCIAS.

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula: práticas e princípios teóricos**. 5. ed. São Paulo: MG Ed. Associados, 1985.

ANTONIO, José Carlos. **Uso pedagógico do telefone móvel (Celular), Professor Digital**, SBO, 13 jan. 2010.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

CHRISTENSEN, C.; HORN, M. & STAKER, H. **Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva?**. Uma introdução à teoria dos híbridos. Maio de 2013. Disponível em: < [https://s3.amazonaws.com/porvir/wp-content/uploads/2014/08/PT\\_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf](https://s3.amazonaws.com/porvir/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf). Acesso em: 10 jun. 2018.

CORTÊS, H. **A importância da tecnologia na formação de professores**. Revista Mundo Jovem, Porto Alegre, nº 394, março de 2009, p.18.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 2, p.03-11, jun. 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IMBERNÓN, F. (Org.) **A educação no século XXI**. Porto Alegre: ARTMED, 2000 p. 80. *Op.cit.* (2000, p.85).

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

LUCENA, S.; OLIVEIRA, J.M.A. **Culturas digitais na educação do século XXI**. *Rev. Tempos Esp. Educ.*, v.1, p. 35-44, 2014.

MASETTO, M.T. **Cultura educacional e gestão em mudanças**. In: VIEIRA, A.T.; ALMEIDA, M.E.B.; ALONSO, M. (Org.). *Gestão educacional e tecnologias*. São Paulo: Avercamp, 2003.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. (Trad. De Catarina E.F. da Silva e Jeanne Sawaya). 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PHEBO, A.G. **O Celular Como Material Didático**. Disponível em: [www.aphebo.webnode.com//](http://www.aphebo.webnode.com//). Acesso em: 19 nov 2017.

POGRÉ, P., LOMBARDI, G.; EQUIPE DO COLÉGIO SIDARTA. **O Ensino para a Compreensão**. A importância da reflexão e da ação no processo ensino-aprendizagem. Vila Velha, ES: Hoper, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTAELLA, L. **A ecologia pluralista da comunicação: a conectividade, mobilidade, ubiquidade**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, J. V. T. **A construção da viagem inversa**. **Cadernos de Sociologia, ensaio sobre a investigação nas ciências sociais**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55-88, jan./jul. 1991.

VALENTE, J. A. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 4/2014, p. 79-97. Editora UFPR

VEIGA, I.P. **Educação Básica e Educação Superior**. Projeto político-pedagógico. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004..